

# O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO COMO MATRIZ PARA UMA NOVA CONTEMPORANEIDADE

UMA REABILITAÇÃO INTEGRADA PARA O NÚCLEO HISTÓRICO DA VILA DA SERTÃ.

**Maria Maio Ferreira**

(licenciada)

Proposta de Projeto Final de Mestrado para a Obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

## **Orientação Científica**

Professor Doutor António Miguel Neves da Silva Santos Leite

Professor Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira

## **Júri**

Presidente: Professor Doutor Miguel Calado Baptista Bastos

Vogal: Professora Doutora Margarida Maria Garcia Louro do Nascimento e Oliveira



**Documento Definitivo**

Lisboa, julho 2023



FACULDADE DE ARQUITETURA  
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**U LISBOA**

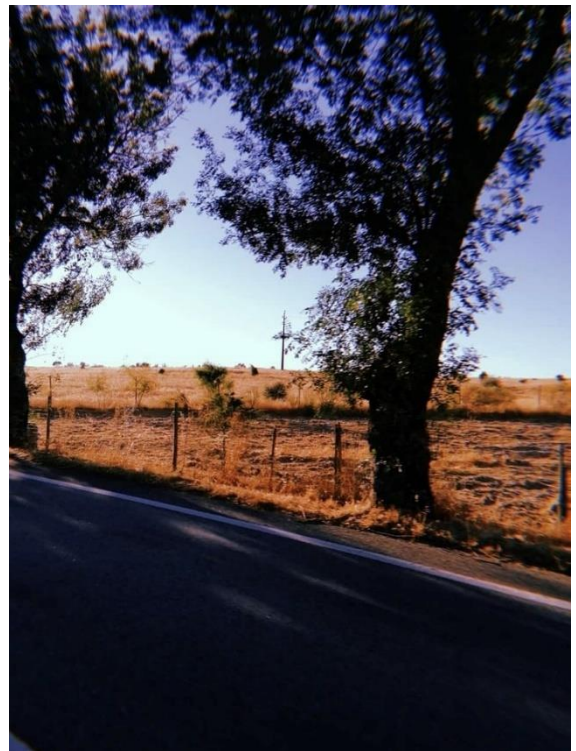
UNIVERSIDADE  
DE LISBOA





“Onde o espírito não trabalha com a mão, não há arte.”

**Leonardo da Vinci**



[1]

### **Como é linda a minha aldeia**

*“É tão linda a minha aldeia, o lugar onde eu nasci  
Sob a luz de uma candeia, lembro a terra onde eu vivi  
É tão lindo o amanhecer, cai o sol sobre as herdades  
Lá não pudeste viver, hora choras de saudades*

*Na hora da Ave Maria, quando os sinos vão tocando  
É chegado o fim do dia, nessa gente vai rezando  
Nessa hora de alegria, logo se prepara a ceia  
À hora da Ave Maria... como é linda a minha aldeia*

*Oh jardim das oliveiras, guarda os teus lindos trigais  
És a esperança verdadeira, és a terra dos meus pais  
É tão lindo o amanhecer, cai o sol sobre as herdades  
Lá não pudeste viver, hoje choras de saudades*

*Na hora da Ave Maria, quando os sinos vão tocando  
É chegado o fim do dia, nossa gente vai rezando  
Nessa hora de alegria, logo se prepara a ceia  
À hora da Ave Maria... como é linda a minha aldeia.”<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup>Roberto Leal, Márcia Lúcia, «Como é linda a minha aldeia» in *Roberto Leal*, Comercial Fonográfica RGE, 1987.



## AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, por todo o acompanhamento. Professor António Leite, pelo pragmatismo e perseverança. Professor Paulo Pereira, pela sensibilidade, e por me ter feito navegar, novamente, na história do nosso país.

À minha família,

Pai, Mãe, pelo suporte que sempre me deram. E ao meu irmão, pela notoriedade que toda a vida me ofereceu.

Ao meu namorado, José, pela paciência, motivação, incentivo e coragem. Foste imprescindível.

A todos os que fizeram parte do meu percurso académico, com quem partilhei conhecimento e horas de trabalho. Em particular, um agradecimento especial à Iris Soares, com quem tive o gosto de partilhar não só a vida na faculdade de arquitetura, como também a pessoal. Obrigada por acreditares em mim, mesmo quando eu não acreditei.

Um especial agradecimento à Câmara e Biblioteca Municipal da Sertã, pela disponibilidade que tiveram em ajudar na minha investigação.

Grata.





Fig. 2 - Lopes, RICARDO; “Interior”: Caminho rural na vila do Rabaçal, outrora sede de concelho, agora uma população de 261, 16/12/2018.

**TÍTULO**

O Património Arquitetónico como matriz para uma nova Contemporaneidade

**SUBTÍTULO**

Uma Reabilitação integrada para o núcleo Histórico da Sertã.

**NOME**

Maria Maio Ferreira

**ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA**

Professor Doutor António Miguel Neves da Silva Santos Leite

Professor Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira

Proposta para Projeto final de mestrado para obtenção do Grau de Mestre em  
Arquitetura

Faculdade de Arquitetura de Lisboa – Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa, junho 2023

## RESUMO

Local onde o legado da arquitetura romana cruza a arquitetura tradicional: surgem aqui aliadas à paisagem natural que este interior de Portugal oferece. Vestígios desta arquitetura pioneira, quase intocada, como cenário do quotidiano da população desta vila. Estamos na Sertã, no centro do país, onde apesar do seu estatuto como vila em crescimento, pequena cidade do interior, ainda sofre as consequências do despovoamento do século XX. A revolução industrial veio impulsionar uma maior união entre as regiões mais urbanas com as regiões mais rurais situadas maioritariamente no interior do país, algo que se foi perdendo ao longo das décadas devido à grande concessão que fez a indústria localizar-se nos centros litorâneos.

Com a saída da população para as grandes cidades do litoral do país, foram muitos os edifícios que ficaram ao abandono, sem rumo a seguir, degradados. Espaços não qualificados, que podiam ter seguido outra linha de vida, mas que ainda assim se encontram ligados à memória coletiva e identidade do local; e assim queremos que se mantenha, com base num programa que visa estabelecer uma nova centralidade do concelho.

A intenção deste trabalho final de mestrado, é, portanto, levar a arquitetura até esse interior, muitas vezes esquecido. É utilizar a arquitetura como elemento de ligação contra a realidade de desertificação que o nosso território enfrenta nas últimas décadas, pelo que o trabalho tenta apresentar soluções para contribuir para a melhoria em geral das populações mais isoladas do mundo macro-urbano. Este projeto visa, assim, a criação de espaços de lazer e de permanência para promover maior vivência nas localidades mais desertificadas, evitando assim que a tendência do fenómeno do êxodo rural se repita constantemente e, ao mesmo tempo, gerar polos de atração que confluam para um reviver da economia.

## PALAVRAS-CHAVE

Sertã | Interior | Reabilitação | Património | Paisagem | Requalificação

**TITLE**

The Architectural Heritage as a matrix for a new Contemporaneity

**SUBTITLE**

An integrated rehabilitation for the historic core of the Sertã.

**NAME**

Maria Maio Ferreira

**ADVISOR**

Professor António Miguel Neves da Silva Santos Leite

Professor Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira

Proposal for Final Project to obtain the Master's Degree in Architecture

Lisbon School of Architecture – University of Lisbon

Lisbon, June 2023

## **ABSTRACT**

A place where Roman architecture intersects with traditional architecture, and appear combined with the natural landscape that the interior of Portugal offers. Vestiges of this pioneering architecture, almost untouched, as a scenario of the daily life of the population of this village. We are in Sertã, in the center of the country, where despite its status as a growing town, a small town in the interior, it still suffers the consequences of the depopulation of the 20th century. The industrial revolution has sustained greater union between the more urban regions with the more rural regions located mostly in the interior of the country, something that has been lost over the decades due to the large concession of industry being located in the periphery and sealinked cities.

With the departure of the population to the large cities on the coast of the country, there were buildings that were abandoned, with no direction to follow, degraded. Unprotected spaces, which could have followed another line of life, but which are still closely linked to the collective memory and identity of the place; and we want it to remain that way, based on a program that aims to establish a new centrality for the municipality.

The intention of this final master's work is to bring architecture to this often forgotten interior, to use architecture as a linking element against the reality of desertification that our territory has faced in recent decades. As so, the work tries to present solutions to contribute to the general improvement of the populations that reside far from the big cities. This project aims to create leisure and accommodation spaces to promote a better experience in the most deserted areas, thus preventing the tendency of the rural exodus phenomenon to be constantly repeated.

## **KEY-WORDS**

Sertã | Interior | Rehabilitation | Heritage | Landscape | Requalification



Agradecimentos

Resumo

Abstract

Índice

Índice de Figuras

## **01**

### **INTRODUÇÃO**

01.1  Enquadramento e objetivos	p. 34
01.2  Estado da Arte	p. 37
01.3  Estrutura e organização	p. 41
01.4  Metodologia	p. 42

## **02**

### **AS ALDEIAS HISTÓRICAS EM PORTUGAL**

02.1  Definição de Aldeia Histórica	p. 48
02.2  Despovoamento e envelhecimento da população	p. 52
02.3  O meio rural enquanto cultura e modo de vida	p. 60

## **03**

### **A REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS NO INTERIOR**

03.1  Reabilitação do Património Arquitetónico	p. 66
03.2  A Requalificação urbana como eixo de desenvolvimento dos centros históricos	p. 71
03.3  Os Castelos e o seu valor patrimonial	p. 77
03.4  Casos de Estudo	p. 83
03.5  Síntese Conclusiva	p. 97

## **04**

### **O SÍTIO. A SERTÃ.**

04.1  Contextualização Histórica, Social e Territorial	p. 104
04.2  Desenvolvimento Urbano e Arquitetónico	p. 106
04.3  O Castelo da Sertã e a Igreja de S. Pedro	p. 112
04.4  Indústrias e Potencialidades	p. 120

## **05**

### **O PROJETO**

05.1  Objetivos Projetuais	p. 128
05.2  Estratégia Urbana	p. 135
05.3  Proposta de Intervenção: Programa e Linguagem	p. 148
05.4  Estrutura e materialidade	p. 151
05.5  Considerações Finais	p. 154

## **06**

### **FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

06.1  Bibliografia	p. 158
06.2  Teses de Mestrado e Doutoramento	p. 159
06.3  Revistas e Documentos Eletrónicos	p. 160

## **07**

### **ANEXOS**

07.1  <b>Anexo I</b> – Memória Fotográfica	
07.1.1  Memória Fotográfica de 1974	p. 163
07.1.2  Memória Fotográfica: O Castelo	p. 165
07.1.3  Memória Fotográfica: A Vila atual	p. 167
07.2  <b>Anexo II</b> – Maquetes	
07.2.1  Maquete Topográfica, Esc.1:2000	p. 169
07.2.2  Maquete Local de Intervenção, Esc. 1:1000	p. 170
07.2.3  Maquete de estudo, Esc. 1:500	p. 171
07.2.4  Maquete da Proposta, Esc. 1:200	p. 172
07.3  <b>Anexo III</b> – Peças Desenhadas	

## ÍNDICE DE FIGURAS

Capa: “Dentro do Castelo” – Imagem da autora.

- 
- PRÉ-TEXTUAL      **Fig. 1** – Entre a vila de Monsanto e a vila de Alcafozes, Beira Baixa, 2019. *Pág. 3*  
Fonte: Imagem da autora.
- Fig. 2** – Caminho rural na vila do Rabaçal, outrora sede de concelho, agora uma população de 261, 16/12/2018. *Pág. 8*  
Fonte: LOPES, Ricardo, “Interior”
- Fig. 3** - O vale de Foz de Alge, em Figueiró dos Vinhos, uma região que perdeu mais de 50% da sua população desde 1960, segundo o INE, 22/12/2018. *Pág. 29*  
Fonte: LOPES, Ricardo, “Interior”
- Fig. 4** - Maria de Lurdes e a sua irmã, Francelina, Limpam as tripas do porco, para a produção de enchidos fumados, uma forma tradicional de armazenar a carne ao longo do ano, aldeia de Mendes, 29/11/2021. *Pág. 30*  
Fonte: LOPES, Ricardo, “Interior”
- 
- CAP. 01            **Fig. [5,7]** – Fotografia Analógica: Rio Zêzere. Tirada na praia fluvial do Trízio, 2018. *Pág. 44*  
Fonte: Imagens da autora.
- 
- CAP. 02            **Fig. 8** – Aldeia Histórica de Monsanto, no interior da vila, 2022. *Pág. 47*  
Fonte: Imagem da autora.
- Fig. 9** – Aldeia Histórica de Monsanto, vista do Miradouro, 2022. *Pág. 47*  
Fonte: Imagem da autora.
- Fig. 10** – Aldeia Histórica de Monsanto, percurso até ao Castelo, 2019. *Pág. 49*  
Fonte: Imagem da autora.
- Fig. 11** – Aldeia Histórica de Monsanto, vista do Miradouro, 2019. *Pág. 49*  
Fonte: Imagem da autora.
- Fig. 12** – Ponte Romana em Idanha a Velha. *Pág. 49*  
Fonte: <https://viagens.sapo.pt/planear/roteiros-planear/artigos/guia-de-viagem-idadanha-a-velha-a-antiga-egitania>
- Fig. 13** – Aldeia de Piódão, 2020. *Pág. 49*  
Fonte: Imagem da autora.
- Fig. 14** – Mapa das Aldeias Históricas. *Pág. 51*  
Fonte: <https://opontodepartida.com/aldeias-historicas-portugal-roteiro/>
- Fig. 15** - Gerardo Gonçalves, 86 anos, e o seu filho, José, 56, à porta de sua casa. Gerardo é viúvo e incapaz de trabalhar. José tem uma deficiência motora

resultante de complicações no parto e é quem assegura o tratamento dos animais e recolher lenha para cozinhar e aquecer a casa. **Pág. 57**

Fonte: LOPES, Ricardo, “Interior”

**Fig. 16** - Horácio Lopes, 85, e Esmeralda Rodrigues, 84, no alpendre de sua casa. Horácio começou a trabalhar aos 9 anos de idade, abandonando a escola primária. Emigrou a salto em 1965, tendo atravessado os Pirinéus a pé durante a noite para evitar ser detectado. Durante os 16 anos que trabalhou em Paris, Esmeralda cuidou dos filhos e do lar, enquanto aguardava o regresso do marido a Portugal, 26/11/2021. **Pág. 58**

Fonte: LOPES, Ricardo, “Interior”

**Fig. 17** - Dias de feira na vila da Sertã. **Pág. 59**

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 322 (fotografia de Olímpio Craveiro).

**Fig. 18** - Antiga Central de transportes da Sertã. **Pág. 59**

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 219 (fotografia de Sarmiento Nunes).

**Fig. 19** - Festa da Nossa Sra. Dos Remédios, na Sertã. **Pág. 59**

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 360 (fotografia de Olímpio Craveiro).

**Fig. 20** - Folheto informativo sobre atividade de ciclismo na Sertã. **Pág. 62**

Fonte: <https://cm-serta.pt/lista-eventos>

**Fig. 21** - Folheto informativo sobre Feira de Natal na Vila da Sertã. **Pág. 59**

Fonte: <https://cm-serta.pt/lista-eventos>

**Fig. 22** - Folheto informativo sobre evento anual na Sertã: Feira de Cerveja Artesanal Provert. **Pág. 59**

Fonte: <https://cm-serta.pt/lista-eventos>

**Fig. 23** - Folheto informativo sobre Festival de Gastronomia na Sertã. **Pág. 59**

Fonte: <https://cm-serta.pt/lista-eventos>

**Fig. 24** - Torre de Menagem de Melgaço. **Pág. 67**

CAP. 03

Fonte: <https://www.cm-melgaco.pt/>

**Fig. 25** - Convento de Santo António, quando foi ocupado pela guarda nacional republicana. **Pág. 69**

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 76 (fotografia de Sarmiento Nunes).

**Fig. 26** – Convento Hotel da Sertã, atualmente. *Pág. 69*

Fonte: <https://www.booking.com>

**Fig. 27** – Interior dos quartos Convento Hotel da Sertã. *Pág. 70*

Fonte: <https://www.booking.com>

**Fig. 28** – Sala de refeições Convento Hotel da Sertã. *Pág. 70*

Fonte: <https://www.booking.com>

**Fig. 29** – Imediações reconstruídas da Basílica de Saint-Denis. *Pág. 72*

Fonte: CHOAY, Françoise; “A Alegoria do Património” (ed. original 1992).  
Edições 70; Lisboa. 1999, p. 163

**Fig. 30 e 31** – Vista aérea da Vila de Monsaraz, com ângulos diferentes, no interior da fortificação. *Pág. 74*

Fonte: <https://www.diariodoviajante.pt/europa/portugal/alentejo-vila-monsaraz/>

**Fig. 32 e 33** – Rua Direita de Monsaraz. *Pág. 74*

Fonte: <https://www.diariodoviajante.pt/europa/portugal/alentejo-vila-monsaraz/>

**Fig. 34 e 35** – Vistas para o exterior da fortificação de Monsaraz. *Pág. 74*

Fonte: <https://www.diariodoviajante.pt/europa/portugal/alentejo-vila-monsaraz/>

**Fig. 36** – Bolsa de estacionamento na periferia da fortificação da Vila de Monsaraz. *Pág. 74*

Fonte: <https://www.diariodoviajante.pt/europa/portugal/alentejo-vila-monsaraz/>

**Fig. 37** – Via automóvel Vila de Monsaraz. *Pág. 74*

Fonte: <https://www.diariodoviajante.pt/europa/portugal/alentejo-vila-monsaraz/>

**Fig. 38** – Planta urbana de Óbidos com representação da Rua Direita. *Pág. 75*

Fonte: <https://www.cm-obidos.pt/municipio/territorio/patrimonio-cultural/patrimonio-classificado/castelo-de-obidos-e-todo-o-conjunto-urbano-da-vila>

**Fig. 39** – Planta Urbana da Sertã (1968) representação da Rua Direita. *Pág. 75*

Fonte: Arquivo Câmara Municipal da Sertã.

**Fig. 40** – Foto aérea da Vila de Óbidos. *Pág. 76*

Fonte: <https://stock.adobe.com/br/search?k=%22castelo%20de%20obidos%22>

**Fig. 41 e 42** – Quotidiano da Rua Direita da Vila de Óbidos. *Pág. 76*

Fonte: <https://stock.adobe.com/br/search?k=%20castelo%20de%20obidos%20>

**Fig. 43** – Interior do Castelo de Monsanto. *Pág. 80*

Fonte: Imagem da autora.

**Fig. 44 e 45** – Intervenções no Castelo de Trancoso. *Pág. 80*

Fonte: <https://www.goncalobyrnearquitectos.com/trancoso-castle-home>

**Fig. 46 e 47** – Casa de Chá, no Castelo de Montemor. *Pág. 80*

Fonte: <https://divisare.com/projects/301569-joao-mendes-ribeiro-edgar-martins-tea-house-montemor-ovelho->

**Fig. 48** – Castelo de Amieira do Tejo. *Pág. 81*

Fonte: Artigo Online – BOTTO, Margarida, “Castelo de Amieira do Tejo. Enquadramento Histórico e razões de uma intervenção.” *Intervenções*, p. 125

**Fig. 49** – Corte da Torre de Menagem do Castelo de Amieira do Tejo, após as intervenções efetuadas. *Pág. 81*

Fonte: Artigo Online – WEVERS, Leo, “Castelo de Amieira do Tejo, levantamento no âmbito da Arqueologia e Arquitetura.” *Intervenções*, p. 146.

**Fig. 50** – Planta do Castelo, quadrangular, de Amieira do Tejo. *Pág. 81*

Fonte: Artigo Online – WEVERS, Leo, “Castelo de Amieira do Tejo, levantamento no âmbito da Arqueologia e Arquitetura.” *Intervenções*, p. 146.

**Fig. 51 e 52** – Paiól e Torre de menagem de Campo Maior, após intervenções efetuadas. *Pág. 81*

Fonte: ALMEIDA, Ana Sofia Fernandes, “Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal”, Dissertação de Mestrado em Arquitetura para a Universidade de Coimbra, 2012, p. 118.

**Fig. 53** – Passadiço exterior ao paiol de de Campo Maior. *Pág. 81*

Fonte: ALMEIDA, Ana Sofia Fernandes, “Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal”, Dissertação de Mestrado em Arquitetura para a Universidade de Coimbra, 2012, p. 118.

**Fig. 54** – Interior do Paiól, com acesso a visitantes. *Pág. 81*

Fonte: ALMEIDA, Ana Sofia Fernandes, “Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal”, Dissertação de Mestrado em Arquitetura para a Universidade de Coimbra, 2012, p. 118.

**Fig. 55** – Vista para a Torre do Castelo de Castelo Novo. *Pág. 84*

Fonte: <https://www.archdaily.com/230727/castelo-novo-castle-comoco>

**Fig. 56 e 57** – Planta de implantação com a intervenção no Castelo de Castelo Novo. *Pág. 85*

Fonte: <https://www.archdaily.com/230727/castelo-novo-castle-comoco>

**Fig. 58 a 61** – Imagens de diferentes perspectivas da intervenção efetuada no Castelo do caso de estudo. *Pág. 85*

Fonte: <https://www.archdaily.com/230727/castelo-novo-castle-comoco>

**Fig. 62** – Planta da Intervenção na Torre de Menagem em Castelo Novo. *Pág. 85*

Fonte: <https://www.archdaily.com/230727/castelo-novo-castle-comoco>

**Fig. 63 e 64** – Percursos pedonais, em aço *corten*, no interior do Castelo de Castelo Novo. *Pág. 86*

Fonte: <https://www.archdaily.com/230727/castelo-novo-castle-comoco>

**Fig. 65** – Corte da Intervenção na Torre de Menagem. *Pág. 86*

Fonte: <https://www.archdaily.com/230727/castelo-novo-castle-comoco>

**Fig. 66 e 67** – Fotografias aéreas da Intervenção no Castelo de Pombal. *Pág. 87*

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos>

**Fig. 68** – Exterior do Castelo de Pombal, data incerta. *Pág. 87*

Fonte: <https://www.cm-pombal.pt/>

**Fig. 69 a 72** – Interior do Castelo de Pombal, em diferentes perspectivas, após projeto da equipa de Arquitetos COMOCO. *Pág. 88*

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos>

**Fig. 73** – Planta de implantação da intervenção no Castelo de Pombal. *Pág. 89*

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos>

**Fig. 74** – Vista aérea do interior do Castelo de Pombal. *Pág. 89*

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos>

**Fig. 75** – Vista aérea para o Castelo de Portalegre. *Pág. 90*

Fonte: <http://ultimasreportagens.com>

**Fig. 76 e 77** – Interior do Castelo de Portalegre, com ângulo de visão para a intervenção nele efetuado. *Pág. 90*

Fonte: <http://ultimasreportagens.com>

**Fig. 78 a 82** – Processo de construção da intervenção, maioritariamente em madeira, no Castelo de Portalegre. *Pág. 91*

Fonte: Ordem dos Arquitetos, Artigo N41, “Ciclo de formação construir em madeira: Obra 2 – Castelo Barbacã, Portalegre.”

**Fig. 83** – Vista aérea para o Castelo de S. Jorge, após o restauro da cidade de Lisboa. *Pág. 92*

Fonte: <http://monumentos.gov.pt>

**Fig. 84 e 85** – Planta geral do Castelo de S. Jorge antes e depois das obras de reconstrução da cidade de Lisboa. *Pág. 93*

Fonte: <http://monumentos.gov.pt>

**Fig. 86** – Vista exterior para uma das torres do Castelo de S. Jorge. *Pág. 93*

Fonte: <http://monumentos.gov.pt>

**Fig. 87** – Vista aérea do Castelo de S. Jorge, em 1996. *Pág. 94*

Fonte: <http://monumentos.gov.pt>

**Fig 88 e 89** – Alçados nascente e sul do Castelo de S. Jorge depois das obras de reconstrução da cidade de Lisboa. *Pág. 94*

Fonte: <http://monumentos.gov.pt>

**Fig. 90** – Planta do núcleo museológico de Carrilho da Graça. *Pág. 94*

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-20123/musealizacao-da-area-arqueologica-da-praca-nova-do-castelo-de-s-jorge-carrilho-da-graca-arquitectos>

**Fig 91** – Planta de implantação da intervenção com a envolvente. *Pág. 94*

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-20123/musealizacao-da-area-arqueologica-da-praca-nova-do-castelo-de-s-jorge-carrilho-da-graca-arquitectos>

**Fig. 92 a 98** – Imagens no interior da Praça Nova, em diferentes perspetivas, do Castelo de S. Jorge, onde se insere a intervenção. *Pág. 95 e 96*

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-20123/musealizacao-da-area-arqueologica-da-praca-nova-do-castelo-de-s-jorge-carrilho-da-graca-arquitectos>

**Fig. 99** – Axonometria de uma casa tipicamente islâmica. *Pág. 96*

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-20123/musealizacao-da-area-arqueologica-da-praca-nova-do-castelo-de-s-jorge-carrilho-da-graca-arquitectos>

**Fig. 100** – Brasão da Sertã, utilizado em 1629. *Pág. 103*

CAP. 04

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 32.

**Fig. 101** – Brasão da Sertã, utilizado desde 1936. *Pág. 103*

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 32.

**Fig. 102** – Ponte Romana localizada na Vila da Sertã. *Pág. 105*

Fonte: Imagem da Autora.

**Fig. 103** – Pormenor Ponte Romana, Sertã. *Pág. 105*

Fonte: Imagem da Autora.

**Fig. 104** – Ponte da Atalaia (freguesia de Palhais, Concelho Sertã). *Pág. 105*

Fonte: Imagem da Autora.

**Fig. 105** – Ponte do Cabril (freguesia de Pedrogão Pequeno). *Pág. 105*

Fonte: <https://www.aldeiasdoxisto.pt/pt/xistopedia/ponte-filipina/>

**Fig. 106** – Morfologias urbanas ortogonais medievais, de Luísa Trindade. *Pág.107*

Fonte: TRINDADE, Luísa, Urbanismo na Composição de Portugal. Tese de Doutoramento em Arquitetura apresentada à Universidade de Coimbra, 2010, p. 171.

**Fig. 107** – Manchas urbanas ortogonais medievais, de Luísa Trindade. *Pág. 108*

Fonte: TRINDADE, Luísa, Urbanismo na Composição de Portugal. Tese de Doutoramento em Arquitetura apresentada à Universidade de Coimbra, 2010, p. 140.

**Fig. 108** – Leitura morfológica do núcleo histórico da Sertã. *Pág. 109*

Fonte: Composição elaborada pela autora.

**Fig. 109** – Pormenor da leitura morfológica. *Pág. 109*

Fonte: Composição elaborada pela autora.

**Fig. 110** – Representação da vista cavaleira de Pedro Nunes Tinoco. *Pág. 109*

Fonte: Composição elaborada pela autora.

**Fig. 111** – Desenho aguarelado de Pedro Nunes Tinoco, da Vila da Sertã em 1621.

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 79 (extraída de um códice existente no Arquivo do Seminário das Missões, conhecido por Atlas do Priorado do Crato).

**Fig. 112** – Anteplano da Urbanização da Sertã, 1968. *Pág. 110*

Fonte: Gentilmente cedido pelo Arquivo da Câmara Municipal da Sertã.

**Fig. 113** – O priorado do Crato, cerca de 1700. *Pág. 112*

Fonte: Museu Municipal do Crato.

**Fig. 114** – Vista para o Castelo da Sertã, década [1980-1990]. *Pág. 112*

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746)

**Fig. 115** – A única planta existente do Castelo da Sertã, 1954. *Pág. 113*

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746)

**Fig. 116** – Gravura de Pedro Nunes Tinoco: A Vila da Sertã, 1621. *Pág. 113*

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 79 (extraída de um códice existente no Arquivo do Seminário das Missões, conhecido por Atlas do Priorado do Crato).

**Fig. 117** – Pormenor da gravura acima citada. *Pág. 113*

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 79 (extraída de um códice existente no Arquivo do Seminário das Missões, conhecido por Atlas do Priorado do Crato).

**Fig. 118** – Vista aérea para o Castelo da Sertã, anteriormente degradado. *Pág. 118*

Fonte: Carta Arqueológica do Concelho da Sertã.

**Fig. 119 e 120** – Portão em ferro, referente à entrada do Castelo da Sertã. *Pág. 115*

Fonte: Carta Arqueológica do Concelho da Sertã.

**Fig. 121** – Registo da antiga capela (altar) encontrada nas escavações de 1996 – onde se vê o pavimento em espinha – soterrada à atual. *Pág. 116*

Fonte: Carta Arqueológica do Concelho da Sertã.

**Fig. 122 e 123** – Azulejos Hispano-árabes encontrados em painéis laterais ao altar da antiga capela, soterrada. *Pág. 116*

Fonte: Carta Arqueológica do Concelho da Sertã.

**Fig. 124** – Registo gráfico de escavações feitas no interior do Castelo da Sertã, e de alguns vestígios encontrados: muros com pedra de xisto de uma possível habitação romana. *Pág. 117*

Fonte: Carta Arqueológica do Concelho da Sertã.

**Fig. 125** – Imagem fotográfica do registo acima mencionado. *Pág. 117*

Fonte: Carta Arqueológica do Concelho da Sertã.

**Fig. 126** – Vista para o Castelo, do largo da Igreja Matriz de S. Pedro. *Pág. 118*

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746)

**Fig. 127** – Vista aérea para o Castelo da Sertã. *Pág. 118*

Fonte: <https://earth.google.com/web/>

**Fig. 128** – Torre e igreja adossada no interior do Castelo. *Pág. 118*

Fonte: Imagem da autora.

**Fig. 129** – Pormenor do desenho de Pedro Nunes Tinoco, acima já referenciado, da Igreja Matriz da Sertã, anteriormente à expansão da Vila. *Pág. 119*

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 79 (extraída de um códice existente no Arquivo do Seminário das Missões, conhecido por Atlas do Priorado do Crato).

**Fig. 130** – Fachada principal da Igreja Matriz S. Pedro, na Sertã. *Pág. 119*

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746)

**Fig. 131** – Planta da Igreja de S. Pedro na Sertã, 1616. *Pág. 119*

Fonte: Planta DGEMN,

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746)

**Fig. 132** - Planta da Igreja de S. Pedro na Sertã, atual. *Pág. 119*

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746)

**Fig. 133** – Edifício Paços do Concelho, projetado pelo arquiteto Cassiano Branco em 1934, atualmente é sede da Câmara Municipal da Sertã. *Pág. 124*

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 227 (fotografia de Sarmento Nunes).

**Fig. 134** – Atual Ponte da Carvalha, as lavadeiras nas ribeiras que atravessam a vila. *Pág. 124*

Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 261 (fotografia de Sarmento Nunes)

---

CAP. 05

**Fig. 135** – Atual Rua dos Bombeiros Voluntários, perto da capela de de Santo Amaro (como consta na imagem) com vista para o Castelo. *Pág. 127*

Fonte: Fonte: LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 211 (fotografia de Olímpio Craveiro).

**Fig. 136** – Planta esquemática da freguesia da Sertã, com representação do centro histórico e indicação do nome das principais vias. *Pág. 130*

Fonte: Elaborado pela autora.

**Fig. 137** – Planta esquemática do centro histórico da Sertã, com a representação do edificado a reabilitar e identificação do edificado de cariz sociocultural. *Pág.131*

Fonte: Elaborado pela autora.

**Fig. [138 a 140]** – Arruamentos dentro do Centro Histórico da Sertã, apenas de acesso pedonal, com exemplo de edificado degradado e devoluto. *Pág. 132*

Fonte: Imagens da autora.

**Fig. 141** – “Farmácia, na Rua do Vale.” (após o 25 de Abril de 1974.) *Pág. 133*

Fonte: CALAPEZ, Pedro, FARINHA, João, SIMÕES, Joaquim, “Sertã a Preto e Branco. Memórias de 1974, CM da Sertã, 2008. p.62

**Fig. 142** – “Mulheres à esquina” (Fotografia após o 25 de Abril de 1974.) *Pág. 133*

Fonte: CALAPEZ, Pedro, FARINHA, João, SIMÕES, Joaquim, “Sertã a Preto e Branco. Memórias de 1974, CM da Sertã, 2008. p.59

**Fig. 143** – “Foto Sarmento. Rua do Vale” (após o 25 de Abril de 1974.) *Pág. 133*

Fonte: CALAPEZ, Pedro, FARINHA, João, SIMÕES, Joaquim, “Sertã a Preto e Branco. Memórias de 1974, CM da Sertã, 2008. p.64

**Fig. 144** – “Sessão de cinema. Cine-Teatro Tasso” (Fotografia após o 25 de Abril de 1974.) *Pág. 133*

Fonte: CALAPEZ, Pedro, FARINHA, João, SIMÕES, Joaquim, “Sertã a Preto e Branco. Memórias de 1974, CM da Sertã, 2008. p.152

**Fig. 145** – “Dentro da loja.” (Fotografia após o 25 de Abril de 1974.) *Pág. 134*

Fonte: CALAPEZ, Pedro, FARINHA, João, SIMÕES, Joaquim, “Sertã a Preto e Branco. Memórias de 1974, CM da Sertã, 2008. p.67

**Fig. 146** – “Café Central.” (Fotografia após o 25 de Abril de 1974.) *Pág. 134*

Fonte: CALAPEZ, Pedro, FARINHA, João, SIMÕES, Joaquim, “Sertã a Preto e Branco. Memórias de 1974, CM da Sertã, 2008. p.148

**Fig. 147** – “Dentro da loja.” (Fotografia após o 25 de Abril de 1974.) *Pág. 134*

Fonte: CALAPEZ, Pedro, FARINHA, João, SIMÕES, Joaquim, “Sertã a Preto e Branco. Memórias de 1974, CM da Sertã, 2008. p.69

**Fig. 148** – Plano Rodoviário da Sertã, data incerta. *Pág. 135*

Fonte: Gentilmente cedido pelo Arquivo da Câmara Municipal da Sertã.

**Fig. 149** – Planta esquemática do centro histórico da Sertã com a representação das principais vias de circulação e o estacionamento na periferia. *Pág. 137*

Fonte: Elaborado pela autora.

**Fig. 150** – Rua de acesso exclusivamente pedonal, no centro histórico, com pavimento irregular. *Pág. 138*

Fonte: Imagem da autora.

**Fig. 151** – Rua de acesso exclusivamente pedonal, no centro histórico, com pavimento mais liso, por patamares. *Pág. 138*

Fonte: Imagem da autora.

**Fig. 152** – Planta esquemática com a representação das praças e respetiva ligação através do pavimento. *Pág. 139*

Fonte: Elaborado pela autora.

**Fig. 153** – Pormenor em planta do largo da Igreja Matriz com proposta de nova pavimentação. *Pág. 140*

Fonte: Elaborado pela autora.

**Fig. 154** – Imagem representativa da proposta de pavimentação para o largo da Igreja Matriz. *Pág. 140*

Fonte: Elaborado pela autora.

**Fig. 155** – Pormenor em planta da proposta desenhada para pavimentação de ruas no centro histórico com acesso restrito ao trânsito automóvel. *Pág. 141*

Fonte: Elaborado pela autora.

**Fig. 156** – Imagem representativa da proposta acima mencionada. *Pág. 141*

Fonte: Elaborado pela autora.

**Fig. 157** – Exemplo de pavimentação nos arruamentos do centro histórico da Guimarães. *Pág. 142*

Fonte: <https://thetravelersisters.com/2021/10/05/guimaraes-10-locais-a-visitar-em-roteiro/>

**Fig. 158** - Exemplo de pavimentação nos arruamentos do centro histórico de Monsanto. *Pág. 142*

Fonte: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-caminhada/percurso-do-castelo-de-monsanto-80211231>

**Fig. 159** – Planta esquemática com a representação do sistema de vistas a ter sobre, e do centro histórico. *Pág. 143*

Fonte: Elaborado pela autora.

**Fig. 160 e 161** – Vista Norte-Sul, do largo do Edifício Paços do Concelho. *Pág. 144*

Fonte: Imagens da autora.

**Fig. 162 e 163** – Vista Sudeste-Noroeste, da Torre do Castelo para o Centro Histórico. *Pág. 144*

Fonte: Imagens da autora.

**Fig. 164** – Vista Nascente-Poente, da Torre do Castelo para o exterior do centro histórico. *Pág. 144*

Fonte: Imagem da autora.

**Fig. 165** – Vista Sul-Norte, da ponte da Carvalha para a Ribeira da Sertã. *Pág. 144*

Fonte: Imagem da autora.

**Fig. 166** – BATATA, Carlos, “Escavações Arqueológicas no Castelo da Sertã”, Artigo do jornal A Comarca da Sertã, 14-11-1997. *Pág. 145*

Fonte: Gentilmente cedido pela Biblioteca Municipal da Sertã.

**Fig. 167** – BATATA, Carlos, “O Castelo da Sertã é de origem Árabe!!”, Artigo do jornal A Comarca da Sertã, 26-12-1997. *Pág. 146*

Fonte: Gentilmente cedido pela Biblioteca Municipal da Sertã.

**Fig. 168 e 169**– Esquema com o diagrama de espaços dos núcleos de intervenção no Castelo da Sertã. *Pág. 150*

Fonte: Elaborado pela autora.

**Fig. 170** – Fotomontagem das estruturas existentes no interior do castelo, com a estrutura metálica da nova intervenção, contemporânea. *Pág. 152*

Fonte: Elaborado pela autora.

---

#### . Memória Fotográfica de 1974

ANEXOS

**Fig. 171** – Placa com o nome antigo “Certa”. *Pág. 163*

**Fig. 172** – Castelo visto do adro da Igreja Matriz. *Pág. 163*

**Fig. 173** – Igreja Matriz visto do terreiro do Mercado Municipal. *Pág. 163*

**Fig. 174** – Rua Cândido Reis (Rua do Vale). *Pág. 163*

**Fig. 175** – Ponte sobre a Ribeira Pequena. *Pág. 163*

**Fig. 176** – Interior do edifício Paços do Concelho. *Pág. 164*

**Fig. 177** – Rua do Vale, junto à Praça da República. *Pág. 164*

Fonte: CALAPEZ, Pedro, FARINHA, João, SIMÕES, Joaquim, “Sertã a Preto e Branco. Memórias de 1974, CM da Sertã, 2008.

#### . O Castelo

**Fig. 178 e 179** – Escavações arqueológicas de 1997. *Pág. 165*

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6746)

**Fig. 180** – Escavações arqueológicas de 1997. “Muro de divisão de propriedade”

Fonte: Carta Arqueológica do Concelho da Sertã

**Fig. 181** – Imagem dentro do Castelo, para o acesso à torre. *Pág. 165*

**Fig. 182** – Cobertura acessível da torre. *Pág. 165*

**Fig. 183** – Imagem da cobertura da torre, para a zona Nordeste. *Pág. 166*

**Fig. 184** – Imagem da cobertura da torre, para a praça do Castelo. *Pág. 166*

**Fig. 185** – Na Torre, com pormenor da pedra em xisto que a compõe. *Pág. 166*

**Fig. 186** – Escadas em xisto, de acesso à torre. *Pág. 166*

**Fig. 187** – Pormenor do edifício adossado à muralha do Castelo. *Pág. 166*

Fonte: Imagens da autora.

#### **. A Vila atual**

**Fig. 188** – Mercado Municipal, após recentes intervenções. *Pág. 167*

**Fig. 189** – Edifício devoluto na Av. Gonçalo Rodrigues Caldeira. *Pág. 167*

**Fig. 190** – Interior do Mercado Municipal. *Pág. 167*

**Fig. 191** – Legenda de espaços do Mercado Municipal. *Pág. 167*

**Fig. 192** – Centro Histórico, perto do largo da Igreja Matriz. *Pág. 167*

**Fig. 193** – Ao fundo das Ribeiras, Ponte Romana, Alameda da Carvalha. *Pág.167*

**Fig. 194** – Junção das duas ruas matriciais, Rua do Castelo e Rua do Vale. *Pág.168*

**Fig. 195** – Vista da Ponte da Carvalha, para a Ribeira Grande. *Pág.168*

**Fig. 196** – Centro Histórico. *Pág.168*

**Fig. 197** – Vista para o Centro Histórico, das escadas que dão acesso ao largo da Igreja Matriz. *Pág.168*

Fonte: Imagens da autora.

## **Índice de Gráficos**

**Gráfico 1** - Percentagem de famílias com 1, 2, 3 ou mais indivíduos no agregado familiar, no município da Sertã. *Pág.53*

**Gráfico 2** - População residente, no município da Sertã. *Pág.55*

**Gráfico 3** - População por grupos etários, no município da Sertã. *Pág.55*

Fonte: INE, PORDATA.



Fig. 3 - LOPES, Ricardo; "Interior": O vale de Foz de Alge, em Figueiró dos Vinhos, uma região que perdeu mais de 50% da sua população desde 1960, segundo o INE, 22/12/2018.



Fig. 4 - LOPES, Ricardo; "Interior": Maria de Lurdes e a sua irmã, Francelina, Limpam as tripas do porco, para a produção de enchidos fumados, uma forma tradicional de armazenar a carne ao longo do ano, aldeia de Mendes, 29/11/2021.

*“Minha terra, quem me dera  
Ser humilde lavrador;  
Ter pão de cada dia,  
Ter a graça do Senhor;  
Cavar-te por minhas mãos  
Com caridade e amor.”<sup>2</sup>*

---

<sup>2</sup>MÓNICA, Maria Filomena; “Deve-se ensinar o povo a ler? a questão do analfabetismo (1926-39)” in *Análise Social*, Vol. XIII, nº 50, 1977, pp. 321-353. (Poema extraído de um livro de leitura de 1929).

# 01

## INTRODUÇÃO



# 01

## INTRODUÇÃO

### 01.1 Enquadramento e Objetivos

O tema da (des) ruralização é composto por diversas subtemáticas inscritas direta ou indiretamente na arquitetura contemporânea, visto ser esta um possível - embora não único - elo de ligação entre o antigo e o moderno, entre o passado e o presente, e por ser também um potencial garante de preservação da memória do local. Tal como o ser humano tem um período de vida, todos os edifícios também o têm, e, como tal, com a evolução constante do mundo, cada construção vai deixando de corresponder às necessidades sociais e económicas, o que, em muitos casos, leva ao abandono. É nestes momentos cruciais que o papel da arquitetura se assevera fundamental para conseguir renovar o conceito do edificado e adaptá-lo a novos fins. Na última década, o interior de Portugal tem sido alvo de reestruturações urbanas e paisagísticas devido à crescente taxa de turismo que alcançou o país nesse período; as aldeias históricas e a vida no meio rural têm sido focos de projetos de investigação, e de uma atenção mediática em função da apetência cada vez maior para o lazer e o prazer por parte das populações das grandes cidades, pelo que a realidade que se vive nestes lugares nos chega com uma rapidez enorme, mas, reafirmamos, mediatizada, e nem sempre revelando a espessura social e os empenhos locais – ou os problemas que se resolvem ou que, pelo contrário, por vezes, se adensam. Essa realidade “filtrada”, não é tão funcional ou linear como a que vivemos no meio urbano. Torna-se necessário compreender o que existe nestes locais e de que forma o podemos elevar e sublimar, utilizando a arquitetura como elemento dinamizador destas áreas.

O turismo é um vetor fortíssimo e bem estruturado para incrementar o povoamento e a eventual fixação das gerações mais novas no interior. No entanto, referimo-nos apenas a visitas pontuais e de curta duração, a uma fruição do que se encontra no “campo” – categoria que vai caindo em desuso - pelo que este projeto estuda algumas soluções para evitar a sazonalidade, arranjando novas estratégias na oferta de empregabilidade.

Sendo Portugal um país assinalado de norte a sul por grandes e extensas regiões rústicas e agrícolas no interior, marcantes na nossa história, a origem deste trabalho nasce na Sertã. A Sertã situa-se na região centro de Portugal - designada por Pinhal Interior - concelho e freguesia pertencente ao distrito de Castelo Branco. Uma área marcada pela ruralidade, onde a Beira Baixa toca a Beira Litoral e Ribatejo. É de sinalizar, a par com a desindustrialização a que se assistiu a partir da década de 70 do século passado, as mutações dramáticas que o território foi oferecendo, em função de um projeto desenvolvimentista, que aqui não cabe discutir, mas que transformou a geografia do país. Com efeito, a construção de autoestradas e suas variantes, de itinerário principais ou complementares, com maior comodidade e conforto para o viajante automóvel, - infelizmente sem acompanhamento pela ferrovia que parece só agora ser assunto despertado, tardiamente embora - alterou as circunstâncias e as relações de força, que já existiam desde sempre, entre um litoral densamente habitado com núcleos urbanos de média e grande dimensão, e um interior de povoamento disperso. Note-se que entre 1930 e 1950, existiam em quase todas as vilas do interior do país, de Norte a Sul, equipamentos industriais de relevância local e com conexão nacional, como moagens, metalúrgicas (grandes ou pequenas e até um conjunto de serviços de cariz regional com grande protagonismo intermunicipal e comarca). Um dos pontos cruciais a combater no interior do país é, efetivamente, o despovoamento e a desertificação. Ao longo das últimas décadas, o meio rural foi ficando ao abandono pelos próprios conterrâneos que procuraram emprego nas grandes urbes litorâneas, para, apenas a ele regressando ocasionalmente.

Registe-se, porém, que o salto crescente que existiu no turismo foi também a favor das aldeias “perdidas” pelo país, e, por consequente, grandes investimentos se fizeram nas habitações rurais para fins de estadia sazonal. Mas, diga-se, com riscos, às vezes mais visíveis, de uma "gentrificação" muitas vezes reduzindo o alcance da reocupação ou repovoamento de vilas e aldeias, desprovidas agora, e afinal, de uma das suas primordiais razões de existir: a produção rural, a agro-pastorícia. As consequências podem ser testemunhadas, nomeadamente, nas diferenças e problemas que se sentem no chamado "governo da paisagem". Não por acaso, já alguém disse e escreveu, que uma boa parte do que hoje acontece no interior do país, não é senão uma espécie de “arqueologia da ruralidade”...

A essência deste trabalho recai na procura de novas experiências que tragam mais conhecimentos, integração de novos usos, acesso a mais recursos, aprendizagem mútua na conceção de novos espaços e identidades rurais, de forma a que esses espaços suscitem, no peito e no estro das pessoas renovados princípios de habitabilidade e convívio. Constitui, assim, uma tarefa que se nos impõe como um imperativo da nossa contemporaneidade. Tendo como base estes pressupostos, a proposta tem como alicerces as duas seguintes premissas:

- **Revitalizar um lugar ligado ao passado** | Transportar para o presente as experiências e passagens antigas de um lugar não é fácil para um contador de histórias, muito menos o será para um arquiteto. Propõe-se uma análise geral, na íntegra, ao Centro Histórico da Sertã, verificando o que se encontra em desuso e em mau estado de conservação, para assim se converter em edificado (re)qualificado. Serão também revistos os circuitos que o visitante é convidado a fazer, de acordo com a morfologia urbana existente. Não esquecendo o espaço público, de permanência, que também será alvo de algumas intervenções.
- **Intervenção no Castelo** | Património cultural que vem desde o período romano, contém no seu interior uma capela e uma torre, mas dele já só existe apenas a muralha. Deixou de ter importância para a população e quase caiu no esquecimento devido à sua quase invisibilidade, foi objetivo de intervenções de reconstrução (em regime de “restauro-cópia” ou mesmo de repriminção) efetuadas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). É o objeto histórico mais antigo da Sertã, e talvez o menos visitado. Esta intervenção será complementar às intervenções anteriores, reformando a relação do castelo com a vila e irá qualificar a proposta urbana para esta zona. A ambição deste projeto passa por estabelecer uma conexão permanente e homogénea com o Centro Histórico, mediante uma estrutura que nele se possa harmoniosamente integrar e adaptar.

## 01.2| Estado da Arte

### Revitalização de Aldeias

*“As marcas e as memórias do Portugal profundo vão-se decompondo com a desruralização e o seu rasto de efeitos colaterais: o despovoamento, o envelhecimento, o abandono da produção agrícola e dos campos, e desaparecimento de certos estilos de vida, saberes e práticas culturais – o interior, no dizer mais frequente sobre estas coisas.”<sup>3</sup>*

O autor acima citado defende que o combate à desertificação deve ser uma atividade constante e persistente pois existe uma discrepância relevante entre o interior do País e o seu litoral em termos de população. Refere, com um tom de tristeza, que a construção é levada para o meio rural de forma excêntrica e desproporcional, tendo como consequência a má utilização dos recursos naturais e ecológicos. Álvaro Domingues afirma que *“o Portugal do pomar, dos açudes, da província, da indústria caseira, dos descantes e das eiras: esse Portugal ingénuo e amoroso, que foi o húmus do Portugal heroico”* não deveria ser posto de parte, pelo contrário, deveria continuar na linha da frente, pois trata-se de um dos pontos fortes e marcantes da nossa cultura e tradição. Assim o faremos, todavia sem saudosismos.

*“A reutilização adaptativa é o processo pelo qual os edifícios antigos que sejam ainda íntegros e robustos se adaptam para acolher novos usos social e economicamente viáveis. É a transformação viabilizada pela própria versatilidade dos edifícios. A reutilização adaptativa oferece a forma mais comum de sobrevivência e valorização da Arquitetura, pois ao ser reabilitado e colocado para um uso totalmente diferente daquele para que foi concebido, o edifício antigo receberá um acréscimo de valor.”<sup>4</sup>*

Pretende-se requalificar o Centro Histórico da Sertã, em que parte do programa consiste na reabilitação de edifícios sem uso e alguns em estado degradado.

---

<sup>3</sup> DOMINGUES, Álvaro; “Vida no Campo: Equações de Arquitetura”. Dafne Editora. Porto. 2011.

<sup>4</sup> LEITE, António Santos; FELICIANO, Ana Marta; “Memória, Projeto e Arquitetura”: Reflexão e Propostas para uma Reabilitação Sustentada do Património Urbano e Arquitetónico. By The Book. 2016

António Santos Leite, um dos autores do livro “Memória, Arquitetura e Projeto”, defende que a salvaguarda do que provém de gerações anteriores e que tem potencial de refuncionalização e re-uso, traz consigo memórias e ambições futuras. Construções que já se encontram em harmonia com a sua envolvente, e que apenas precisam de ajuda para (re)nascer.

*“Pretende-se operacionalizar uma política ativa de qualificação de “urbanismo rural”, comprometida com a capacidade de realizar intervenções segundo modalidades inovadoras, tendo em conta as especificidades deste território, nomeadamente ao nível da estrutura urbana (espaço não edificado e edificado), e da estrutura rural (valores e paisagem), dos valores patrimoniais (igrejas, casarios tradicionais, património arqueológico, etc.) e da estrutura social (envelhecimento, novos rurais, relações de vizinhança, estruturas comunitárias e processos de mobilidade).”<sup>5</sup>*

O projeto de Revitalização do Pinhal Novo, face aos incêndios ocorridos em Pedrogão em 2017, visa a requalificação de toda a zona deflagrada, integrando a componente ecológica e viabilidade do ecossistema presente nesta área do país. Desde o fator demográfico até à estrutura urbana, o objetivo do projeto é intervir de modo geral no quotidiano de cada um, residente, ou o visitante.

### **Conservação e Paisagem**

*“Como a língua ou a história, a paisagem é um poderoso marcador identitário, uma casa comum. Não há paisagens para sempre. A paisagem é o registo de uma sociedade que muda e, se a mudança é tanta, tão profunda e acelerada, haverá disso sinais, para além de pouco tempo e muito espaço para compreender ou digerir as marcas e formas como se vão atropelando mutuamente, ora relíquias, ora destroços.”<sup>6</sup>*

O autor defende que “*não há paisagens para sempre*”, e o que faz parte da nossa função como arquitetos é tentar preservá-la, integrando-a. Tê-la como eixo de ligação entre o antigo e o novo, como se fosse um ícone do tempo. Sem deixar que caia em degradação, antes adaptando-a e mantendo o respeito pela sua configuração primeva e simultânea, integrando-lhe novos elementos significantes.

<sup>5</sup> Programa de Revitalização do Pinhal Interior, 2017.

<sup>6</sup> DOMINGUES, Álvaro; “Vida no Campo: Equações de Arquitetura”. Dafne Editora. Porto. 2011.

## **Memória e Arquitetura**

*“Deste modo, reencadeemos uma vez mais numa única pergunta sem resposta as três perguntas iniciais: o que é a Memória, o Projeto e a Arquitetura; e – já agora – associemos-lhe intencionalmente uma ideia tácita de Reabilitação. Isto é, procuremos compreender as inter-relações recíprocas de como é que a Memória condiciona – ou pode condicionar – o Projeto, como é que reciprocamente o Projeto condiciona a Arquitetura e como é que a Arquitetura se determina – ou se pode determinar a partir da ideia subjacente de Reabilitação.”*<sup>7</sup>

António Santos Leite avança uma questão pertinente quando refere as condicionantes dos três pontos fulcrais, “Memória, Arquitetura e Projeto”, referindo por último o tema base desta proposta de final de mestrado: a Reabilitação. A procura da relação entre diferentes temáticas, sendo elas teóricas ou práticas torna-se imprescindível para a resolução de um projeto. No entanto, é dela que estamos a falar, da Arquitetura. E para que esta nos remeta às vivências e passado da Vila, o autor refere que é necessário enquadrar os materiais utilizados em função dos costumes desse lugar.

## **Enquadramento do Rio Zêzere**

Adjacente ao local de intervenção passam duas linhas de água. Depois de descer a Serra em agitado percurso, o Zêzere, já mais sereno, passa por Belmonte e Covilhã, até se aproximar de Pedrogão Pequeno e Oleiros. A Ribeira da Sertã é um dos afluentes do Rio que nasce em Oleiros e vai desaguar no Rio Zêzere perto da Foz da Sertã. Depois do Mondego, é o segundo maior rio exclusivamente português.

*“Na estrutura ecológica da Sertã destacam-se, pela extensão e composição, os recursos florestais e hídricos, destacando-se três grandes albufeiras (Castelo de Bode, Bouçã e Cabril) e algumas praias fluviais (Praia fluvial do Marmeleiro, Praia fluvial da Sertã, Praia fluvial do Trízio, Praia fluvial do Troviscal). São vários os elementos que vulnerabilizam o território, mas são também muitos os fatores que lhe conferem identidade e diferenciação, sobretudo do ponto de vista do potencial*

---

<sup>7</sup> LEITE, António Santos; FELICIANO, Ana Marta; “Memória, Projeto e Arquitetura”: Reflexão e Propostas para uma Reabilitação Sustentada do Património Urbano e Arquitetónico. By The Book. 2016.

*turístico e do equilíbrio do ecossistema e biodiversidade. O planeamento integrado destes recursos surge como o principal desafio: é necessário equilibrar as diferentes atividades e usos associados a estes espaços; é importante repensar e adequar as intervenções para a mitigação de riscos, proteção do ambiente e conservação da biodiversidade.”<sup>8</sup>*

---

<sup>8</sup> Plano Estratégico Municipal da Sertã, 2016.

## 01.2| Estrutura e Organização

O presente documento estrutura-se em cinco partes: a Introdução; as Aldeias Históricas em Portugal; o papel da Reabilitação na Arquitetura do interior; O lugar, a Sertã; a proposta projetual; e por fim a bibliografia.

O primeiro capítulo consiste na **contextualização do tema** de estudo deste trabalho, a apresentação dos tópicos pré-textuais e a explicação dos pontos de partida, dos conceitos e diretrizes do projeto. Será uma abordagem das linhas-guia de todo este processo e quais os objetivos a atingir, bem como qual a sua estrutura.

O segundo capítulo surge com a **apresentação das problemáticas** assentes no meio rural, e quais os planos de ação utilizados nos últimos anos. É abordado o conceito de “aldeia” e pretende-se perceber qual o contexto de ruralidade, para que sejam aplicadas soluções de acordo com estes critérios.

O terceiro capítulo refere **estratégias de intervenção** nestes pequenos locais, de modo a reverter os problemas mencionados no capítulo anterior. Depois de se exporem as problemáticas, é necessário investigar e reunir métodos para responder a estas proposições. Surge a questão da reabilitação do património arquitetónico, e de que forma estes espaços podem ganhar vida.

No quarto capítulo é estabelecido um **enquadramento do lugar a intervir**. Procede-se a uma contextualização histórica e social do território e do património envolvente, tendo em conta as características urbanas e arquitetónicas do lugar.

No capítulo quinto, previamente são apresentados os casos de referência deste trabalho, de seguida é descrita uma **proposta para a intervenção no Centro Histórico da Sertã**, onde se referem os objetivos projetuais e quais as estratégias de intervenção no lugar.

Por fim é referida a bibliografia usada ao longo da realização do trabalho, assim como de todo o processo desenvolvido que permitiu sustentar as soluções adotadas.

### 01.3| Metodologia

O projeto final de mestrado está dividido em duas grandes partes: teórica e projetual.

A primeira parte é inerente à recolha e organização de conteúdos escritos, históricos e narrativos, que representem fontes de informação teórica e prática. Fazem parte desta componente todos as análises literárias relativas ao tema das aldeias em Portugal e do meio rural.

Ponto de partida inicial: numa primeira fase foram desenvolvidos temas passíveis de serem trabalhados em aliança com a compreensão de conceitos a serem utilizados ao longo de toda a proposta, tendo iniciado a procura de bibliografia pertinente. Assim, a compreensão do lugar e a recolha de informação histórica do concelho, - ou seja, não só da freguesia da Sertã, mas também das restantes freguesias em volta - foi essencial. Do mesmo modo, será operativo conhecer a ligação geográfica ao rio Zêzere que atravessa o território mediante uma análise geral da topografia, orografia e, obviamente, da hidrografia local, informação cuja base foi fornecida pelo arquivo da *Câmara Municipal da Sertã*.

Pertenceu-nos também, em síntese, realizar um estudo relativo à história local, aos costumes e lendas, às barreiras económicas/sociais/urbanas, ao turismo, à gastronomia e às vivências de carácter rememorativo.

No seguimento desta abordagem foram escolhidos e analisados casos de referência, de forma a obter conhecimentos de intervenção projetual para os elementos a ser desenhados.

Uma vez terminada a componente teórica é desenvolvida a estratégia de reabilitação para o núcleo histórico da Sertã.





*“Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver o Universo...  
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer,  
Porque eu sou do tamanho do que vejo  
E não do tamanho da minha altura...”*

*Nas cidades a vida é mais pequena  
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.  
Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,  
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,  
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,  
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.”<sup>9</sup>*

---

<sup>9</sup> CAEIRO, Alberto; “O guardador de rebanhos” in Fernando Pessoa, *Poemas de Alberto Caeiro*, Lisboa, Ática, 1993, p.31.

# 02

## AS ALDEIAS HISTÓRICAS EM PORTUGAL



Fig 8 e 9 - Aldeia Histórica de Monsanto, interior de vila e vista do miradouro do forno, respetivamente.

## AS ALDEIAS HISTÓRICAS EM PORTUGAL

### 02.1| Definição de Aldeia Histórica

*Aldeia, s. f., Pequena povoação rural, de poucos vizinhos, casas quase sempre pequenas e dispostas irregularmente, que não tem jurisdição própria, mas depende da vila ou cidade vizinha.*<sup>10</sup>

*Vila, s. f., Povoação de categoria inferior a uma cidade, mas superior a uma aldeia; povoação sede de concelho que não é cidade ou povoação importante a que foi dada essa categoria.*<sup>11</sup>

Ao longo dos tempos o Homem evolui e através desse processo as suas necessidades modificam-se. O que antes era uma vida nómada, em busca do lugar que providenciasse melhores condições de alimentação e segurança, durante um limitado período temporal para logo entretanto prosseguir em busca do próximo, vai evoluindo para a necessidade de manter um abrigo estável, plantar o que se ingere e domesticar animais necessitando de permanecer mais tempo num mesmo local e adotando, progressivamente, uma vida sedentária. É neste contexto que surgem as primeiras formas de assentamento humano, antes mesmo de o homem organizar estruturas urbanas. O solo é ocupado consoante as necessidades mais imediatas e as condições oferecidas – agrícolas, sociais, hidráulicas, geográficas e de acessibilidade – e assim surgem os primeiros povoamentos em áreas rurais, as quais podem ser classificadas como aldeias.

Juntamente com o Homem, também o território se vê alterado, quase sempre em função de um crescimento social e económico, havendo um paralelismo – ou poderá dizer-se mesmo: uma antinomia – entre estes dois processos: Cidade vs. Homem.

O presente estudo incide sobre a região das beiras, demarcada por aldeias históricas, cuja morfologia urbana recai maioritariamente numa arquitetura militar. A existência de muralhas, geralmente desenvolvidas junto de um castelo, constitui um núcleo de defesa das populações que nelas se estabeleceram. São fatores como estes que incutem nestas aldeias uma soberba importância histórica.

<sup>10</sup> Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.

<sup>11</sup> Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.



Fig. 10 e 11 - Monsanto, foi considerada a *Aldeia mais Portuguesa de Portugal* em 1938, através de um concurso organizado pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI). Está dentro da rede das 12 aldeias históricas.

*“A pequenina, mas altaneira terra beiroa, com a alma de Portugal em seus braços erguidos, tornou-se um símbolo. Monsanto é, de facto, a imagem empolgante da nossa pobreza honrada e limpa, que não inveja nem quer a riqueza de ninguém, selo da pátria espiritual que fomos e queremos ser. No alto do Monte Sacro dos romanos, aos pés das ruínas fortes do Castelo, este povo vive contente a rezar, a dançar e a cantar.”*<sup>12</sup>

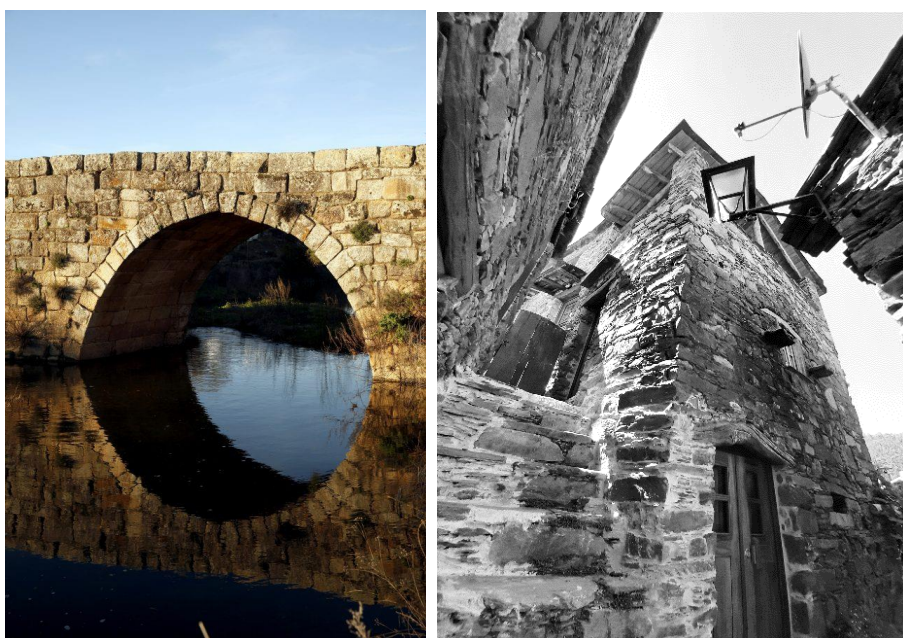


Fig. 12 - Idanha-a-Velha, ponte romana. Aldeia inserida no programa das *Aldeias Históricas de Portugal*.

Fig. 13 - Piódão, inserido no programa das *Aldeias Históricas de Portugal*.

<sup>12</sup> FERRO, António, CUNHA, Luís; *“A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional, Braga, Universidade do Minho, 1994.*

Dentro das inúmeras campanhas de restauro do património histórico levada a cabo pela direção geral dos edifícios e monumentos nacionais (DGEMN), que se viriam a definir programas, com execução lenta, mas sólida, de valorização de aldeias ou vilas, ou mesmo cidades históricas, aliás assim consideradas pelo papel real e/ou simbólico que detiveram na própria definição do reino e pelas suas características originais, eventualmente preservadas por via de uma ausência óbvia de pressão urbanística. São os casos das “cidades históricas” de que destacamos os exemplos mais importantes, como os de Évora, Guimarães (“Berço de Portugal”) e Óbidos.

No entanto, procurámos saber os critérios utilizados para definir um lugar como uma “aldeia histórica”. Com efeito, é na sequência destas importantes reflexões que, nos anos 90, surge o programa integrado conhecido como “Programa das Aldeias Históricas”, que data, na sua origem de 1991. O Programa foi implementado com o objetivo de reabilitar algumas das zonas rurais mais depreciadas do território português, as designadas “aldeias históricas”, dotadas de um maior e convincente valor patrimonial e que apresentavam uma reduzida densidade populacional.

Note-se, ainda, que as aldeias históricas representam núcleos urbanos com uma ampla diacronia, já que em muitos, senão mesmo na maior parte dos casos, a sua data de fundação antecede a própria definição da nação portuguesa. Grande parte destes núcleos situam-se em zonas de cota elevada, com estruturas defensivas ao seu redor. Por sua vez, grande parte destes núcleos eram parte integrante da defesa do território e por isso, são muitas vezes caracterizados pela sua arquitetura militar. Assente no princípio da valorização do património, os critérios de seleção dispunham-se mediante as seguintes variáveis:

- Existência de património arquitetónico, arqueológico ou ambiental classificado;
- Unidade formal do tecido urbano e construído;
- Interesse histórico-cultural;
- Integração em circuitos turístico-culturais temáticos;
- Índice de desertificação;
- Carência de infra-estruturas turísticas;

Muitos casos de reabilitação centraram-se na reabilitação de estruturas defensivas, a maior parte das quais medievais, mas com a inclusão da vila ou aldeia (ou de

uma parte da cidade se fosse esse o caso). Constatamos aqui apenas com os projetos do último quarto do século XX, alguns dos quais prologando-se pelo nosso século.

O Programa de Aldeias Históricas foi assim uma iniciativa do governo português tendo como intervenientes as autarquias, a DGEMN e o então IPPAR<sup>13</sup>. Os trabalhos decorreram a ritmos diferentes conforme a capacidade interventiva de cada uma das entidades e, muito em especial, a disponibilização de fundos, quase todos eles potenciados pelo Orçamento de Estado (OE) combinado com a participação da Comunidade Económica Europeia (CEE), depois União Europeia (EU) e dos fundos constituídos para esse efeito em programas de financiamento próprios, alguns dos quais de índole transfronteiriça (I Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999)) e aprofundado durante o quadro seguinte reforçado ente 2000-2006.

Bem entendido, vale dizer, também e sem prejuízo do que acima afirmamos, que é também verdade que este programa tinha como alvo as “aldeias típicas” portuguesas – que eram as de maior capacidade de patrimonialização –, e as medidas impostas visaram a valorização do património histórico cultural para fins turísticos, já que o principal objetivo era melhorar as condições de vida da população e dos seus equipamentos mas, ao mesmo tempo, disseminar o conhecimento de aldeias em alguns casos exteriores a circuitos de fruição trística. Assim, no Programa de Aldeias Históricas foram abrangidos núcleos urbanos e castelares da zona Centro do país e o resultado, desigual, naturalmente, acabou por dar uma proveitosa visão do que era (e não era) possível realizar. Contaram-se as seguintes intervenções:

- Almeida (vila e sede de concelho)
- Castelo Mendo, (concelho de Almeida)
- Castelo Novo, (concelho de Fundão)
- Castelo Rodrigo (vila)
- Idanha-a-Velha, (concelho de Idanha-a-Nova)
- Linhares, (concelho de Celorico da Beira)
- Marialva, (concelho de Mêda)
- Monsanto (vila do concelho de Idanha-a-Nova)
- Piódão, (concelho de Arganil)
- Sortelha, (concelho de Sabugal)
- Belmonte (vila)
- Trancoso (cidade)



Fig. 14 - Mapa esquemático com a localização das Aldeias Históricas na beira interior.

<sup>13</sup> Instituto Português do Património Arquitectónico

Documento aprovado pela Comissão Europeia que descrevia a estratégia de ação plurianual dos fundos estruturais europeus e os restantes recursos financeiros a mobilizar.

## 02.2 | Despovoamento e envelhecimento da População

Em 1920 vivia-se em média 36 anos. Na década de 60, muitos portugueses para fugir ao medíocre estilo de vida tiveram de “fazer as malas”. Década de todas as partidas onde as mães choraram a morte dos seus filhos no ultramar – na Guerra -, e o país perdeu milhares de jovens adultos. O processo, aliás anunciava-se já desde a década anterior com a emigração para os países mais desenvolvidos da Europa, após a vaga oitocentista de inícios do século XX em que a emigração se fazia preferencialmente para o Brasil e, ocasionalmente para os EUA. Após o 25 de Abril, a sociedade teve acesso a mais educação e muitos processos de ruralidade empobrecida encontraram estímulos exteriores, geralmente suscitados pela vida das grandes urbes, e devido a uma insustentabilidade da vida rural, que menos do que rural, era, isso sim, rústica. Mais saúde e com isso aumentou também a esperança de vida, de que resultou um envelhecimento populacional acentuado, especialmente sensível no interior do país. Outros fatores decorrem de melhores condições de vida e de trabalho. Por exemplo, já em 1982 as mulheres, se encontravam no mercado de trabalho; mas, também fruto da generalização do uso de contraceptivos, uma conquista dos anos 60 que fez gradualmente a sua entrada nas regiões rurais, deixam de dar á luz uma “prole”, como era uso em tempos idos, uma “prole” (que como o nome o indica consistia num proletariado rural, mal pago) que pudesse assegurar a renovação de uma geração. Portugal hoje em dia é um país de “filhos únicos”.

*“A demografia é como se fosse um elefante, move-se muito devagar, mas está em movimento.”<sup>14</sup>*

Com efeito, insistimos, desde os anos 60 que começámos, nós, o País, a sentir esta mudança. Temos mais tios que irmãos, os nossos avós tinham muito mais irmãos do que hoje têm netos. Hoje em dia é quase impossível conciliar as horas de trabalho com a vida “de mãe”, daí provém a diminuição do número de filhos. O facto de a mulher ter entrado no mercado de trabalho, desencadeou uma espécie de revolução familiar, pois deixou de ter tanto tempo disponível para a família e começou a significar uma redução considerável na taxa de natalidade.

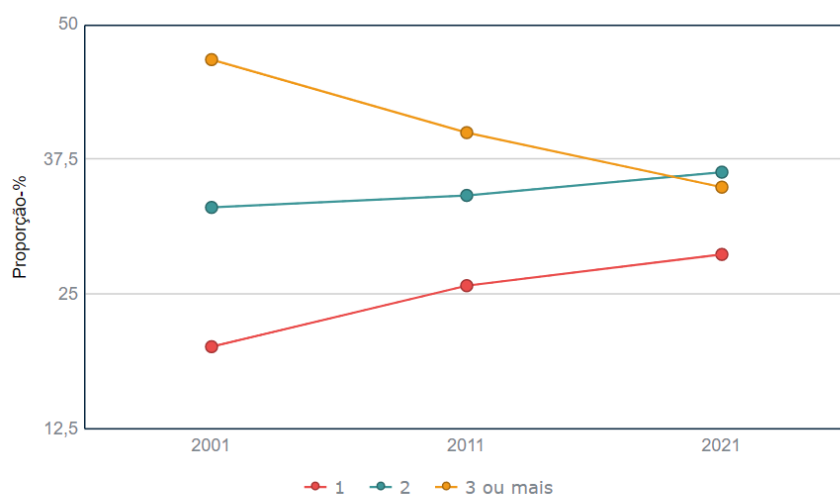
<sup>14</sup> João Ferrão, geógrafo; no documentário “nós portugueses, nascer para não morrer”.

Porque, obviamente, não se pode fazer tudo ao mesmo tempo: ter um nível de educação superior, um trabalho a tempo inteiro e tratar das crianças e do trabalho doméstico, sem deixar nada para trás. E foram os filhos que ficaram para trás.

Nos anos 60, tínhamos a segunda taxa de natalidade mais elevada da Europa. Até aos anos 80 tínhamos um índice/valores que garantiam a substituição de gerações, relacionado com o índice de fecundidade da mulher. Dois filhos por casal: permite substituir o pai, substituir a mãe, ou seja, permite pelo menos substituir as gerações. Um filho por casal: não chega a substituir o antecessor.

A ciência e a tecnologia redefiniram os limites da resistência humana; mudou a forma como nos vestimos, aquilo que comemos, como trabalhamos e até como nos relacionamos. Mudou ainda o local onde vivemos, enquanto em enormes áreas daquilo a que chamamos *interior*, avança, apagando os vestígios do homem.

O sociólogo Pedro Góis, afirma que *“É interessante perceber para já uma coisa, que o conceito - interior/litoral - que nós hoje utilizamos, nem sempre existiu, e até meados do século passado, até aos anos 50, não havia essa ideia de litoral/interior, por exemplo, em livros de geografia, a ideia de interior era o miolo do país, ou seja, excluía tanto o litoral como as regiões fronteiriças, portanto é importante reconhecer que esta oposição que hoje reconhecemos sendo tão familiar, ela começou a emergir no final dos anos 50, porque foi quando em Portugal se começou a desenvolver o modelo urbano-industrial nas principais cidades e no litoral em geral. E esse modelo urbano-industrial significou que as áreas rurais ficaram para trás. E como ficaram para trás, as pessoas foram obrigadas a migrar.”*



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

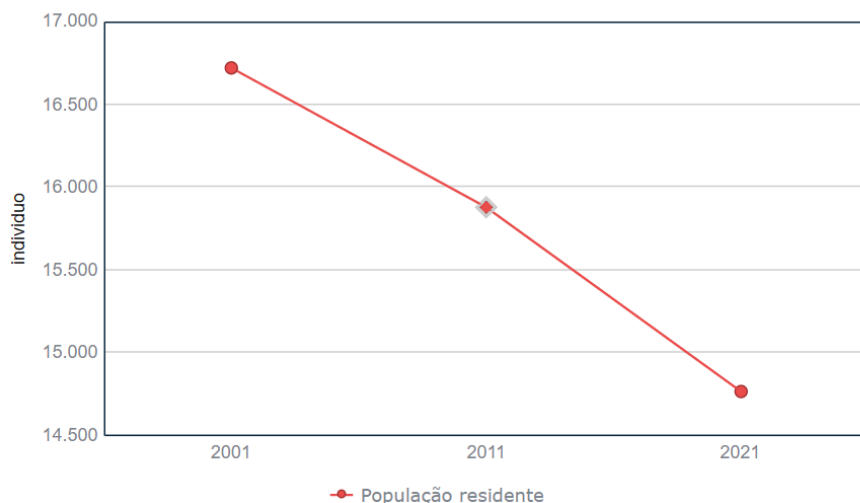
Gráfico 1. Percentagem de famílias com 1, 2, 3 ou mais indivíduos no agregado familiar, no município da Sertã.

O envelhecimento demográfico caminha lado a lado com o despovoamento. A população distribui-se de modo muito desigual no território português. Esta distribuição tem que ver com questões de senso comum: onde há emprego? Onde podemos organizar a nossa vida? Onde está a nossa família? O que sonhamos para o nosso futuro? Depende de um conjunto de fatores muito diversos, onde o emprego tem uma importância muito grande. A população tem vindo a fixar-se no litoral, e mesmo dentro do litoral, o maior trecho com população é entre Braga e Setúbal. Aquilo a que chamamos “interior”, despovoado, tem mais concentração dentro das pequenas cidades e vilas. Com as áreas rurais dentro destes conselhos, podemos afirmar que estamos perante uma “dupla” desertificação do país.

Aldeias abandonadas: são as memórias, tantas vezes fantasmáticas, que povoam as ruas. Onde “ficar” é resistir a uma devoção enorme pelo local onde se nasceu. Uma repartição demasiado desigual das regiões, cria problemas àqueles que sofrem mais com este fator. E o despovoamento transforma-se num ciclo vicioso.

Irão agravar-se no futuro os desequilíbrios territoriais em Portugal. A uma menor densidade populacional numa enorme área no interior, irá juntar-se uma enorme pressão nos centros urbanos do litoral do país. O excesso de população não traz vantagens, e recai na perda da qualidade de vida.

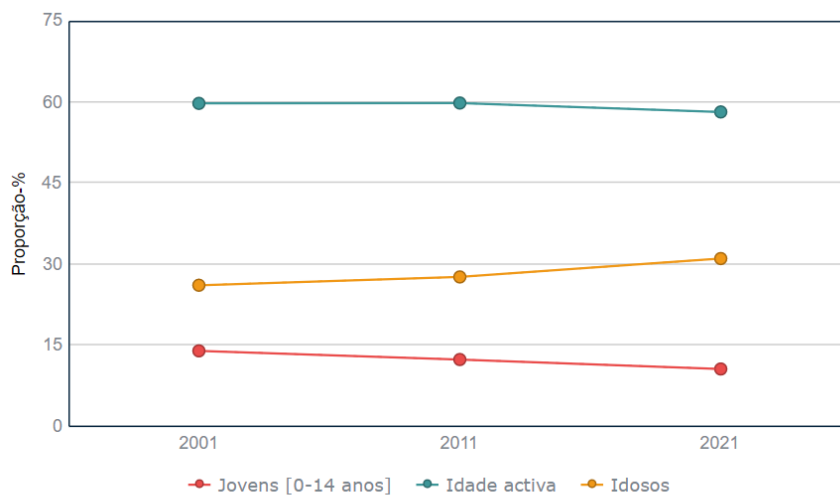
Através de uma reflexão produzida na análise ao local de intervenção são aqui detetados desafios e problemáticas a enfrentar durante todo este processo. A identificação de ações prioritárias, dando continuidade ao envolvimento de diferentes paradigmas reflete, como vimos, a regressão e o envelhecimento demográfico, que se traduzem na dificuldade em atrair e fixar população, - sobretudo jovem, em idade ativa -; eis um dos grandes desafios que se colocam ao Município da Sertã. Reverter esta tendência passa pela capacidade de criar atrativos de qualidade, onde o emprego e a qualidade de vida se tornam aspetos incontornáveis. Note-se que em função dos últimos três momentos censitários, o município da Sertã viu diminuir sucessivamente a sua população residente, sendo que em 2001 existiam 16.720 habitantes, e em 2021, 14.770 habitantes. Falamos, portanto, de um decréscimo de 11,7%. Em 2021, o município da Sertã tinha 290 idosos por cada 100 jovens, mais 104 do que em 2001. Tal correlação corresponde ao 7º maior índice de envelhecimento entre os municípios de Médio Tejo (13 municípios).



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Gráfico 2. População residente, no município da Sertã.

A população com idade ativa, apesar de tudo, é a que apresenta maior percentagem de habitantes no município: em 2001, cerca de 60%, percentil que apenas regrediu 2% nos vinte anos seguintes. A população idosa é a segunda em percentagem: em 2001 com 26,2% e nos últimos 10 anos, subindo até aos 31%. A população jovem [0-14 anos] caiu de 14,1% para 10,7% nos últimos três censos. Podemos verificar estes valores no gráfico que se segue.



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Gráfico 3. População por grupos etários, no município da Sertã.

Relativamente à dimensão do agregado familiar, representado acima no gráfico nº1, em 2001, a percentagem de famílias com três ou mais elementos era a mais alta, com 46,8% no município da Sertã. A mesma regrediu, passando a

34,90% em 2021. Ou seja, são cada vez em maior número, as famílias com menos elementos.

No que respeita ao emprego, o tecido empresarial e os níveis de especialização, em articulação com a oferta formativa são as questões chave. O conselho da Sertã pode tirar partido das áreas em que apresenta algum nível de especialização, procurando articular o tecido empresarial, o emprego e a formação. Haverá que vencer os desafios da falta de qualificação académica e profissional da grande parte da população ativa, reforçando os passos que têm sido dados nesse sentido ao nível do ensino técnico profissional, em particular nos setores que geram mais emprego e mais riqueza, como a agricultura e a silvicultura, a indústria transformadora, a construção e o comércio e a reparação de veículos motorizados e o transporte e armazenagem, mas também a educação e as atividades associadas ao alojamento, a restauração e atividades de consultoria, científicas e técnicas.

A referência à qualidade de vida suscita uma perspetiva abrangente e integrada das várias áreas de atuação do município, através da melhoria da rede de equipamentos e serviços e outras amenidades.



Fig. 15 - Lopes, RICARDO; "Interior": Gerardo Gonçalves, 86 anos, e o seu filho, José, 56, à porta de sua casa. Gerardo é viúvo e incapaz de trabalhar. José tem uma deficiência motora resultante de complicações no parto e é quem assegura o tratamento dos animais e recolher lenha para cozinhar e aquecer a casa.



Fig 16 - Lopes, RICARDO; "Interior": Horácio Lopes, 85, e Esmeralda Rodrigues, 84, no alpendre de sua casa. Horácio começou a trabalhar aos 9 anos de idade, abandonando a escola primária. Emigrou a salto em 1965, tendo atravessado os Pirinéus a pé durante a noite para evitar ser detectado. Durante os 16 anos que trabalhou em Paris, Esmeralda cuidou dos filhos e do lar, enquanto aguardava o regresso do marido a Portugal, 26/11/2021.



Fig. 17. Dias de Feira na Vila da Sertã.

Fig. 18. Antiga Central de Transportes da Sertã.

Fig. 19. Festa da Nossa Senhora dos Remédios, Sertã.

### 02.3| O meio rural enquanto cultura e modo de vida

As marcas e as memórias do Portugal profundo vão-se decompondo com a “desruralização” e o seu rasto de efeitos colaterais: o despovoamento, o envelhecimento, o abandono na produção agrícola e dos campos, o desaparecimento de certos estilos de vida, saberes e práticas culturais – o “interior”, no dizer mais frequente sobre estes temas.

Quem vê a grande simplicidade e a leveza dos paraísos perdidos no interior é quem está no exterior; e pensa que o mundo rural e Natureza são sinónimos e são lugares para “passar férias”.

Percebendo a metamorfose da industrialização dos campos não será difícil perceber até que ponto se afastaram os significados das palavras agrícola e rural. Agrícola é a economia (os preços, as tecnologias de produção, os mercados, etc). Mas o rural também é cultura.

*Desruralização* é um conceito que se usa nas ciências sociais para denominar o processo de mutação sócio-económica e territorial, resultante da perda de importância da atividade agrícola (agro-florestal e criação de gado) e das culturas e modos de vida rurais tradicionais das sociedades camponesas. O recuo demográfico, o despovoamento e o abandono do solo agrícola são alguns dos factos mais insistentemente referidos sobre o assunto. Outras vezes, ouve-se apenas o lamento pela perda de velhas tradições, costumes, ofícios e outras manifestações da cultura imaterial.

A desruralização mobiliza, de facto, uma questão multifacetada que aparece enunciada de diferentes formas consoante o modo de problematização. Apesar dessa diversidade, existem pelo menos duas faces distintas, que interessa iluminar para que se perceba melhor a profundidade das transformações em causa:

- a transformação ou desaparecimento da agricultura enquanto economia (produção, distribuição, consumo, sistemas e tecnologias de produção, produtos, preços, mercados, etc.);

- a transformação da cultura rural enquanto modo de vida, visão do mundo, sistema de hábitos, crenças, tradições ou comportamentos.

Os meios rurais estão ainda subordinados às práticas agrícolas e, incapazes de acompanhar o desenvolvimento desta atividade a grande escala, tornam-se núcleos isolados, que vivem da subsistência da exploração dos seus recursos. Como vimos, caracterizados pelo afastamento dos grandes centros e pelos escassos acessos, estas zonas são desfavorecidas dos seus atributos. Além disso, vivem uma realidade de baixa densidade populacional e económica, que consequentemente levam ao envelhecimento da população, ao desemprego, à exclusão social. Sujeito à diminuição da população, a conservação do lugar passa para segundo plano o que leva à crescente deterioração do mesmo.

*“Para além da oposição urbano/rural, existe uma outra: cidade/campo. Os significados e as hierarquias são semelhantes: cidade é o centro, o poder; campo é a vastidão dos territórios onde habitam os súbditos, o vulgo, a plebe, os rústicos..., ou os idiotas, e se produzem alimentos, lenha, carvão, ou outra coisa qualquer, coisas mais próximas das necessidades do corpo do que do espírito. Quem podia, às vezes, saía da cidade e ia para o campo, administrar os seus domínios, caçar pardais ou apanhar ar. Hoje, há muito quem só tenha sossego e paz de espírito quando está ou no centro histórico (a cidade) ou na aldeia típica (o campo); tudo o resto provoca indiferença, azia e amnésia. Além do campo há também a praia e a montanha. Estranha forma de vida.”<sup>15</sup>*

---

<sup>15</sup>DOMINGUES, Álvaro; “Vida no Campo”: Equações de Arquitetura; Dafne Editora, Porto 2011.



**Perdi os meus fantásticos castelos**

*“Perdi os meus fantásticos castelos  
Como névoa distante que se esfuma...  
Quis vencer, quis lutar, quis defendê-los:*

*Quebrei as minhas lanças uma a uma!  
Perdi minhas galeras entre gelos  
Que se afundaram sobre um mar de bruma...  
– Tantos escolhos! Quem podia vê-los? –*

*Deitei-me ao mar e não salvei nenhuma!  
Perdi a minha taça, o meu anel,  
A minha cota de aço, o meu corcel,  
Perdi meu elmo de ouro e pedrarias...*

*Sobem-me aos lábios súplicas estranhas...  
Sobre o meu coração pesam montanhas...  
Olho assombrada as minhas mãos vazias...”<sup>16</sup>*

---

<sup>16</sup>ESPANCA, Florbela; A mensagem das violetas: antologia, Porto Alegre, L&PM, 1999.

# 03

## A REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS NO INTERIOR

*“O que é, em suma a interpretação de um monumento de um sítio?: nada mais nada menos do que o primeiro passo para reintegrar, sem perda de «aura», sem alienação do objecto, o monumento ou o sítio nessa ordem contemporânea: conservando o monumento, valorizando o monumento, explicando e interpretando o monumento, para lhe conferir apenas, esta pequena dose de utilidade e de interacção. Uma pequena dose de utilidade, que se esgueira em filigrana perante a inutilidade absoluta de qualquer ruína, de qualquer sítio que já foi.”<sup>17</sup>*

---

<sup>17</sup> PEREIRA, Paulo - *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 92

## A REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS NO INTERIOR

### 3.1 | Reabilitação do Património Arquitetónico

*Património, s. m. Qualquer espécie de bens, materiais ou morais, pertencentes a alguém ou a alguma instituição ou coletividade.*<sup>18</sup>

A definição de Património pode ser considerada como uma ação envolvente de elementos e fatores que dependem de circunstâncias associados à herança comum de bens passados. De facto, numa definição simplificadora mas que cremos clarificadora, o universo do Património divide-se em duas frações, a Cultural e a Natural. A fração Cultural, engloba tudo aquilo concebido pelo ser humano. No mesmo patamar, o Património Natural, engloba tudo aquilo que à Natureza diz respeito, como reservas naturais e nacionais. A subdivisão subsequente, em Património Cultural Imaterial (tudo o que engloba entidades / identidades como músicas, tradições, costumes, etc.), ou Património Cultural Material (que engloba os fenómenos Móveis e Imóveis). Dentro desta conceção abrangente e consensual, considera-se Património Cultural Material Móvel, todos os documentos e obras de arte integrados ou correlacionados com os imóveis, mas igualmente as paisagens culturais que, contendo a natureza, não deixa também de mostrar essa mesma natureza como uma natureza em alguns casos já domesticada e transformada pela presença do homem.

A interpretação dos conceitos de autenticidade e de integridade, evidenciam o tratamento de critérios fundamentais, não apenas para o estudo e o inventário do património, mas também para as diferentes metodologias de intervenção. A Autenticidade, representa um fator qualitativo essencial relativamente à credibilidade das fontes de informação históricas. O significado da palavra autenticidade está intimamente ligado à ideia de verdade. Os edifícios e lugares são objetos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural que carece da compreensão e aceitação da comunidade, que os converte em património.

<sup>18</sup> Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.

Pode significar o conjunto de características fundamentais, historicamente determinadas, do original ao estado atual, como resultado das várias transformações que ocorreram ao longo do tempo.

É a qualidade de um bem patrimonial de expressar os seus valores culturais, através dos seus atributos materiais e dos seus valores intangíveis, de uma forma verdadeira e credível. Depende do tipo de património e do seu contexto cultural. A integridade, constitui o caráter completo de um lugar onde estão incluídos significados, sentidos, atributos materiais e imateriais adjacentes ao significado cultural. Representa a metodologia associada à conservação do património construído e todos os valores e atributos inerentes.

Fig. 24 - Torre de Menagem de Melgaço, “Núcleo museológico instalado na Torre de Menagem do Castelo, em plena Zona Histórica, este Núcleo foi criado para valorizar a Torre em si mesma, mas também para dar a conhecer o património arquitetónico, histórico e cultural de Melgaço. A exposição interior centra-se no património arquitetónico e arqueológico, desde a Pré-história até à Idade Contemporânea.”

Fonte: cm-melgaco.pt



O património arquitetónico é o reflexo de uma identidade, é portador de mensagens do passado, inspiração para as gerações futuras, é o testemunho vivo e atual da história de uma região ou de um país.

De acordo com a definição da Convenção do Património Mundial “Monumentos, são obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos com estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da Arte ou da Ciência.”

Esta designação, não se aplica apenas às obras eruditas, mas também às obras mais modestas que assumem através do tempo valor com significado cultural. Por outro lado, o conceito de monumento histórico engloba além da Arquitetura erudita isolada, o sítio, a arquitetura rural ou urbana, testemunho de civilização ou manifestação de acontecimentos históricos marcantes.

O monumento é um elemento histórico portador de valor artístico e sentimentos de memória. E esta, a memória, faz parte da concepção da história e do tempo, pois quando se fala em preservar um objeto, está intrínseca a premissa de que ele transporta até aos dias de hoje uma memória de séculos.

O objeto a ser considerado património cultural, passa por quatro pontos cruciais da sua história: civilização, cultura, evolução e progresso; carrega valores que depois são qualificados e classificados. Hoje, todos esses valores são reportados, e grande parte, por componentes museológicas que no fim fazem a conexão com matérias decorrentes, como sejam as de carácter político e social. É um ciclo. Todo o património arquitetónico com significado cultural, ou se preferimos referi-lo como “heranças arquitetónicas”, têm um carácter simbólico (nalguns casos, “sagrado”, nas suas várias acepções) tendo como consequência que as marcas que o tempo imprimiu sobre elas fazem parte da sua essência, caracterizando valores históricos, artísticos e sociais, com os quais a comunidade se pode (ou não, o que é raro...) identificar.

O património, como elemento dinamizador da paisagem, estabelece a ligação entre o novo e o antigo, como um elo de conexão para as novas dinâmicas de acordo com os novos requisitos sociais. As práticas de reabilitação do património são cada vez mais frequentes, dada a memória coletiva da sociedade. Aquilo que antes eram consideradas obras obsoletas, atualmente adquiriram um valor histórico e arquitetónico, permitindo uma nova abordagem de salvaguarda das mesmas.

O termo “Património” pode significar herança familiar. Depreende tratar-se de um bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial, herdado por uma determinada comunidade que reconhece e identifica os mesmos valores. Inserido no Património, o monumento é o portador dos valores que suportam a memória.

De acordo com o parâmetro do património arquitetónico que foi acima referido, bem como aos valores e memória de que é portador, considera-se uma base para o desenvolvimento futuro, não podendo ser visto como algo pertencente ao passado, mas sim como algo pertencente ao presente com o encargo de potenciar o progresso futuro da comunidade.

É visto como a necessidade de transmissão de conhecimentos entre gerações, algo que permite à sociedade interpretar a passagem do tempo. Nenhum projeto arquitetónico pode ser desenvolvido sem ter em consideração o passado,

tendo em conta a importância do seu papel para a população local e o papel que futuramente irá representar na região.

A melhoria dos acessos a estes locais, transforma-os em refúgios da cidade e são, por isso, cada vez mais procurados para turismo rural, sobretudo devido à cultura local que tanto os caracteriza. Estas zonas rurais começam a ser mais convidativas devido às novas dinâmicas e vivências que procuram, nomeadamente, os recursos locais, a paisagem e mesmo o património destes lugares. Todos estes aspetos, atraem agora uma nova geração de pessoas que já não vê as zonas rurais de uma forma depreciativa, mas apaziguante.

Aliando a reabilitação do património arquitetónico ao turismo, podemos realçar O Convento de Santo António, na Sertã, hoje em dia conhecido como o *Convento Hotel da Sertã*.



Fig. 25 - Convento de Santo António quando foi ocupado pela Guarda Nacional Republicana.

Fig. 26 - Convento Hotel Sertã, atualmente.

Os “franciscanos descalços” província de Santo António de Portugal foi a eleita para ocupar o convento e a primeira pedra do novo edifício foi lançada a 8 de julho de 1635. Em 1639 foram iniciados os dormitórios do convento, e, mais tarde quando concluídos, foram iniciadas as oficinas. É por esta altura que acontece o arranque das obras de reconstrução da igreja, terminadas alguns anos depois. Os religiosos viviam com imensas dificuldades e bastante afetados por doenças, o que levou à construção de um hospício em Cernache do Bonjardim (mais tarde transformado no convento de São José). Fundado em 1699, os frades deste convento viram a desempenhar um papel fundamental na educação de muitos jovens do concelho.

Em 1722, eram dadas aulas de latim no interior do edifício. Já em 1920 o edifício foi adquirido pela câmara Municipal da Sertã, que aí instalou o quartel da GNR e as cadeias civis. Em 1996, iniciou-se uma intervenção no edifício de modo

a convertê-lo numa biblioteca municipal. As obras foram abandonadas dois anos depois. Em 2013 é inaugurado como hotel de 4 estrelas.



Fig. 27 e 28 - Interior dos quartos e sala de refeições (pormenor da pré-existência da estrutura do convento).

Entende-se ou presume-se então, que a arquitetura é o elemento de conexão entre o turista e os valores do lugar, uma vez que possibilita *“quotidiano diferentes do quotidiano de muitos hóspedes.”*<sup>19</sup>

Estes valores podem subdividir-se em valor cultural e valor económico, em que o valor cultural demonstra se as características dos elementos contruídos se enquadram nas tradições e culturas da região onde se inserem, enquanto o valor económico se relaciona com a capacidade do local de ser utilizado para fins turísticos.

*“Assim, entendemos a temática do turismo como um motor fortíssimo para a preservação, a requalificação e a transformação de lugares habitados, desejavelmente, com uma intensidade de vida urbana própria, que convoque o interesse de toda a comunidade de viajantes/turistas em movimento permanente, e que lhes suscite o desejo de permanecer.”*<sup>20</sup>

<sup>19</sup> BRITES, Flávio Bruno Belo, (2016), “Arquitetura e Turismo: Uma Proposta para a mina de São Domingos”, Tese Final de Mestrado, Universidade de Lisboa – Faculdade de Arquitetura, p. 43

<sup>20</sup> SALVADOR, Fernando S. & NUNES, Margarida G. (maio/junho 2012), in BATISTA, Luís Santiago – Portugal Turístico, Perspetivas Críticas – ARQA 102, p. 37

### 3.2| A Requalificação Urbana como eixo de desenvolvimento dos Centros Históricos

É importante perceber e distinguir a diferença entre os conceitos de Reabilitação – já acima mencionado – Requalificação e Revitalização, visto que são tipologias de reconversão urbanas muito semelhantes, ou até mesmo equivalentes. É de igual forma importante reconhecer e identificar onde e quais os termos que se inserem objetivamente no presente trabalho.

Qualquer uma destas formas de atuação, trás agregado a si aspetos económicos e sociais que terão impacto nas zonas a trabalhar. Qualquer um dos termos em estudo são estratégias de intervenção e conseqüentemente, melhoramento urbano.

O termo **reabilitação** traduz uma serie de ações de reaproveitamento e adaptação, a novas situações em termos de funcionalidade urbana. As operações de reabilitação urbana surgiram nos anos 60, como consequência das sugestões emanadas pela UNESCO no documento *“Recommendation concerning the safeguarding of the beauty and character of landscapes and sites”*, que terá sido publicado em dezembro de 1992 (UNESCO, 2007). Essa recomendação incentivava a salvaguarda das paisagens e dos sítios naturais, urbanos e rurais, sempre que possível. Trata-se de reajustar o tecido urbano degradado, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, dando ênfase ao seu carácter habitacional, no qual geralmente se fazem duas intervenções complementares, no edificado e na paisagem urbana. Em suma, diz respeito à execução de obras de recuperação, conservação e readaptação das casas, dos edifícios e dos espaços urbanos, devendo sempre respeitar o carácter arquitetónico do edificado e, no fim, resume-se à revitalização funcional dos espaços urbanos, uma vez que o seu objetivo é melhorar a vida de quem vive e torna-los mais atrativos para quem os possa visitar.

Quando nos referimos à **requalificação** de um lugar, principalmente no contexto urbano, este consiste num conjunto de medidas que procurem promover a vida dos espaços urbanos em que atuam, passando pela promoção da regeneração das casas e dos edifícios, a arquitetura dos acessos e também a promoção do emprego. Uma Requalificação urbana traz impactos sociais, fomentando a gentrificação de classes com maior poder económico e aumentando a mobilidade social dos espaços.



Fig. 29 - As imediações (reconstruídas) da basílica de Saint-Denis: «Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais, a fim de salvaguardar a sua integridade...» (*Carta de Veneza*, art.14).

*“A razão porque algumas cidades são cidades históricas é porque se exprimem numa linguagem que é suficientemente rica para assumir diferentes significados em diferentes contextos.”<sup>21</sup>*

Para o conjunto de ações que foi referido no presente tópico, assume-se que, globalmente, tratamos de revitalização urbana, um aglomerado de intervenções que procuram resolver problemas de domínio estrutural, social e económico. Procura-se sobretudo dar nova vida e ajudar na renovação de cidades. Agregando o tema das aldeias históricas a esta componente da revitalização urbana, podemos destacar alguns casos de pequenas cidades no interior que sofreram diversas reestruturações ao longo da vila, em prol de um melhoramento para quem lá vive e para quem as visita.

Vejamos o caso de Monsaraz. Situada na peneplanície alentejana, Monsaraz é hoje um dos destinos rurais mais visitados. Uma vila cercada de uma fortificação medieval, contendo uma variedade de elementos arquitetónicos com valor patrimonial.

Classificada como Monumento Nacional desde 1946, Monsaraz tem vindo a ser alvo de contínuas intervenções de reabilitação e conservação dos espaços. De diversas medidas implementadas, pode salientar-se a reabilitação da muralha envolvente. Este processo, além de recuperar uma estrutura de enorme valor patrimonial, inclui ainda um percurso pedonal. O objetivo desta intervenção é incluir a paisagem no património. Este percurso permite aos visitantes fazer uma leitura da envolvente da muralha, estabelecendo uma relação direta entre o interior e o exterior.

Com o intuito de evitar o congestionamento automóvel no interior da vila, foram criados espaços específicos para estacionamento dos carros. Desta forma, a visita à vila é feita de forma pedonal e sem constrangimentos de viaturas.

Outras das medidas aplicadas foi a reabilitação do edificado da vila, permitindo novos usos dos espaços, nomeadamente espaços culturais de fruição pública, como é exemplo o Centro Interativo da História Judaica de Monsaraz.

---

<sup>21</sup>“Transformação e identidade do Centro Histórico” in Revitalización urbana, económica e social, Barcelona, Novembro de 1989.



Fig. 30 e 31 - Vista aérea da Vila de Monsaraz, no interior da fortificação.



Fig. 32 e 33 - Rua Direita de Monsaraz, ladeada por comércio e reservada apenas a acesso pedonal. A circulação automóvel é restrita.



Fig. 34 e 35 - Relação que se estabelece do interior da muralha para o exterior, de forma a contemplar a paisagem circundante.



Fig. 36 e 37 - Bolsas de estacionamento automóvel fora da fortificação, de forma a restringir o tráfego no interior da muralha.

Fale-se também de Óbidos, cidade fortificada, com uma memória e tradição que atribui a fundação da vila aos Celtas, que terão construído as primeiras muralhas à volta da povoação. É um concelho rico em Património Histórico e valor relevante. Óbidos contém um significado um significado patrimonial de Arquitetura Civil, importantes monumentos religiosos e militares que constituem o valor turístico da vila.

Uma via principal, a Rua Direita, estabelece de acordo com a fórmula do urbanismo medieval, a ligação entre pontos principais - a porta da vila e a do Castelo - a partir da qual se estabelecem vias secundárias, paralelas ou transversais. Note-se que esta tipologia acontece de forma semelhante da vila da Sertã, existindo uma Rua Direita com edificado em ambos os lados, que liga duas Igrejas, passando a mesma pela porta do Castelo.



Fig. 38 e 39 - Semelhança da morfologia urbana entre Óbidos e Sertã, respetivamente.

Em todas as ruas se encontram razões de interesse através das múltiplas perspetivas provocadas pelo declive natural do solo e as irregularidades do traçado viário. Este traçado aproxima-se das práticas urbanas do sul do país onde mais duradouramente se faz sentir a presença árabe e assemelha-se por isso, a certos núcleos alentejanos que permitiram conservar sem ruturas bruscas, tal como a zona medieval de Évora ou a pequena povoação de Monsaraz, tal como já referido.

Olhando para a vila de alto das muralhas, deparamo-nos com um casario compacto. As casas alinham-se ao longo das ruas, abrem-se ao exterior de modo extremamente ponderado e respeitoso, em muitas habitações subsiste ainda o jardim, ou um pequeno recanto aberto, mas colocado sempre na retaguarda. O espaço da vila é dominado pela rua tortuosa, estreita, onde se insere todo o comércio tradicional e hotelaria típica. O trânsito é também condicionado neste interior da muralha.



Fig. 40 - Vista aérea da vila de Óbidos.



Fig. 41 e 42 - Rua Direita da Vila de Óbidos, onde é notável a forte componente turística, por haver comércio local e tradicional em ambos os lados da rua. Exclusivamente para circulação pedonal.

### 3.3| Os Castelos e o seu valor patrimonial

De acordo com Mário Jorge Barroca o castelo é: “[...] uma estrutura erguida no alto de um monte, procurando retirar o máximo proveito da topografia do terreno, cujo espaço era delimitado por uma muralha, no qual podia funcionar uma pequena guarnição militar e onde as populações se podiam recolher em caso de ameaça. [...] um castelo não é um local de habitat. É um local destinado ao refúgio temporário, destinado a ser utilizado em caso de necessidade.”<sup>22</sup>

Em Portugal, de Norte a Sul, solitários ou inseridos em contextos urbanos ou rurais, os Castelos recortam, de forma especial, as paisagens Portuguesas. Estruturas fortificadas, sendo geralmente erguidas em posição estratégica e dominante no território, construídas essencialmente com uma função militar e política, surgem na Idade Média. A sua importância derivava do facto de a conquista de um território passar pela conquista do seu Castelo, e não da sua povoação. Estas estruturas correspondiam às necessidades da época, pois tanto resolviam problemas de insegurança que se viviam, com ataques e conflitos, como também serviam para controlar espaços e populações, sendo instrumentos de exercício do poder e elementos fundamentais ao ordenamento do território. Os Castelos tornaram-se elementos de referência na paisagem, conferindo um sentido único a cada local.

No decorrer do período da Idade Média, foram realizadas várias campanhas de obras nos Castelos, mais tarde, no período de regência de D. Pedro I (reinou de 1357 a 1367) implantaram-se medidas que tinham como objetivo e combate ao despovoamento das suas praças, através de políticas de restauro e do reforço de Castelos e cercas. Registam-se várias intervenções, o que revela não só o desejo de preservar e reforçar as estruturas militares, mas também a necessidade de responder a uma nova estratégia de combate, relacionada com a introdução de armas de fogo. As muralhas urbanas foram um investimento da época, de acordo com a necessidade sentida.

---

<sup>22</sup>BARROCA, Mário Jorge - “Uma paisagem com Castelos. In *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metápolis.*”, 2003, p. 175.

Os Castelos que foram perdendo valor e conseqüentemente foram ficando “perdidos” sem grande relevância, seriam aqueles que também gradualmente, começam a perder a sua importância estratégica e funcional.

O século XX trouxe a implantação da república e a criação do “[...] primeiro sistema coerente de proteção, salvaguarda, conservação e transmissão da herança cultural portuguesa.”<sup>23</sup> Ainda em 16 de junho de 1919, é publicada em decreto a lista oficial dos monumentos nacionais aprovada pelo governo, que compreendia um total de 465 monumentos (mais arde 558), tendo sido classificados na categoria monumentos militares 56 castelos. No seio do ministério das obras públicas é criado em 1920, um organismo destinado à direção e à execução de obras em edifícios públicos e monumentos nacionais, a Administração Geral dos Edifícios e monumentos nacionais (AGEMN). Em abril de 1929 nasce a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e a AGEMN deixa de existir.

*“[...] Os Castelos Portugueses constituem, ainda hoje, não apenas um símbolo acarinhado e reconhecido de soberania nacional, mas também, e sobretudo agora, um símbolo de identidade regional, municipal e local. Por outro lado, marcam o perfil das cidades e povoações, pelo que servem de polo de referência para esses aglomerados [...]*

*Ainda, o seu papel evocativo, faz de cada Castelo uma peça única, capacitada como poucas para dinamizar a interação cultural, educativa e social, a que acrescenta a dimensão turística, como parte integrante da gestão de recursos culturais.”<sup>24</sup>*

Estaríamos perante um eufemismo se disséssemos que todos os Castelos sofreram medidas ativas de reconversão, ou reabilitação. Pois a sua maioria perdeu na íntegra a sua antiga função, e alguns nunca a chegaram a ter, pelo que se foram degradando até deixarem de existir em qualquer memória. A recuperação de um Castelo integra uma das tarefas essenciais das ações na área do património imóvel, tendo em conta a sua importância quantitativa e qualitativa.

<sup>23</sup> CUSTÓDIO, Jorge – “A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932).” In 100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010, 2010, p. 85.

<sup>24</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo Pereira; LEITE, Joaquim Passos – Património, Balanço e Perspetivas (2000-2006), 2000, p.258.

Os Castelos Portugueses, além de serem um símbolo de identidade regional, são também um atributo do perfil de uma cidade e povoação, pelo que servem o polo de referência para esses aglomerados, contudo, e como já observamos no ponto anterior em Monsaraz e na vila de Óbidos, que um Castelo mexe também no tecido urbano, uma vez que não se cinge apenas ao significado literal daquilo que é um Castelo, alargando-se além deste, ao incluir as cercas de muralhas que definem ou definiram em tempos passados a própria povoação. São também considerados polos dinamizadores do território e da paisagem, quando se encontram isolados ou já desprovidos de vizinhança habitada. A sua imagem impetuosa, faz de cada Castelo uma peça única, com a capacidade de dinamizar a interação cultural, educativa e social, acrescentando o poder turístico, como parte integrante da gestão de recursos culturais.

No quadro do que aqui tem sido referido, existe uma estrutura de valorização dos Castelos, por parte da administração do património cultural, seguido três grandes linhas de ação:

- Consolidar, recuperar, restaurar, reabilitar;
- Valorizar e devolvê-los à fruição do público, revitalizando-os;
- Reconciliar as populações locais com os testemunhos monumentais do passado.



Fig. 43 - Pré-existência do Castelo Medieval de Monsanto, em Idanha a Nova.



Fig. 44 e 45 - Castelo de Trancoso - “As intervenções cirúrgicas e de pequena escala - consistindo em “instalações” em vez de edifícios [...] procurando uma harmonia e um equilíbrio em relação à estrutura antiga.” Gonçalo Byrne.



Fig. 46 e 47 Casa de Chá, Castelo de Montemor o Velho. Obra de João Mendes Ribeiro “[...] estamos perante uma obra poética, e de grande sensibilidade. [...] obra notável, distinta e arquitetonicamente incontornável.” Professor Vitor Murtinho, Universidade de Coimbra.



Fig. 48 e 49 - Fortificação de Amieira do Tejo, com corte da Torre de Menagem, após intervenções efetuadas.

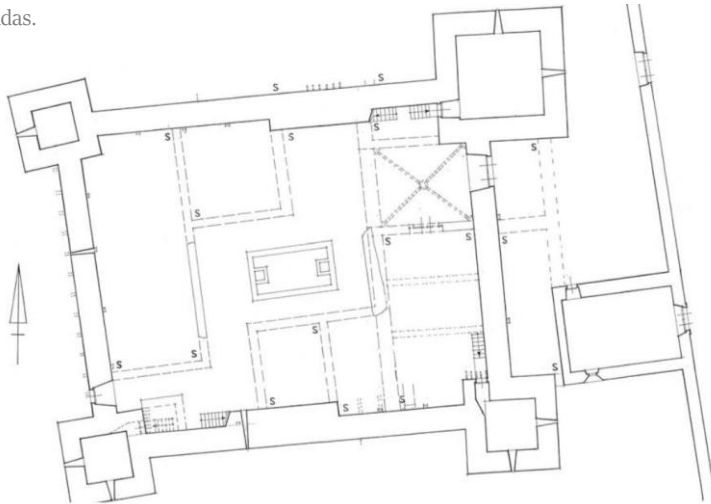


Fig. 50 - Planta quadrangular do Castelo de Amieira do Tejo, onde se vê traçado no interior as áreas de escavações arqueológicas.



Fig. 51 a 54 - Paiól e Torre de Menagem de Campo Maior, após intervenções efetuadas.

“A Arquitetura é a vontade da época traduzida para espaço.”

**Mies van der Rohe**

### 3.4| Casos de estudo

É importante haver uma consciência já pré-formalizada daquilo a que nos propomos trabalhar. Após um estudo em perspetiva acerca das intervenções em monumentos históricos, leva-nos em direção a uma reflexão no que toca à flexibilização e reutilização destes objetos dinamizadores de povoações. Os critérios patrimoniais foram-se alterando, e nessa mesma linha também se alterou os conceitos de intervenções e a forma como vemos essas transformações. Ao longo deste processo longo, algumas lições também foram aprendidas e apreendidas. Com isto, é de salientar que existe uma grande necessidade e importância em apostar e investir em espaços com a possibilidade de haver participação ativa e uma relação direta entre as pessoas e o património, ao invés da exclusiva contemplação do mesmo.

*“Tendo, portanto, em conta, o carácter normativo destas intervenções, e conhecendo alguns efeitos, eventualmente perversos, das reafectações em causa, convirá agora tornar predominantes as intervenções «leves», que visem restituir a fruição do castelo, conferir-lhe, bem entendido, capacidade de acolhimento público, mas reservá-lo em termos de valor ou perfil construído sem adições ou propostas mais agressivas que dificilmente assimilam valores de obras de raiz.”<sup>25</sup>*

O manifesto acima referido, não só notifica a veracidade da importância de acolhimento do público nos monumentos históricos, bem como também clarifica os projetos com programas bastante impositivos face à pré-existência, já efetuados no decurso dos anos 80 e início dos anos 90. Os autores revelam uma estratégia de dar prioridade ao monumento, e de fazer com que as intervenções tenham um menor impacto no conjunto total do edificado. É sobre este tema que foi feita a seguinte seleção de exemplos a serem estudados, onde serão referidos respetivamente de Norte para Sul.

---

<sup>25</sup> CALADO, Luís Ferreira; LEITE, Joaquim Passos; PEREIRA, Paulo – *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, 2000, p. 261.

## Reabilitação do Castelo de Castelo Novo

COMOCO Arquitetos, projeto concluído em 2008, Fundão – Castelo Branco.



[55]

Situado na encosta oriental da Serra da Gardunha, foi talvez o facto de esta infraestrutura não pertencer à primeira linha de *defesa raiana*<sup>26</sup> que suscitou a sua primeira desvalorização estratégica com o decorrente abandono enquanto estrutura militar.

Tal como acontece num grande leque de intervenções nesta tipologia de monumentos históricos, uma das ambições é promover sempre a permanência de quem os procura. No caso do Castelo de Castelo Novo, além da conservação e valorização das estruturas existentes, o programa contempla a adição de uma nova “funcionalidade” ao castelo e a solução encontrada passou pela criação de “*um corpo sem um contorno demasiado rígido, por isso orgânico, que não se impõe sobre as estruturas existentes, mas que pelo contrário se sustenta nelas.*”<sup>27</sup> Este elemento emerge no largo do Adro (largo do interior do Castelo) transformando-se em rampa e escadas, desenhando um percurso de visita pelo interior do castelo e que se implanta sobre as escavações arqueológicas. “*Este culmina na Torre [de menagem] onde uma caixa que se introduz no seu interior cumpre função desejada e permite estabelecer um contacto visual privilegiado com a paisagem circundante.*”<sup>28</sup>

<sup>26</sup> Castelos perto da linha da fronteira do Espanha, outrora eram considerados Castelos da Raia.

<sup>27</sup> COMOCO

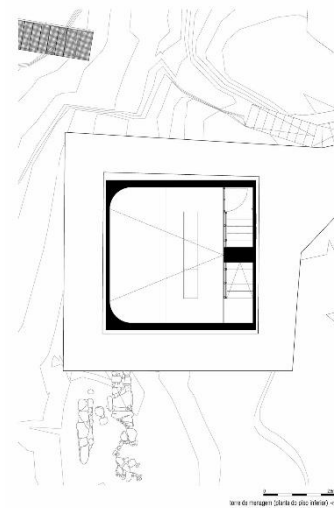
<sup>28</sup> COMOCO



Fig 56 e 57 - Planta de implantação do objeto arquitetónico no Castelo de Castelo Novo.



[58, 59]



[60, 61]

Fig. 62 - Planta da Torre de Menagem, com a intervenção.

Com o volume principal no largo do Adro, pretende-se retomar a muralha como uma construção fechada e associar o Castelo ao conjunto de casas e ruas que o envolvem, tornando-o num dinamizador urbano, que estimula relações mais complexas que estão para além de uma mera funcionalidade. A introdução de uma construção em “L” que simultaneamente define com rigor o ponto de entrada do castelo e permite a afirmação irrefutável do limite contínuo para toda a barreira que delimita o Castelo Novo. Segundo o professor Vitor Murtinho, autor do artigo “o novo no Castelo de Castelo Novo”, revela que “[...] a verdadeira entrada do Castelo Novo se encontrava em terrenos privados, cujo proprietário não cedeu nem autorizou o seu uso, forçando por isso os arquitetos a não considerar essa solução e, portanto, não pôde ser uma hipótese em termos de formalização da proposta final.”

A construção do objeto recai numa estrutura metálica, preferencialmente em revestimento exterior com dominância em aço *corten*, dando ao conjunto um aspeto de “dignidade que o processo de oxidação deste material sabe acentuar, atingindo uma cor castanha que a confunde à distância com as coberturas típicas de telha de barro vermelho e em alguns reflexos lembra os solos de base granítica que germinam por toda esta esplêndida zona serrana.”<sup>29</sup> A intervenção em Castelo Novo não constitui uma aplicação direta dos princípios exaltados pelos diferentes documentos que num contexto mais erudito definem modos de agir sobre o património. No entanto, conseguimos colocar esta intervenção dentro dos parâmetros daquilo que é uma adaptação flexível do património arquitetónico, sendo que as alterações à situação existente são diferenciadas das preexistentes e marcadamente contemporâneas.

[63, 64]

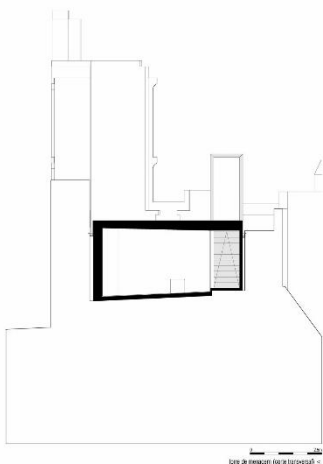


Fig. 65 - Corte da Torre de Menagem, com a intervenção.

<sup>29</sup> MURTINHO, Vitor – *Uma Casa para o Chá em Montemor o Velho*, Revista Construção Metálica, Ed. 45, 2017.

## Intervenção no Castelo de Pombal

COMOCO Arquitetos, projeto concluído em 2014.



[66, 67]

O centro de visitantes do Castelo de Pombal é mais um exemplo onde a vontade de respeitar a antiguidade e memória do património prevalece a todos os ideais de projeto, a maior dificuldade, segundo a equipa foi “[...] na definição de uma estratégia que não fosse ostensiva nem submissa em relação às múltiplas camadas de história que convivem no interior do muralhado.”

O Castelo de Pombal, contrariamente ao que acontece no Castelo da Sertã, foi alvo de sucessivas intervenções, e constantemente apropriado. Para percebermos em que altura os COMOCO Arquitetos intervieram, retomamos um pouco atrás no tempo.



Fig. 68 - Exterior do Castelo de Pombal, degradado. Data incerta.

Durante o período da Idade Média, a fortificação Românica de Pombal não foi objeto de reformas assinaláveis, apenas entre o século XV e o século XVI se verifica a primeira reformulação na estrutura, que poderá ter passado pela definição de barbacãs e pelo reforço das muralhas. Durante as invasões francesas, o Castelo foi vítima de um incêndio, onde perdeu a importância após ter sido

abandonado, e com isso se deparou com a ruína e o crescimento desmedido de vegetação à sua volta. Classificado como monumento nacional, no século XX, recebe também as primeiras intervenções, promovido com obras de consolidação e restauro parcial, a cargo da DGEMN.

Na transição para o presente século, teve novas intervenções, desta vez voltadas apenas para a recuperação da torre de menagem, foram erguidas umas escadas em aço corten para esse efeito. Um dos objetivos seria tornar possível o acesso ao interior da torre e contemplar não só o castelo, mas também toda a paisagem circundante. Ainda nesta altura foi lançado um projeto de reorganização da Colina do Castelo de Pombal com a intenção de promover o Mais tarde, eis que surge a proposta mais recente para o património em estudo, o Castelo de Pombal, respeitando as pré-existências e as intervenções anteriores. Os COMOCO Arquitetos foram encarregues de projetar um centro de visitantes no interior do Castelo, incluindo reparos no exterior e a revitalização da Torre de Menagem.



[69-72]

Segundo a equipa do COMOCO, que providenciou o projeto, o “Castelo de Pombal é um testemunho do poder do tempo como ator principal na transformação do ambiente construído. O lugar tem sido sucessivamente ocupado desde o tempo do império romano e desde então já desempenhou vários papéis e foi palco para várias práticas espaciais e sociais. Evoluiu desde uma pequena comunidade no topo da colina até se assumir como uma estrutura militar vital numa rede defensiva à escala do território. Finalmente, nos últimos tempos, ganhou o estatuto de destino turístico e marca identitária para toda a região”.

O processo foi concluído. A equipa rematou ainda: *“Com um recinto relativamente reduzido (1200 m<sup>2</sup>) e povoado de inúmeros elementos, introduzir um novo volume significava uma inevitável confrontação com os elementos existentes que definem aquele espaço. Esta circunstância tornou-se, no entanto, o elemento fundamental para desenvolver o projeto: o novo volume devia ter uma certa ambiguidade. Por um lado, devia fundir-se com os elementos existentes do recinto do castelo e, por outro, devia assumir-se como uma nova camada colocada sobre as pré-existências.”*

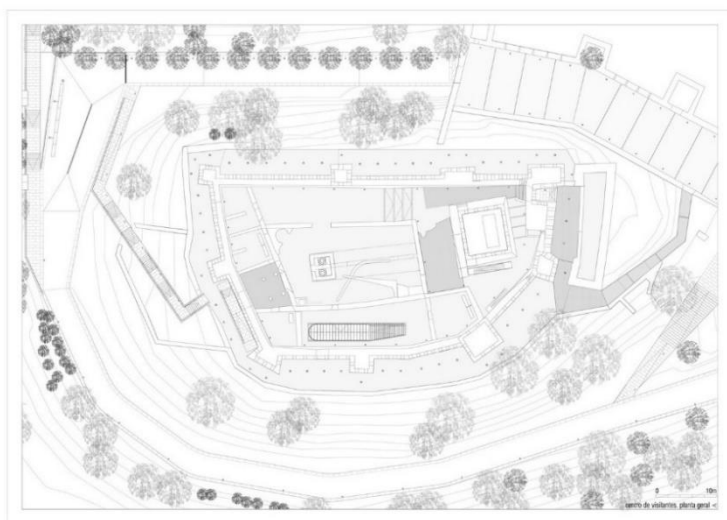


Fig. 73 - Planta de implantação com a intervenção no Castelo de Pombal.



Fig. 74 - Vista aérea do interior do Castelo de Pombal.

Trata-se, para os nossos intuitos, de uma intervenção ponderada em que a maximização do espaço do castelo – ou melhor, da alcáçova – foi intervencionado com materiais distintivos, que oferecem um claro contraste entre o que é novo e o que é original, de modo, ao mesmo, tempo a convocar o visitante a uma experiência de envolvimento e de percurso.

### Castelo de Portalegre

CCG Arquitetos, projeto concluído em 2007, Portalegre.

Realizaram-se também intervenções de maior dimensão que atribuíram aos Castelos novos valores, nomeadamente culturais, e de que são exemplos as intervenções realizadas no Castelo de Portalegre, e no Castelo de S. Jorge. São consideradas por Joaquim Rodrigues dos Santos “[...] como as que tiveram maior impacto ao nível arquitetónico na valorização e revitalização cultural dos conjuntos fortificados.”<sup>30</sup> A recuperação da barbacã e do castelo de Portalegre inseriu-se no projeto de requalificação da cidade para o Programa Polis. A intervenção, projeto do arquiteto Cândido Chuva Gomes, destaca-se pela solução implementada em que a obra nova é totalmente assumida e em que a madeira, o vidro e a pedra são os protagonistas. O programa deseja assegurar o enquadramento e a interligação da nova estrutura (um volume de madeira lamelada) nas muralhas envolventes e dotando o castelo com novas áreas culturais e de lazer, com a inclusão de um restaurante, uma galeria e um anfiteatro ao ar livre.



Fig. 75 – Vista aérea para o Castelo de Portalegre.

Fig. 76 e 77 – Interior do Castelo de Portalegre, com vista para a intervenção nele efetuado.

<sup>30</sup> SANTOS, Joaquim Rodrigues dos – “Compor ameias em castelos como dentes em dentaduras: a reabilitação funcional de fortificações medievais em Portugal.” In Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação, 2011, p. 102.

O Castelo de Portalegre, local onde convergiam todos os percursos, tendo tido um papel fundamental na modelação da malha urbana. Posição dominante sobre a povoação, destaca-se pelo contraste entre a cor escura das suas muralhas e o branco das casas em redor. O que resta do Castelo está classificado como Monumento Nacional desde 1922.

A intervenção, além de ter retomado o volume original das muralhas do Castelo, trás de regresso toda a memória temporal, desde os tempos em que foi campo de batalha, até à atualidade, sendo agora recuperado para espaço público, *“descobrimo entranhas de uma cidade até agora oculta”*, consta a Ordem dos Arquitetos, num artigo feito sobre o mesmo. Foi também requalificado o percurso que faz ligação com a cidade, intervindo nos espaços públicos confinantes. Infelizmente, no momento em que escrevemos, já a degradação se apropriou da obra de revitalização e aguarda-se, neste momento, a concretização de um programa de reabilitação... de requalificação (!)



Fig. 78 a 82 - Processo de construção da intervenção no Castelo de Portalegre.

### **Castelo de S. Jorge (Núcleo Museológico da Praça Nova)**

Carrilho da Graça Arquitectos, projeto concluído em 2010, Lisboa.

Ao longo da presente dissertação, temos vindo a observar a crescente consciencialização do valor do património que, aliado a uma componente social e económica e, incluindo o desenvolvimento turístico, constitui assim um fator de valorização e conservação do património arquitetónico, em Portugal. Sendo um dos monumentos mais emblemáticos do país, o Castelo de São Jorge com evidente valor patrimonial e uma forte presença na cidade, afirma-se nas dinâmicas do turismo de Lisboa como uma das principais atrações.



Fig. 83 – Vista aérea para o Castelo de S. Jorge, após o restauro da cidade de Lisboa.

*“A colina hoje ocupada pelo Castelo de São Jorge é o sítio primeiro da ocupação humana – datada da Idade do Ferro – que transfiguraria em lugar a elevação estratégica sobre o estuário do Tejo e o seu território interior que deu origem à cidade de Lisboa. No conjunto amuralhado, a Praça Nova do Castelo ocupa um promontório intramuros, delimitado por estruturas defensivas a Norte e a Oeste, e pela Igreja da Santa Cruz a Sul, promontório com um domínio visual que se estende, por sobre as muralhas a Este, desde a cidade aos seus pés até ao horizonte do estuário.”<sup>31</sup>*

<sup>31</sup> HELM, Joanna – Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Arquitectos. *Archdaily Brasil*, 2012.

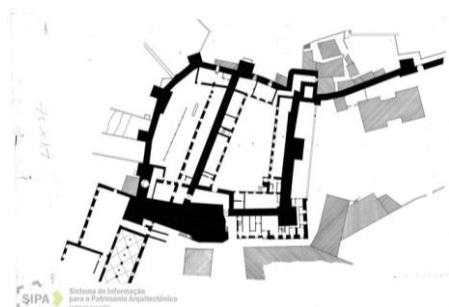


Fig. 84 - Planta do castelo de S. Jorge antes das obras de reconstrução da cidade.

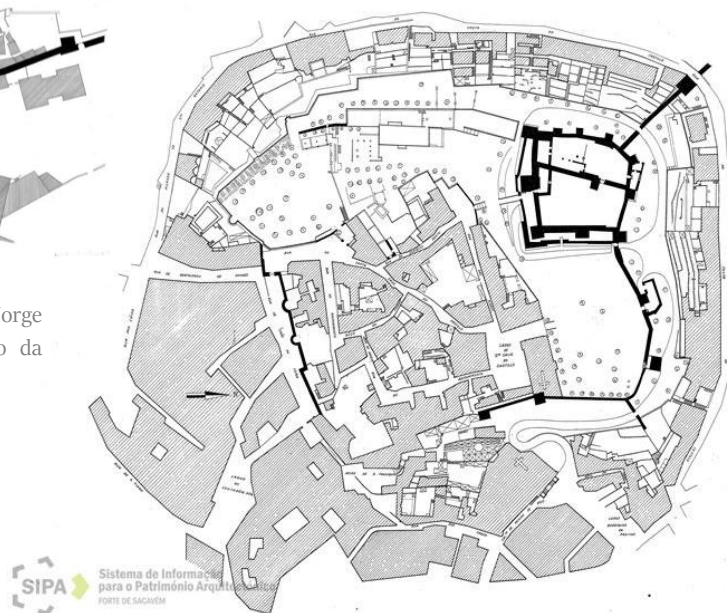


Fig. 85 - Planta geral Castelo de S. Jorge depois das obras.



Fig. 86 - Vista exterior para uma das torres do Castelo.

O Castelo de S. Jorge é um importante testemunho intemporal da história de Portugal, classificado como monumento nacional a 16 de junho de 1910, estrutura de origem militar sofreu ao longo dos séculos diversas adaptações, mas em momento algum, o seu mérito e simbolismo – que ainda hoje mantem –, diminuíram. Esta área classificada em 1910 era constituída pelo Castelo e suas muralhas, alguns vislumbres do antigo Paço de Alcáçova, e por uma área que alberga vestígios de várias épocas, com destaque num conjunto residencial da época islâmica<sup>32</sup>.

É nessa zona, a nascente do Castelo, a Praça Nova, que se situa o núcleo museológico. Neste espaço encontram-se os mais antigos vestígios de ocupação, que remontam à idade do ferro, época em que muito possivelmente aí se localizava um povoado fortificado.

Dotado do século I a.C, é durante os séculos XIII e XIV que tem o seu nobre período, e onde são feitas diversas intervenções, ainda assim, foi após o terramoto de 1755 que sofreu alterações mais drásticas.

<sup>32</sup> A área residencial (dos séculos XI e XII) posta a descoberto no âmbito das escavações arqueológicas, caracteriza-se por um conjunto de estruturas habitacionais, entre as quais se destacam duas casas geminadas de dimensões generosas (respectivamente 160 m<sup>2</sup> e 187 m<sup>2</sup>), enquadradas por três ruas, encontrando-se na rua empedrada de acesso às casas o sistema de saneamento próprio das cidades islâmicas. As casas apresentam acabamentos de qualidade, particularmente nos salões onde as paredes ostentam estuques pintados e decorados com motivos geométricos e com o “cordão da felicidade” motivo típico da cultura islâmica. Também os pavimentos apresentam um acabamento cuidado de argamassa branca ou do tipo “almagre” (argamassa pintada a vermelho). Numa das casas também as paredes do pátio revelam vestígios de terem recebido um acabamento de estuque decorado com motivos geométricos.



Fig. 87 – Vista aérea do Castelo de S. Jorge em 1996.

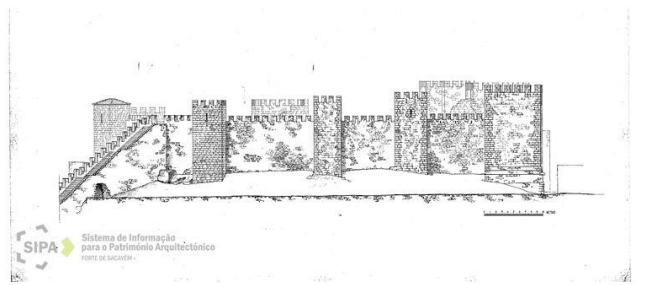
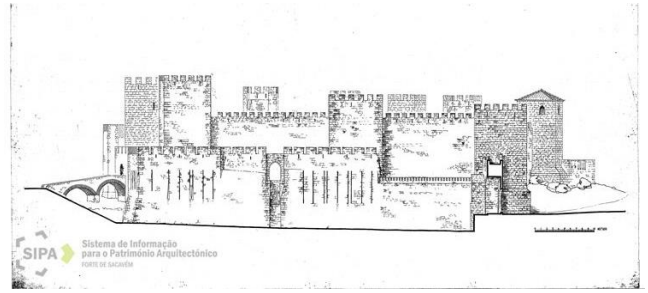


Fig. 88 e 89 - Alçados nascente e Sul depois das intervenções.

Assim sendo, a DGEMN procurou, sob uma política de conservação ao invés de restauro, consolidar as estruturas do castelo, a fim de torná-lo resistente a novos danos causados por sismos, que podem surgir a qualquer momento. Para tal efeito, em todo o castelo e muralhas foi aplicada uma camada de argamassa de cal e todas as juntas foram preenchidas com o mesmo material, conferindo, desta forma, uma uniformização a toda a construção.

Em 1996, teve início uma extensa campanha arqueológica que pôs a descoberto vestígios de diferentes momentos da sua ocupação. Momentos esses, que o arquiteto João Luís Carrilho da Graça transportou para um novo núcleo museológico, situado nesta área de escavações arqueológicas.

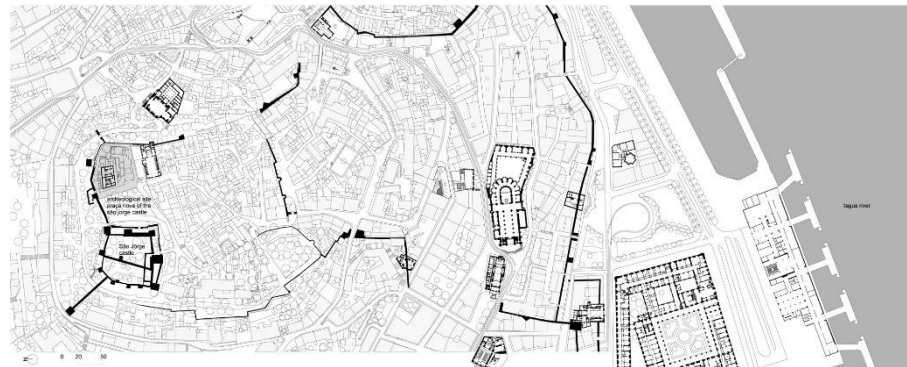
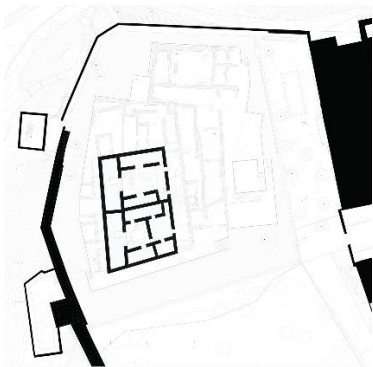
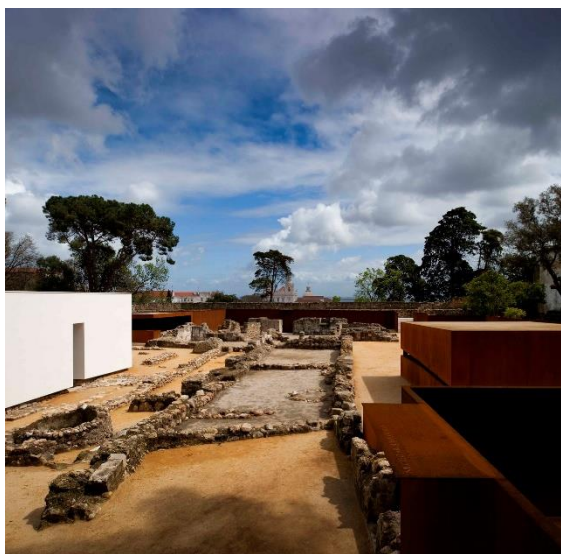
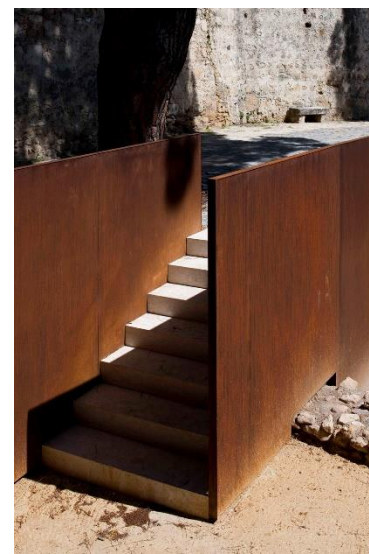


Fig. 90 e 91 – Planta do núcleo museológico de seguida com a planta de implantação do Castelo.

Procurou-se em primeiro lugar estabelecer com rigor o limite da área das escavações. Um conjunto de muros de contenção revestidos a aço *corten* definem todo o perímetro do espaço, demarcando com precisão a zona protegida e encerrando no seu interior, a uma cota mais baixa, as escavações e as ruínas posta a descoberto.<sup>33</sup> Exteriormente, a uma cota mais alta, os muros de aço *corten* sustentam um percurso periférico pavimentado a cubos de basalto, que circunda todo o conjunto arqueológico, promovendo os acessos e estabelecendo uma relação com as muralhas, a igreja, a cidade e o rio. Além de cumprir a função de contenção do solo, as chapas de sinalização do complexo arqueológico.<sup>34</sup>



[92-94]



As paredes, brancas, abstratas e cenográficas, encenam a espacialidade doméstica das duas habitações escavadas. São reproduzidas com recurso a estruturas treliçadas em aço, revestidas a placas de aglomerado de cimento e madeira, barradas e pintadas a branco.



[95, 96]



<sup>33</sup> Carrilho da Graça / Musealização da área arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa. *Arq|a Arquitectura e Arte. Acções Patrimoniais*, 2010.

<sup>34</sup> HELM, Joanna - Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Arquitectos. *Archdaily Brasil*, 2012.

*“É este o truque, o paradoxo interno do projecto: espacializamos a ruína, mas de forma a parecer reversível. É como uma maquete.”*

João Luís Carrilho da Graça



[97, 98]

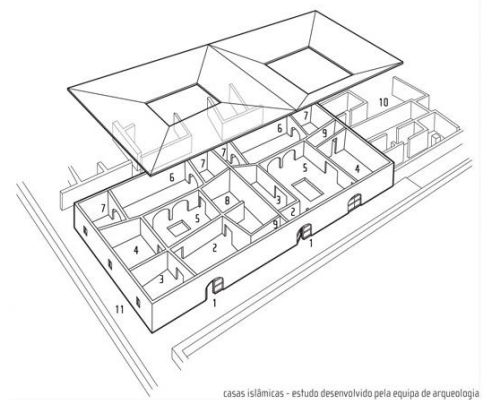


Fig. 99 - Axonometria de uma casa tipicamente islâmica.

### 3.5| Síntese Conclusiva

Antes das intervenções, verifica-se que os castelos se encontram em estados diferentes de conservação e por isso as suas condições e características, como a sua monumentalidade e “centralidade”, são bastante distintas. Em diversos casos, os castelos apresentam-se apenas como lugar de contemplação sobre a cidade ou povoações circundantes, num discurso mudo entre monumento e envolvente. Por esse facto, manifesta-se a intenção de que estas intervenções possam, gradualmente, contribuir para inverter o estado de “abandono” em que muitas destas estruturas se encontram, procurando com os novos programas, atrair mais visitantes, sobretudo os habitantes das áreas próximas. Com isto, ajudar também na valorização do território e na sua crescente evolução, tanto para os atuais ou futuros moradores, como para o turismo. Neste processo de requalificação dos conjuntos fortificados, encontram-se vários desafios e dificuldades. Os castelos são tipologias patrimoniais de difícil tratamento, uma vez que perderam a sua antiga função de uso e, por isso, as novas intervenções devem ser atuais e sensíveis. Um dos desafios encontrados passa precisamente por garantir que a intervenção revele respeito pela integridade patrimonial.

Após uma análise detalhada em diferentes intervenções no património arquitetónico, incisivamente em Património Medieval, conseguimos sintetizar os seguintes princípios que representam essa mesma reabilitação:

- Reconhecimento do valor patrimonial do objeto;
- Reverência pelo passado e importância da memória do património nas novas intervenções;
- Continuidade da história através da materialidade;
- Intervenções mínimas e adaptáveis.

Pretende-se fazer uma intervenção no Castelo da Sertã que vá ao encontro destas práticas acima mencionadas, partindo do princípio que o objeto arquitetónico em estudo, embora recaia já no esquecimento da povoação e se encontre em obsolescência, contém em si uma história com cerca de 800 anos.

É importante referir que os casos de estudo nem sempre nos mostram aquilo que pretendemos fazer, mas podem servir de exemplo sobre o que é uma intervenção de que não queremos assumir, como o caso do Castelo de Portalegre, deixa de ser uma intervenção mínima para uma obra de maior escala.

O método de intervenção a adotar passa por reconhecer o castelo da Sertã como um palco de vivências culturais e sociais, reformulando os seus usos e adaptando-se a cada geração e/ou sociedade. Tendo em conta que vivemos em constante transformação social, tecnológica e até mesmo religiosa, procura-se introduzir novos meios na reabilitação do património, inserindo os mesmos nas vivências diárias das pessoas, contudo, nunca deixando de fazer distinção entre o novo e a pré-existência.

Deste modo, é importante apostar em espaços que permitam uma participação ativa e uma relação direta entre as pessoas e o património, seja qual for a idade de ambas as partes, ao invés da exclusiva contemplação do mesmo. A nova função destinada ao Castelo da Sertã, como espaço expositivo e de investigação, aliada ao princípio da adaptabilidade, prevê atribuir ao espaço diversas atividades, capaz de responder às necessidades dos seus utilizadores e visitantes.

A linguagem e a materialidade da intervenção têm um cariz deveras importante no reconhecimento entre o novo e o antigo. Respeitando o conceito da adaptabilidade e partindo do princípio que não existem soluções unânimes na execução da reabilitação, quando a intervenção não mais representar uma solução viável, poderá ser reformulada e adaptada através, inclusivamente, desta mesma materialidade.





*“É aceite a tese de que o termo “Sertã” derivará da expressão latina sartago, nome supostamente atribuído ao local que agora constitui a sede do concelho durante a ocupação romana. A questão que permanece é de perceber o motivo da atribuição de tal topónimo. A tradição diz-nos que o mesmo tem origem numa lenda que narra os feitos heroicos de uma mulher chamada Celinda (ou Celina), Conta a lenda que esta mulher, para defender o castelo local das incursões romanas, lançou sobre os soldados invasores o óleo a ferver de uma frigideira (Sertã), provocando o seu afastamento e permitindo dessa forma a chegada de reforços para um contra-ataque.”<sup>35</sup>*

---

<sup>35</sup> A lenda da Celinda (ou da Grande Sertã) foi divulgada inicialmente por dois autores, Frei Bernardo de Brito e Miguel de Leitão de Andrade, para justificar a origem do nome Sertã.

# 04

## O SÍTIO. A SERTÃ.

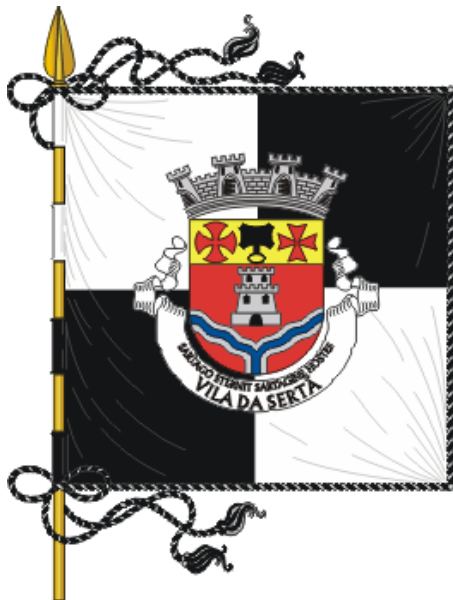
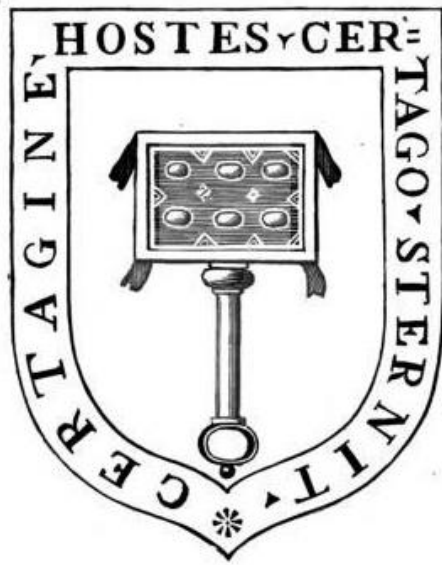


Fig. 100 e 101 - Brasão da Sertã dominado por um desenho de uma frigideira, em 1629, utilizado Câmara Municipal da Sertã. O segundo Brasão, também da Sertã, utilizado desde 1936, com 4 torres de prata, uma sertã de negro acompanhada por duas cruzes de vermelho (uma do Templo e outra de Malta), dois rios que ligam.

## O SÍTIO. A SERTÃ.

### 04.1| Contextualização Histórica, Social e Territorial

O município mantém-se como um território com traços de ruralidade, predominantemente de baixa densidade, no qual a floresta ocupa mais de 75% da área. A extensão da ocupação florestal na Sertã confere-lhe um carácter distintivo no contexto do Pinhal Interior Sul, atendendo a que detêm quase um terço da mancha florestal deste território. Os recursos hídricos também ocupam uma parte significativa: destaca-se a influência do rio Zêzere, da Ribeira da Sertã e da Ribeira da Isna na estruturação do território municipal, do ponto de vista da definição da sua estrutura ecológica e do padrão de ocupação populacional.

Com efeito, a zona é envolta por uma extensa área florestal. Tem como principais localidades as Vilas da Sertã - sede de Concelho -, Cernache do Bonjardim e Pedrógão Pequeno. A topografia do Concelho estabelece uma sucessão de cabeços e vales cobertos de pinheiro bravo, sistematicamente ameaçados e destruídos pelos incêndios. Esta zona possui ainda o privilégio de desfrutar das potencialidades de três grandes albufeiras de barragens que regularizam o famoso rio Zêzere: Bouçã, Cabril e Castelo de Bode.

É um local que carrega memórias, histórias e tal como todas as aldeias, traz consigo uma linha temporal com transições das épocas bem demarcadas. Os primeiros indícios da presença humana remonta ao período neolítico, eventualmente “*povos de origem indo-europeia, mas pré-célticos*”<sup>36</sup>.

As escavações arqueológicas concluem que os primeiros povoadores escolheram esta zona em função dos meios de subsistência das zonas mais irrigadas; e numa segunda leva, procuraram a exploração dos metais. Sabe-se da provável pesquisa de ouro aluvionar, devido à descoberta de dois castros ou povoados calcolíticos junto ao rio Zêzere,

<sup>36</sup> Jorge de Alarcão entende que a designação lusitanos foi usada para caracterizar um coletivo de povos que habitaram, sobretudo, na região da Beira Interior e de que faziam parte os Igaeditani, Lancienses, Oppidani, Taporí, Interannienses, Coilarni, Lancienses Transcudani, Aravi, Midubrigenses, Arabrigenses, Banienses, Paesures. Cf. Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Europa-América, 1991, p.16

que se prologou no tempo até a domesticação mais plena da terra e dos meios que ela oferecia em termos de subsistência. Já numa fase mais adiantada, superando as comunidades com tecnologia do bronze, os vestígios arqueológicos sugerem a existência de estruturas romanas e de um habitat uma vez que a Sertã constituía um importante ponto de passagem, onde se cruzam duas importantes vias que se creem ser de origem romana e conhecidas, localmente, como *estrada mourisca* e estrada dos *mouros*. Estas estradas atravessam duas pontes, também de origem romana. A ponte construída pelos romanos no fundo do vale do Cabril, sucessivamente reconstruída no período medieval e ainda mais tarde no século XVII, foi, durante séculos a única ligação entre a Beira Baixa e a Beira Litoral, assegurando o atravessamento do impetuoso Rio Zêzere em épocas invernosas, o que transformou, aliás, Pedrogão Pequeno num importante e estratégico ponto de passagem.



Exemplos de Pontes Romanas no Concelho da Sertã.

Fig. 102 e 103 (em cima) – Ponte Romana ou Ponte Filipina localizada na vila da Sertã.

Fig 104 e 105 (em baixo) – Ponte da Atalaia (freguesia de Palhais) e Ponte do Cabril (freguesia de Pedrogão Pequeno), respetivamente.

## 04.2| Desenvolvimento Urbano e Arquitetónico

A chegada das ordens religiosas-militares (Hospitalários e Templários, e especialmente a primeira) foi fundamental para o povoamento e desenvolvimento da região da Sertã, que beneficiou com a implantação destas instituições. No século XIV, os limites da vila estavam confinados às muralhas do Castelo, reconstruído pela Ordem do Hospital. A escassa evidência arqueológica medieval, não permite, porém, duvidar que a primitiva povoação se situasse intramuros, servida pela capela de São João Batista, inicialmente, como paroquial. No resto do concelho, o povoamento era disperso.

No caso da Sertã, podemos arriscar uma reconstituição da sua evolução urbana. Apesar de serem praticamente ausente os vestígios medievais -ou melhor dizendo, de casas medievais, a saber, de um período compreendido entre o século XIII e o século XV, e inexistindo traços de habitação na cerca interior do pequeno castelo, tal leva-nos a supor que, de início ao assentamento das ordens militares – Templários ou Hospitalários ou este após aquele, se pautou por um esquema que encontramos noutras vilas portuguesas com uma génese defensiva ligada a Ordens Militares religiosas.

O assunto foi estudado em profundidade numa notável tese de Luísa Trindade, publicada em 2009, *O urbanismo na Formação de Portugal*. Para efeitos deste trabalho, priorizou-se a síntese que dessa obra faz Paulo Pereira, tendo em conta a pormenorização e extensão do trabalho de análise de Luísa Trindade que, obviamente, não caberia neste excursão descrever.

Assim, nas palavras de Paulo Pereira: *“(...) sobretudo a partir de D. Afonso III, o assentamento da malha urbana era concebido de acordo com a topografia do local, mas algumas das vezes partindo do princípio da ortogonalidade (até onde era possível) e dos lotes retangulares. A fachada principal dos lotes, geralmente a de menor dimensão, é a que está em contacto direto com a rua, onde anteriormente se faziam as trocas comerciais. O dimensionamento destes era, por sua vez, determinado de acordo com o dimensionamento previsto para o núcleo urbano. Estes módulos retangulares eram dispostos ao longo dos eixos longitudinais principais, segundo a orientação norte-sul, sendo apenas interrompidos para permitir a circulação perpendicular. Esta organização tinha como objetivo a maior eficácia defensiva, aproveitando o relevo do local. Visava um melhor*

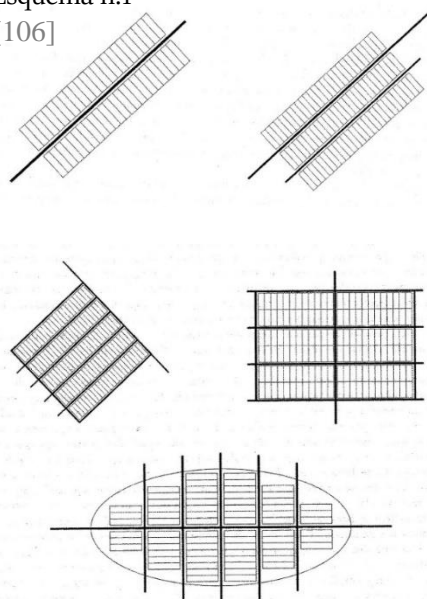
*aproveitamento da exposição solar já que a disposição dos lotes era feita segundo o eixo norte-sul, de modo que as habitações fossem expostas ao sol na direção nascente poente, que geralmente continha a fachada principal e o pátio das traseiras, proximidade e escoamento das águas e ainda uma facilidade de circulação de bens e pessoas, essenciais no desenvolvimento destes núcleos.”*

Ora, uma leitura da morfologia urbana da cidade da Sertã como a encontramos hoje, mas fixando-nos nos seus núcleos mais antigos, permite-nos avançar com uma hipótese, que à frente apresentaremos nas suas diversas fases, para já tendo com alicerce a esquematização de Luísa Trindade, citada pelo autor que referimos:

*“O traçado das ruas será o elemento maior e definidor de um plano ou proto-plano urbano. A tese de Luísa Trindade esclarece-nos acerca do assunto, ao proceder ao levantamento de diversos assentamentos medievais que obedecem a um programa de arruamento ortogonal de Norte a Sul do Reino. Trata-se de um processo de urbanização e povoamento praticado pelas Ordens Militares em primeiro lugar, mas também acompanhado e fomentado pela iniciativa real”*

Distinguem-se cinco exemplos predominantes (ou quatro, desdobrando o primeiro) de manchas urbanas ortogonais medievais (de que usamos os desenhos esquemáticos):

Esquema n.1  
[106]

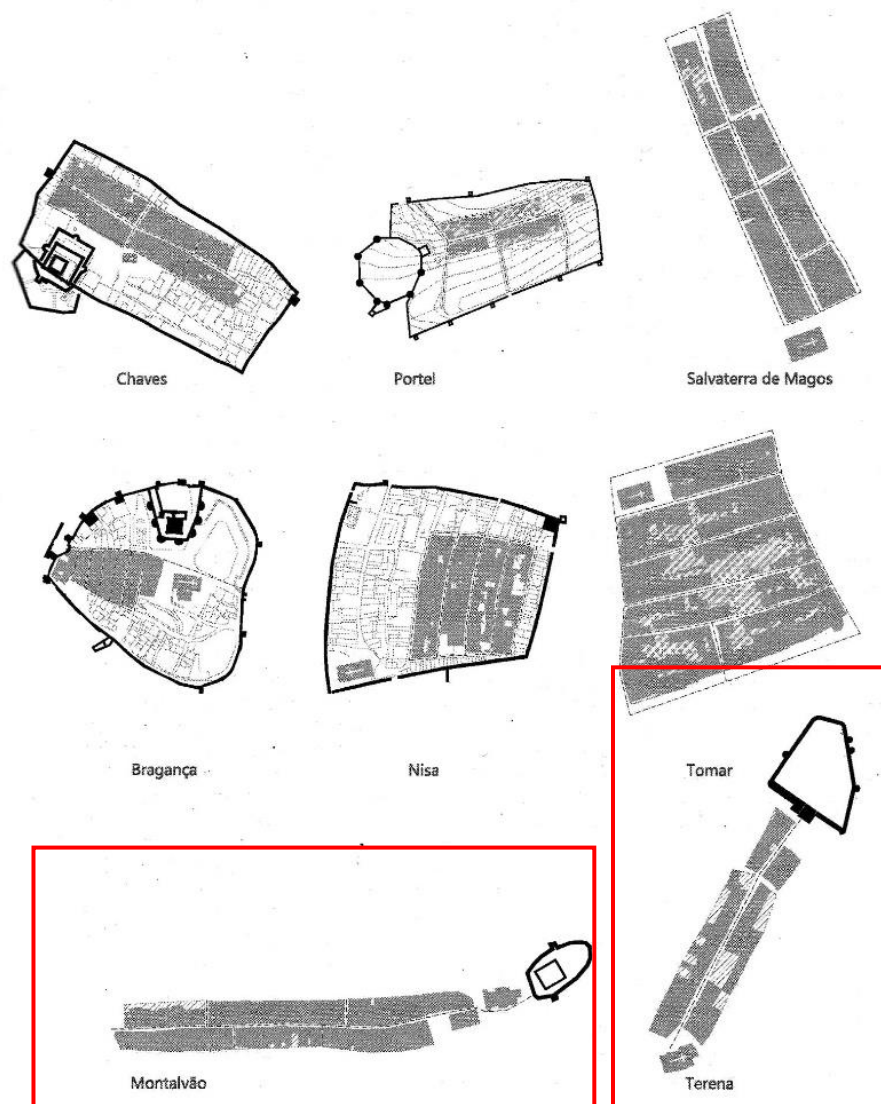


Exemplos predominantes de urbanismo regulado medieval: **Linear, com uma rua** e lotes distribuídos de cada lado de um único arruamento; **linear com duas ruas**, onde se multiplicam os lotes; **quadrangular**, com a aplicação do modelo linear e um arruamento de remate ou estrada; **retangular**, duplicando o anterior modelo; **ovalado**, em que os lotes se organizam de cada lado de

arruamentos lineares, mas descrevendo uma parábola ou mais frequentemente uma oval (segundo Luísa Trindade).

Esta amostragem admite a seguinte leitura:

De um momento inicial, em que o assento urbano da Sertã se circunscrevia ao espaço intramuros do que é hoje o castelo com a respetiva matriz, e sob administração hospitalária, a expansão dos séculos seguintes vai desenvolver-se segundo o esquema 1) acima apresentado, ou seja, adotando a distribuição “urbanismo regulado medieval linear, com uma rua e lotes distribuídos de cada lado de um único arruamento; ou linear com duas ruas, onde se multiplicam os lotes”. Esta expansão far-se-á já extramuros, isto é, fora do castelejo, como aconteceu em exemplos de pequenos aglomerados que principiaram da mesma maneira, como a Sertã, e entre os quais se encontrará, a título de exemplo, Montalvão e Terena, que abaixo assinalamos com enquadramento a vermelho.



Esquema n.2

Fig. 107 - Alguns exemplos comparativos de vilas de urbanismo regulado (segundo Luísa Trindade).

Podemos ensaiar uma leitura da morfologia urbana e da sua evolução na Sertã, a partir dos pressupostos acima referidos.



Fig. 108 e 109 - Leitura morfológica do núcleo histórico da Sertã, com respetivo pormenor.

Este esquema de crescimento pouco se alterou, e quando chegamos ao século XVII, é ainda esta progressão linear que preside à amplificação da Sertã como comprova o desenho, de Pedro Nunes Tinoco que abaixo apresentamos enquadrando a sua feição no que corresponde já a um crescimento que inclui a implantação da Igreja Matriz para servir os arrabaldes seiscentistas.



Fig. 110 e 111 - Tomada de vista cavaleira por Pedro Nunes Tinoco, com desenho simplificado (1621).



Fig. 112 - Anteplano da Urbanização da Sertã, 1968.



### 04.3| O Castelo da Sertã e a Igreja de S. Pedro

Assim, a Sertã passou a fazer parte do Priorado do Crato, conjunto de possessões de grande amplitude, governada exclusivamente pela Ordem do Hospital, cuja sede, no Crato, daria o nome à região que delimitava desde o século XVI com acréscimos até ao século XVII, após o que viria a ser extinto, já no século XVIII, passando para o Infantado.

Neste domínio da Ordem do Hospital podemos encontrar um paralelismo no já desaparecido castelo medieval do Crato, integralmente demolido para ser substituído por uma fortaleza.

O paralelismo não é fortuito, antes inscreve-se, como tudo leva a crer, numa estratégia de defesa e de dominação, nem que fosse por questões retóricas das terras hospitalárias do Priorado. Mas a configuração de ambos os castelos a partir da sua representação mais antiga (e única, a bem dizer), permite estabelecer uma ideia do que terá sido o Castelo da Sertã.

Se a sua data de fundação é antiga mas incerta, sabendo-se que recebeu melhoramentos em meados do século XIV durante o priorado de D. Álvaro Gonçalves Pereira, a sua longevidade foi coartada no século XIX, já que em setecentos o castelo era um arremedo do que havia sido, abandonadas que foram as suas funções, com o extravasamento da vila para as muralhas exterior – fenómeno que aliás se inicia no século XVI e se testemunha nos inícios do século XVII, como se verá, tornando-se gradualmente obsoleto até cair no olvido ao ponto de ser obliterado.

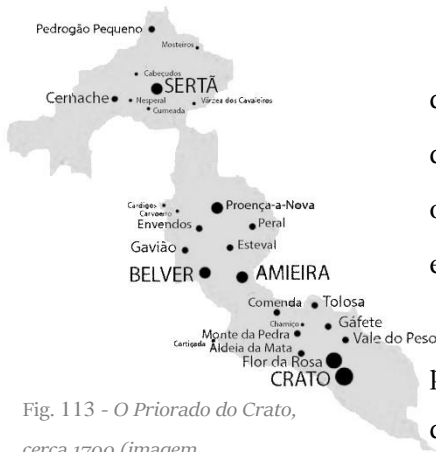


Fig. 113 - O Priorado do Crato, cerca 1700 (imagem esquemática).



Fig. 114 - Vista para o Castelo da Sertã, década [1980,1990].

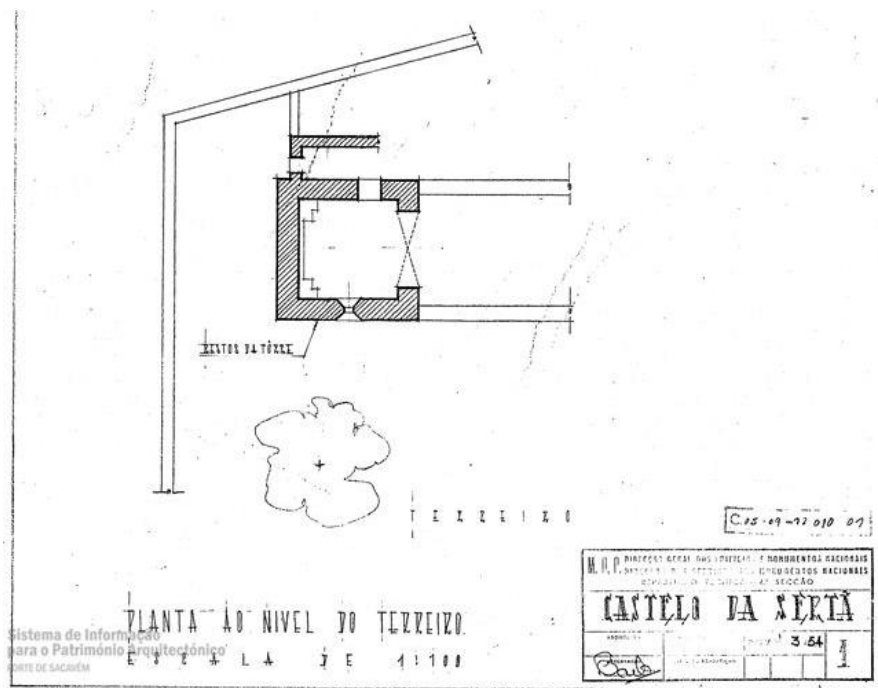


Fig. 115 - A única planta existente do Castelo, 1954.

Parte deste castelo é representado no canto inferior esquerdo do desenho que Pedro Nunes Tinoco dedicou a esta vila no seu manuscrito *Este livro Tem todas as Plantas E perfis das Igrejas E vilas Do preorado do Crato* (1620-1621), com desenhos à pena aguarelados, numa posição relativa correta face ao tema principal da vista: a Igreja Matriz de S. Pedro da Sertã.



Fig. 116 e 117 - Este livro Tem todas as Plantas E perfis das Igrejas E vilas Do preorado do Crato (1620-1621). A vila da Sertã, Pormenor do Castelo, respetivamente.

Curiosamente, o Castelo da Sertã, edificado em xisto e argamassa de alvenarias miúdas, foi muitíssimo depauperado e inclusivamente serviu de pedra para a (re)construção da Ponte da Sertã em dois momentos distintos: quando da sua remodelação no período filipino e, mais tarde, no século XIX quando a ponte foi reforçada e restaurada. A versão atual do Castelo da Sertã, corresponde, assim, e como hoje se apresenta, a trabalhos de restauro e reconstrução levados a cabo após escavações arqueológicas (1996-1997). O seu perfil modificou-se, portanto. Por exemplo, a torre isolada anexa à Capela de S. João Baptista, fazia parte do circuito das muralhas. O registo cronológico existente no SIPA, (DGPC/monumentos.pt; ficha IPA: 00006746) é eloquente. Citamos:

*“74 a.C. - uma lenda refere que o castelo foi edificado por Sertório, General Romano; séc. 10 - data provável da sua edificação; 1111 - D. Henrique terá ordenado a reedificação da vila e castelo; séc. 13 e 15 - referências à existência do castelo e ao seu bom estado de conservação ; 1618 - existem referências informando que o castelo se conservava integralmente; 1642 - pedido dos Sertaginienses ao Rei para reparar o castelo; 1653 - os procuradores da Sertã pedem novamente ao Rei que mande reparar o castelo; 1730 - notícia de ruína em certas zonas do castelo; 1758 - dois troços da muralha encontravam-se completamente demolidos; 1791 - vestígios da torre e fortificação; 1860 - encontrava-se praticamente demolido; 1930 - nesta data já não existiam praticamente quaisquer vestígios; 1998 - efectuadas escavações arqueológicas; 1998, 8 de Setembro - abertura do processo de classificação; 1998 / 1999 - o castelo é reedificado.”*



Fig. 118 – Vista aérea para o Castelo, com data incerta. É perceptível que foi antes das intervenções de reconstrução, visto ser visível o estado de degradação do mesmo.



Fig. 119 e 120 - Portão em ferro, referente à entrada do Castelo da Sertã.

Existia ainda uma torre, mas parece falhar no registo da DGEMN que terá sido objeto de obras de restauro em 1954, ganhando uma monumentalidade que já não tinha à altura. Já a reedificação recente do castelo seguiu propósitos baseados em escavações arqueológicas. Pretendeu-se “devolver” o castelo, mas os escassos vestígios pouco ofereceram, e a reconstrução recente não se pautou por qualquer processo de reconstituição radical – ou de imaginação (e ainda bem!) – mas mesmo assim, criou um perímetro ameadado que sustenta a plataforma onde antes existiu o castelo, para além de ter restaurado no sentido científico do termo, a Capela de S. João e a torre que lhe ficava a tardoz. *“A Capela de S. João Batista terá sido construída durante o século XIII, dentro do perímetro do Castelo, por iniciativa da Ordem do Hospital. Segundo a tradição, esta foi a primeira igreja matriz da vila da Sertã, existindo já em 1320.*

*De acordo com as escavações efetuadas na última década do século XX, a capela tinha originalmente uma orientação diferente da que apresenta hoje (estaria voltada para Oeste e não para nascente). A orientação terá sido alterada entre finais do século XVII e inícios do século XVIII, com a construção de um novo tempo sobre as ruínas.”<sup>37</sup>*

<sup>37</sup> LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 38.





*“[...] a Sertã do século XIV era totalmente diferente da que hoje encontramos. Os limites da vila estavam com certeza confinados às muralhas do Castelo, provavelmente reconstruído pela Ordem do Hospital, depois de ter conhecido a ruína nos séculos anteriores.”<sup>40</sup>*



Fig. 126 – Vista para o Castelo, do largo da Igreja Matriz (Igreja de S. Pedro.)

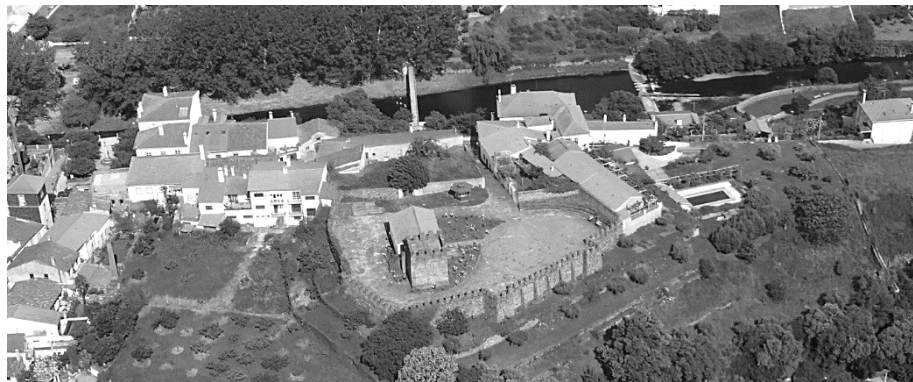


Fig. 127 – Vista aérea para o Castelo da Sertã.



Fig. 128 – Torre e Igreja adossada no interior do Castelo.

<sup>40</sup>LOPES, Rui Pedro; “História da Sertã” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014, pág. 54.

Há que atender, neste testemunho valioso, á representação da Igreja de S. Pedro extramuros, que constitui hoje a igreja matriz. O templo possuía uma configuração, à data do desenho, diferente da atual, pois esta terá sido sujeita a remodelações em meados do século XVII (o desenho de Tinoco será de 1621) ou mesmo depois. A fidelidade do desenho de Tinoco, é incontestável. Prova-o uma gravura do século XIX, anterior à expansão da vila, mas que representa a os edifícios a poente da igreja matriz com uma organização quase sobreponível à que, trezentos anos antes, Tinoco apresenta.

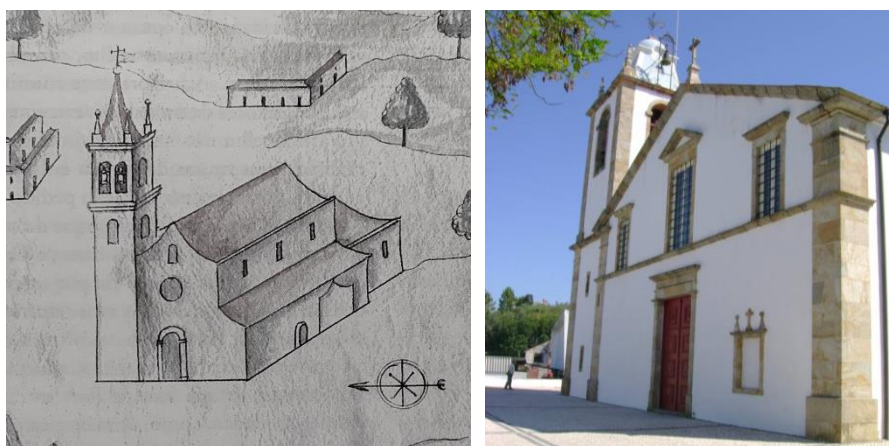


Fig. 129 e 130 - Comparação entre a igreja de S.Pedro da Sertã, c. de 1616 (anteriormente à expansão da vila) e a atual.

O códice de Tinoco oferece-nos, também, uma planta deste edifício conforme ele se encontrava estruturado na altura. No interior, porém, o templo não sofreu grandes alterações a não ser nos elementos ornamentais e nos altares, além do acrescento de dependências de apoio, com o prolongamento da capela-mor.

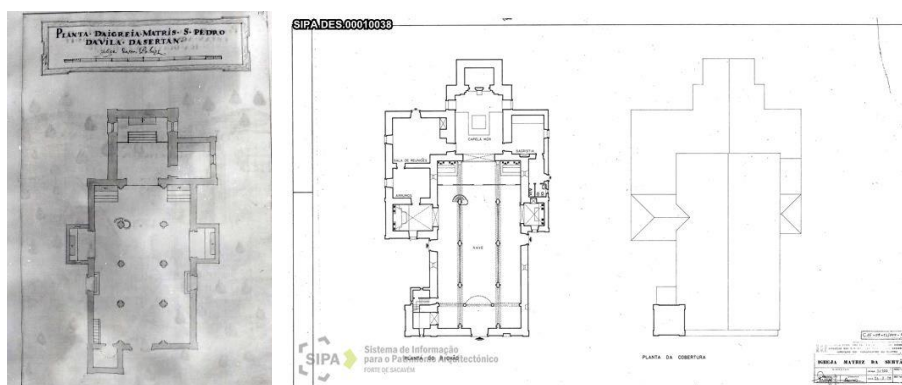


Fig. 131 e 132 - Comparação das plantas entre a igreja de São Pedro da Sertã, c. de 1616 e a atual.

#### 04.4| Indústria e Potencialidades

Com o liberalismo, e mais tarde, com o fim da monarquia, a Sertã teve algumas obras em vigor: o novo mercado (ao cimo da rua do Vale), abastecimento de água e o matadouro. São deste período, por enumeração, os seguintes melhoramentos:

- Construção da estrada municipal entre a Sertã e a Portela do Outeiro (1871);

- Regularização e arborização do adro da igreja matriz da Sertã e do largo da carvalha (1871-1875),

- Ampliação do edifício do Paços do Concelho e a ligação do concelho ao telégrafo;

portanto, na sua maioria obras públicas de iniciativa estatal ou local. Os passos seguintes foram apenas sensíveis na densificação do aglomerado urbano, e poucas alterações de monta tiveram lugar, pese embora a “perda” do castelo enquanto lugar de referência.

No seguimento da implantação do Estado Novo a atenção não foi, no imediato, direcionada para os aglomerados urbanos, mas antes para infraestruturas de que o país estava carenciado – em especial a modernização e instalação de rede elétrica de alta, média e baixa tensão –, como veremos mais abaixo.

Já relativamente à crise que se sucedeu à Segunda Guerra Mundial, contamos com um curioso testemunho de abril de 1953, quando no jornal “A Comarca da Sertã” escreveu o seguinte:

*“A Sertã e a região vêm atravessando uma grave crise económica, que é de temer que os seus efeitos abalem os mais sólidos alicerces e as profissões mais prósperas. As classes produtoras lamentam-se da falta de dinheiro, isto porque os ganhos diários são poucos e mal chegam para fazer face aos encargos obrigatórios do quotidiano. À lavoura faltaram, no ano findo, os recursos que o vinho, o azeite e a resina proporcionavam em maior ou menos abundância; o milho é o produto pobre, que, hoje, talvez só vale a pena semear por aqueles que cultivam a terra pelo seu próprio braço e para não deixarem os alqueires ao abandono. Recorre-se à venda de pinheiros, mesmo dos melhores, a baixos preços, que a necessidade desconhece imposições de estabilidade e sujeitas ao arbítrio de quem lhes mostre*

*as notas. E o desbaste brutal dos pinheiros trará consequências bem desastrosas no futuro.”*<sup>41</sup>

Perante este cenário, a resposta do Estado Novo foi de censura e repressão sobre os jornais, facto ao que parece “decisivo”, pois que, sem a devida ironia, um ano depois o mesmo jornal escreveu:

*“Que o comércio da Sertã se está a desenvolver, por uma forma digna de relevo, não resta dúvida alguma. Abriram armazéns de mercearias e miudezas, armazém de fazendas, cafés, entre outras. Têm também sido abertas algumas firmas, com destaque para as oficinas de serralharia e mecânica.”*<sup>42</sup>

O ano de 1968 foi assinalado por mais uma maré de inaugurações: o quartel dos bombeiros, a remodelação e beneficiação dos Paços do Concelho, o arranjo urbanístico do Lago do Município, entre outras remodelações e beneficiações. Ainda no mesmo ano, a Câmara instalou uma praia fluvial, no curso da ribeira da Sertã, que banha a vila.

Com a Revolução do 25 de Abril, as condições alteraram-se drasticamente e uma década após o evento era efetuado um novo ponto da situação. Segundo, o jornal “A Comarca da Sertã”, o problema do abandono escolar tornou-se mais evidente em 1984, altura em que foi divulgado um estudo que apontava a Sertã como o concelho do distrito de Castelo Branco com a maior taxa deste fenómeno (15%). Diga-se, em abono da verdade, que a assunção do problema se deveu às reformas sociais que, entretanto, foram feitas no decurso de um processo de alargamento da população escolar e da universalização do ensino, tendo como combate maior a deserção escolar. Já no cerne económico, realizou-se nesse mesmo ano a feira Agrícola, Florestal, Industrial e Comercial (FAFIC) da Sertã. O objetivo era promover o concelho e as suas atividades económicas, apostando num forte cartaz cultural e musical com o fim de trazer pessoas à Sertã. Este evento repetiu-se nos anos seguintes.

O turismo foi outra das grandes apostas do concelho, que rapidamente se associou a municípios vizinhos na criação da Comissão Regional de Turismo dos Templários.

---

<sup>41</sup> Jornal A Comarca da Sertã, 25 Abril 1953, P.3

<sup>42</sup> Jornal A Comarca da Sertã, 20 Março 1954 P.1

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) ajudou no financiamento de algumas obras nestes concelhos, através de comparticipação, inicialmente a fundo perdido. O itinerário complementar (IC) 8 foi uma delas. Ângelo Farinha (presidente da câmara da Sertã à época) encarava esta obra como uma rampa de lançamento do concelho para o futuro, pois afirmou que *“irá proporcionar maiores facilidades de acesso às populações e de escoamento dos produtos originários ou transformados, não só do concelho, mas de toda a região da Zona do Pinhal, como também irá permitir o total aproveitamento dos recursos naturais e das enormes potencialidades da região, nomeadamente no que respeita ao turismo.”*<sup>43</sup>

Uma indústria que vinha ganhando relevo desde o final do século XIX era a pirotecnia, devido à ação da família Nunes e Silva. O jornal *Correio da Beira* escreveu a propósito desta empresa: *“A Sertã dos nossos tempos tornou-se conhecida, e foi celebrada de Norte a Sul de Portugal, pela excelência da sua indústria pirotécnica, que não tinha rival aquém-fronteiras. Não havia festa nem arraial, cortejo ou manifestação, que não fosse celebrado ao som do foguetório da Sertã, ou em presença das maravilhosas fantasias do fogo preso da Sertã. O “Castelo”, a peça final dos arraiais, quando o fogueteiro fornecedor adregava ser o da Sertã, era certo e sabido que fazia evacuar os adros das capelas, tal o fragor dos estoiros, tal o rodopio das rodas de fogo, tal a vertiginosidade dos buscapés”.*

O número de indústrias que gravitavam em torno da exploração florestal aumentou consideravelmente, nomeadamente a resinagem. Esta atividade foi bastante intensa no concelho durante o século XX, com muitas famílias a dedicarem-se, durante parte do ano, à recolha da resina. Em 1937 o jornal *A Comarca da Sertã* narrava: *“A extração de resina tem estado atualmente no seu auge. É uma colheita conhecida há poucos anos, mas que muito vem auxiliar os camponeses”*

<sup>43</sup> Jornal A Comarca da Sertã, 22 maio 1987 – Entrevista com o Presidente da Câmara P.1

Já as obras do Estado Novo tinham na construção de barragens um dos seus eixos primordiais, dando prioridade à chamada “hidroeletricidade” como plano para a eletrificação do país, com a sua consecução a começar em 1944 e logo depois a ser incrementada com o impulso decisivo do Eng<sup>o</sup> Ferreira Dias, assim acontecendo para o rio Zêzere, sendo decretada a construção de três barragens, com os projetos de execução a serem concessionados à Companhia Hidroelétrica do Zêzere.

A primeira barragem a ficar concluída foi a de Castelo de Bode, inaugurada em 1951, pelo que algumas aldeias ficaram submersas, com pontes a serem recriadas devido a este fator. A segunda barragem a ser construída foi a do Cabril, inaugurada em 1954, trazendo consigo uma revolução urbanística na região de Pedrogão Pequeno, bem como melhoramentos nas vias de comunicação. A última barragem foi a da Bouçã, mais a norte, finalizada em 1955. O incremento na economia local foi notável, principalmente, em três conselhos: Pedrogão Pequeno, Sertã e Figueiró dos Vinhos).

Sobre as obras iniciadas naquele período, destaca-se a ampliação de remodelação do hospital da Sertã (1956), a construção do hotel da foz da sertã (1954), atualmente abandonado, o início da edificação de um bairro económico no Pinhal de Baixo (freguesia da Sertã) e a dotação estatal para a construção da EN2 entre a Sertã e Vila de Rei.

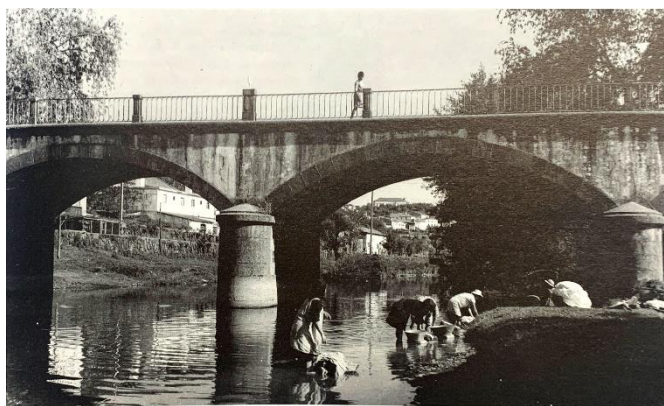
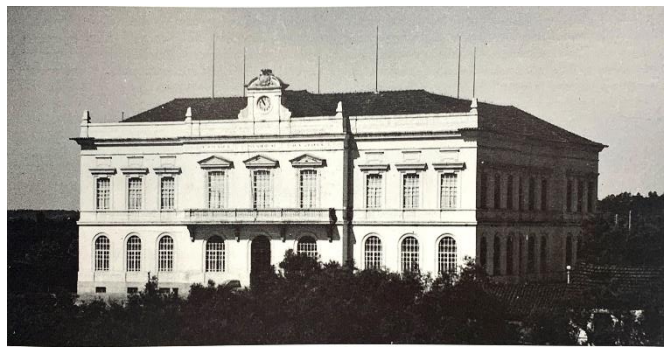


Fig. 133 - Edifício Paços do Concelho, projetado pelo Arquiteto Cassiano Branco em 1934, atualmente é sede da Câmara Municipal da Sertã.  
Fig. 134 - Ponte da Carvalha, atualmente ainda se mantém.

*“Em 1974 a Sertã não era um local estranho para mim. Deste os 7 ou 8 anos de idade que aí passava férias de Verão e, por vezes, a Páscoa. Aprendi a conhecer a vila entre os passeios na Carvalha, os jogos de ping-pong no clube, as idas à fonte da Pinta, onde a água férrea se bebia na sombra fresca. Os lanches com a minha tia nos arredores, aprendendo a perceber os pinheiros, eucaliptos e castanheiros. [...] Depois do 25 de Abril de 1974, o Quim propôs que tentássemos fazer alguma coisa, em que todos participássemos. Entre as actividades levadas a cabo, desde a projecção de filmes à construção dum parque infantil, passando pelos espetáculos de teatro, surgiu também a ideia de uma exposição de fotografia. Para tentar confrontar os sertaginenses com a nossa visão sobre a sua terra, documentando locais de trabalho e de lazer, actividades do dia a dia na vila, pontos de encontro.”<sup>44</sup>*

---

<sup>44</sup> CALAPEZ, Pedro, “Sertã a Preto e Branco. Memórias de 1974.” Câmara Municipal da Sertã, Outubro 2008, p. 15.

---

# 05

## O PROJETO



[135]

## O PROJETO

### 05.1| Objetivos Projetuais

O território de intervenção é designado pelo centro histórico da freguesia da Sertã, considerada já uma pequena cidade em desenvolvimento onde a morfologia urbana se distingue facilmente entre a área mais desenvolvida para a menos desenvolvida. É atravessada por duas ribeiras que se unem: a Ribeira da Sertã e a Ribeira do Amioso; a Este da freguesia situa-se a zona que foi crescendo nas últimas décadas, onde estão localizados os aglomerados habitacionais, organizam-se segundo o modelo de quarteirão; a norte situa-se a zona histórica com edificado mais rústico e tradicional, num aglomerado de casas térreas e ruas direitas.

A rua matricial, atual Rua Serpa Pinto, ou mais conhecida como Rua do Castelo, atravessa a península longitudinalmente, registando consigo marcos como o Castelo e pequenas praças; é também notável, ao longo da rua, o conjunto de edifícios antigos, alguns deles devolutos.

Previamente a todas as alterações urbanísticas e rodoviárias, a única entrada na vila situava-se a Norte da freguesia; daqui as ruas direcionavam-se para (e da) Praça da República (praça central na zona histórica), continuando pela Rua Direita (Rua Serpa Pinto), e pela Rua do Vale (atual Rua Cândido dos Reis), duas ruas quase paralelas que acabam por convergir na praça da república, onde o comércio prevalecia ao longo de todo o arruamento, sem haver uma única porta livre.

A área para estacionamento de viaturas é muito reduzida, principalmente no núcleo histórico, e a população é obrigada a deixar o veículo muito distante do ponto requerido. O centro histórico, aliás, implanta-se, como se percebeu já e conforme é normal em vilas de génese defensiva e com encastelamento, num dos pontos mais altos, pelo que o acesso pedonal não se faz linearmente, havendo a necessidade de criar espaços para estacionamento automóvel ou medidas de limitação de tráfego e estacionamento complementadas por soluções de mobilidade mais leves, embora pese a dificuldade em mitigar a circulação automóvel, devido à passagem de vias importantes pelo meio da zona histórica.

Pretende-se resgatar a atual Rua do Castelo devolvendo-a à sua função primordial, isto é, como “entreposto” comercial, - tal como acontecia na Rua do Vale – sendo a única via de acesso ao Castelo, ao longo da qual serão propostos novos usos de comércio e serviços em espaços a reabilitar, tal como serviços complementares ao Castelo, numa tentativa de dinamizar economicamente a área e revitalizando o comércio tradicional.

O desafio passa por ligar novamente todos estes pontos significativos, devidamente equacionados e mapeados, adaptando o edificado já consolidado, ajustando novos percursos pelas ruas, refazendo a ligação entre espaços de permanência e trazer novamente uma memória presente do que era, outrora, aquele lugar.

Pretende-se uma intervenção não apenas focada na reabilitação do património arquitetónico, mas igualmente na regeneração urbana de modo a assegurar a permanência de visitantes e moradores, (temporária/permanente). Assim sendo, estabelecidas as funções de comércio e serviços na Rua Direita, torna-se evidente a necessidade em reabilitar edifícios nas ruas paralelas/perpendiculares para habitação e turismo local, de modo a acomodar os visitantes ou mesmo a população residente, melhorando assim as condições de habitabilidade mas mantendo, no entanto, tipologias semelhantes às já existentes, assim como uma linguagem arquitetónica em harmonia face às pré-existências, através da materialidade conferida aos edifícios reabilitados.

A proposta de projeto recai sobretudo numa estratégia urbana, qualificadora de toda esta região, que seja uma chave para o desenvolvimento da vila, no que toca à reabilitação e a ocupação de novos terrenos. Desta forma, deseja-se que seja um culminar de operações urbanas que possam advir posteriormente, incutindo na população e na geração ambiciosa um desejo de explorar o passado para conseguirem fazer o futuro.

O projeto vai de uma escala bastante grande, e converge num único ponto, o perímetro do Castelo, onde será inserida a intervenção arquitetónica adaptável ao local e às condições existentes, sendo a materialidade um ponto importante no tema da flexibilidade. É pensado como espaço de observação arqueológica, visto ser proposto a reabertura das escavações no interior do Castelo e na Igreja de S. João Batista, com o fim dessas mesmas descobertas serem contempladas pelos

visitantes. A intervenção contém espaços expositivos e museológicos, e ainda uma área de investigação, de modo a continuar o trabalho que se iniciou em 1995.



Fig. 136 - Planta esquemática da freguesia da Sertã, com representação do Centro Histórico e indicação do nome das principais vias.

Tendo em conta o contexto descrito, a reabilitação afigura-se como uma solução que poderá reverter a degradação física do edificado no Centro Histórico da Sertã, que após melhoradas as suas condições, poderá tornar-se num polo dinamizador de atividades, constituindo uma nova imagem do lugar. Pretende criar-se uma nova centralidade que possa reestruturar a zona. Para tal, é necessário abordar temáticas como o Património Histórico, presente no local de intervenção, como parte integrante da memória coletiva do mesmo.

Este desenvolvimento social que se tem vindo a mencionar entrelinhas, compreende os seguintes aspetos:

- Dinamização económica e social através de (re)estabelecimentos de atividades económicas em edifícios a reabilitar;
- Utilização de recursos e materiais localmente disponíveis, mantendo a identidade e características formais do local;
- Desenvolvimento de atividades direcionadas para o turismo cultural, mantendo uma ligação direta com as vivências e tradições locais.



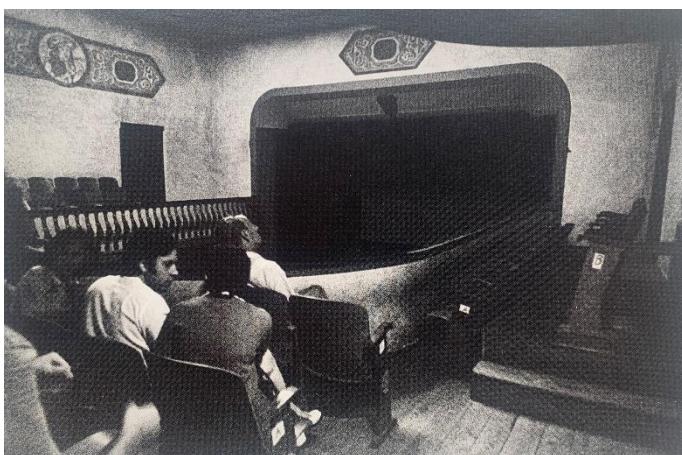
Fig. 137 - Planta esquemática do centro histórico da Sertã, com a representação do edificado a reabilitar e identificação do edificado de cariz socio-cultural.

É importante referir que a Vila da Sertã enfrenta constantes alterações urbanas, e o seu desenvolvimento morfológico tem sido crescente nos últimos anos, ainda que seja na periferia do núcleo histórico. Os serviços alimentares já se encontram em grandes superfícies comerciais, e as áreas habitacionais também têm vindo a crescer. Edifícios devolutos serão eventualmente transformados em apartamentos após projeto consentâneo, e poderão complementar os serviços de estadia já existentes na Sertã. Podem, ainda, em casos a explorar, constituir residências de apoio a funções que se prevê existir na intervenção do Castelo da Sertã. O edificado com cariz religioso, também necessita de intervenções, sendo estas mais pequenas, reforçando apenas a limpeza e melhoramento de fachadas exteriores.

Por fim, mas não menos importante, é proposto também novo mobiliário urbano dentro das praças já existentes, bem como nova pavimentação que unifique todo o núcleo histórico, mantendo as características físicas e históricas dos locais de permanência. Sendo uma Vila já desenvolvida, situações pontuais como redes de telecomunicação, instalações técnicas como postos de água, eletricidade, e sinalética não foi um ponto preocupante, pois a nível urbano já existe essa sensibilidade, onde haverá essa carência será apenas no edificado devoluto.



Fig. 138 a 140 – Arruamentos dentro do centro histórico da Sertã, apenas de acesso pedonal, com exemplos de edificados degradados e devolutos.



[141-144]



## 05.2| Estratégia Urbana

A Sertã, sendo Concelho, ainda não possui todas as funções e condições necessárias para ser considerada uma cidade, como por exemplo Castelo Branco já é. No entanto, também não é uma zona com reduzidas dimensões, tal como uma “aldeia”. Enquadra-se já no parâmetro de uma Vila em desenvolvimento como, por exemplo, Penamacor ou até mesmo Idanha-a-Nova.

Um dos pontos que contribuiu para alguma contenção da desertificação das regiões do interior, foi o das melhorias dos acessos viários, IC's e autoestradas. Tornou-se mais fácil (ou menos difícil...) o acesso ao interior, mas a saída de população e a migração interna, paradoxalmente, ficou ainda mais facilitada. A Sertã encontra-se no quilómetro 345 da famosa nacional número dois (N2) e a cerca de 190km de distância da cidade de Lisboa. Tem acessos diretos para Tomar, Ferreira do Zêzere, Pedrogão Grande, Proença-a-Nova e Castelo Branco. Podemos assumir uma certa “centralidade urbana” nesta região.

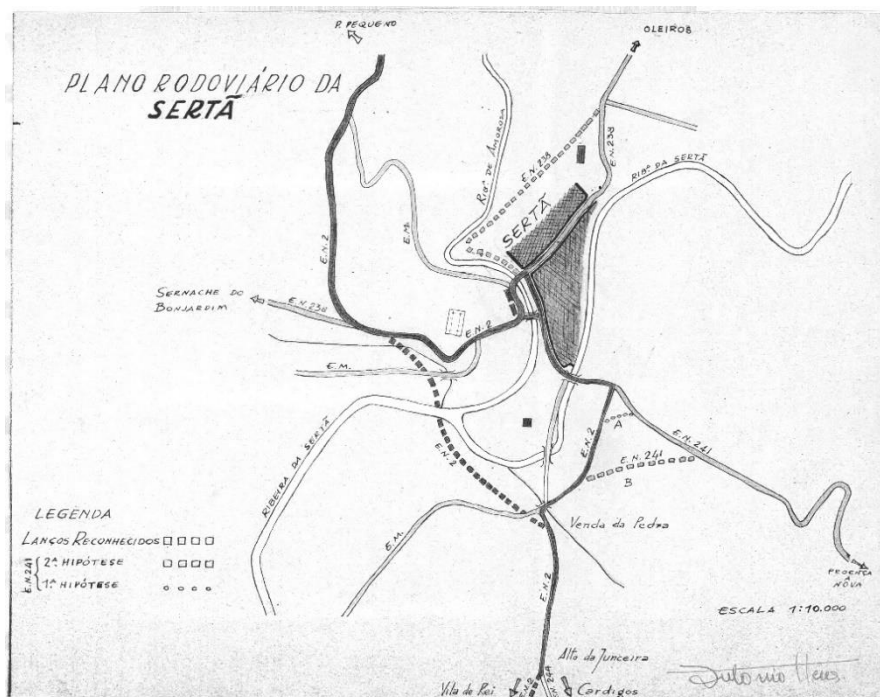


Fig. 148 - Plano rodoviário da Sertã (data incerta).

Situada a uma cota elevada, onde o ponto mais alto é o plano de implantação do Castelo, e banhada pelos ares do Zêzere, a Sertã é rodeada por dois eixos principais (Rua do Vale e Rua do Castelo). Já na planta urbana de 1968, como verificamos mais acima, percebemos que estes dois eixos foram as ruas primordiais da Vila, as mesmas que nos permitem lá entrar, e que nos levam de imediato ao núcleo histórico. Só mais tarde, após a execução de itinerários complementares, que ligam a região a diferentes direções em autoestradas, é que foram abertos mais acessos de entrada na Vila, hoje em dia com mais fluxo de passagem. No interior do aglomerado somos direcionados para duas ruas que divergem do mesmo ponto, a Praça da República, estes eixos longitudinais, levam-nos ao Castelo (Rua Serpa Pinto, sentido norte-sul) e ao encontro da ribeira (sentido nordeste-sudoeste) onde se localiza, ao dia de hoje, a rua com maior comércio da Vila: a Avenida Gonçalo Rodrigues Caldeira, paralela à ribeira do Amioso.

Determinada esta relação, tornou-se pertinente restringir o trânsito automóvel nestas ruas (a situações muito pontuais ou apenas a residentes), dada a sua reduzida largura, mas sobretudo porque se procurou determinar um percurso tão só de acesso pedonal, a fim de que os visitantes possam usufruir do território e das características do próprio aglomerado urbano sem estarem sujeitos ao tráfego automóvel. No entanto, restringindo o trânsito nestas ruas, existiu a necessidade de se criar uma nova via de circulação automóvel, de forma a circundar todo o núcleo histórico, fazendo a conexão do cimo da vila à zona mais baixa, e desta forma, não haver qualquer transtorno com as alterações efetuadas.

Foram também adicionadas duas bolsas de estacionamento, para que a experiência na vila não seja totalmente condicionada pelo circuito automóvel. Estes dois espaços exclusivos para o estacionamento de viaturas, localizados nos limites do aglomerado, como se sucede em Monsaraz, junto aos principais acessos do Centro Histórico da Sertã, têm como objetivo criar uma barreira invisível entre o interior deste núcleo histórico e o exterior dele, sendo que o seu interior poderá ser percorrido de forma exclusivamente pedonal, sendo apenas admitidas no interior viaturas de residentes e viaturas de abastecimento, de uma forma organizada e condicionada. Esta ideia proporciona aos visitantes uma experiência ao longo destes dois eixos (Rua do Vale e Rua Direita) que outrora já tiveram um impacto tão significativo neste local, permite ao público apropriar-se das ruas, potenciando todo um conjunto de possibilidades de uso.



Fig. 149 - Planta esquemática do centro histórico da Sertã, com a representação das principais vias de circulação, e o estacionamento na periferia.

No sentido de aligeirar as dificuldades causadas aos peões pela inclinação das ruas e irregularidade dos pavimentos, sugere-se a substituição, nos troços mais movimentados, do centro histórico (área exclusivamente pedonal), dos arruamentos por um pavimento mais liso. Na sequência de trabalhos originados por esta situação, considera-se a oportunidade para soterrar infraestruturas e redes aéreas, ainda existentes, sobretudo no que se refere à rede de TV, evitando assim a surgimento exames de antenas que desvirtuem o espaço público. Tendo sido identificado um conjunto de arruamentos com elevado grau de inclinação e/ou escadarias ou degraus que não estão dotados de corrimãos ou patamares regulares, é perentório proceder à instalação destes sistemas no sentido de facilitar a mobilidade nestes troços.



Fig. 150 e 151 - Exemplo de duas ruas com inclinação com acesso exclusivamente pedonal, a imagem da esquerda representa um pavimento irregular dificultando a mobilidade dos peões, já a imagem da direita representa um pavimento mais liso, onde o acesso se faz por patamares, sendo mais confortável o seu atravessamento.

Ao longo da rua direita, é notável a existência de algumas praças, hoje em dia descaracterizadas. Pretende-se estabelecer uma relação física entre estes espaços de permanência do núcleo histórico. Interessa reinterpretar um novo percurso que ligue as praças, através de uma diferenciação de pavimento. Este percurso irá ligar espaços distintos, devolvendo-lhes o seu valor cultural e histórico. Podemos visualizar esta ideia representada na planta da seguinte página.



Praça/miradouro proposto, que possibilite encontros sociais, e que faça uma conexão direta entre a cota mais alta (Castelo) e o plano da Ribeira, cota mais baixa.

Percurso pedonal entre estas duas cotas, já existente, pretende-se fazer a sua requalificação, de forma a que seja mais fácil o seu atravessamento.

Fig. 152 - Planta esquemática com a representação das praças e respetiva ligação física através de pavimentação (P1 - Praça da República, P2 - Largo da Igreja, P3 - Largo do Miradouro Caldeira Ribeiro (pelourinho) , P4 - Largo S. Sebastião)

Considerando a qualidade paisagista que estes locais proporcionam, bem como as vistas que alguns deles permitem ter, seria importante promover a sua requalificação, no sentido de o tornar mais apelativos à paragem e respetiva fruição. Propõe-se mobiliário urbano mais adequado, bem como, o arranjo paisagista que contemple mais vegetação e áreas ajardinadas, de forma pontual e contida. Desta forma, colocamos em conta a estrutura ecológica desta área, conferindo um ambiente natural através das próprias cores da vegetação.

Os elementos como a Rua, a Praça, e o Quarteirão são uma ferramenta importante no desenho da vila e nas suas dinâmicas. A praça que mais mostrou carência de requalificação foi onde está situada a Igreja Matriz, pois tanto a Igreja necessita de manutenção, como a área envolvente precisa de uma nova vida. Sendo este o local onde se sentirá mais diferença no trânsito automóvel, pois maioritariamente o acesso será exclusivo para peões, torna-se fundamental haver um novo circuito comandado pela pavimentação deste pequeno núcleo.

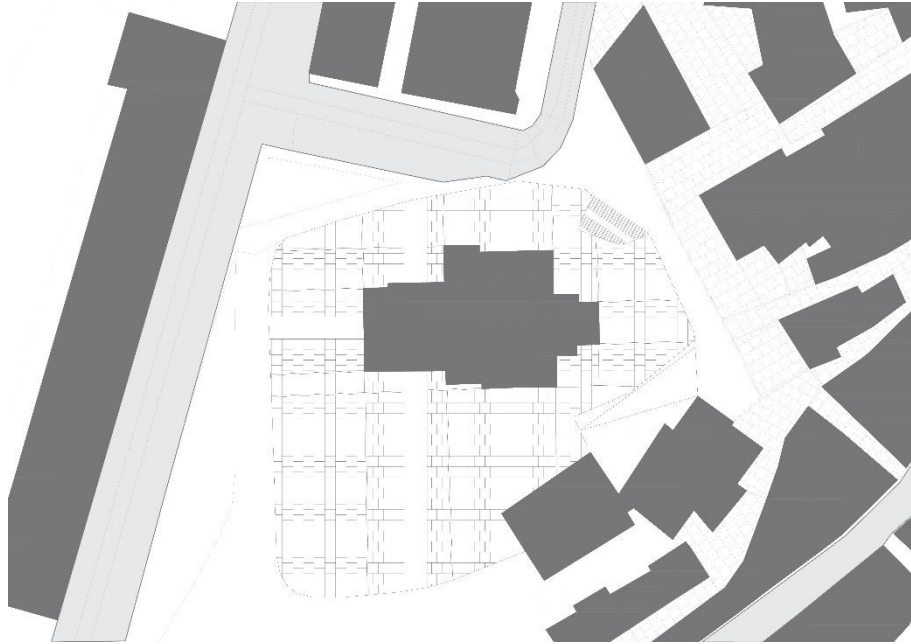


Fig. 153 – Pormenor em planta do largo da Igreja Matriz com proposta de nova pavimentação.



Fig. 154 – Imagem representativa da proposta de pavimentação para o largo da Igreja Matriz.

Ainda dentro do parâmetro da requalificação do espaço público, é importante percebermos onde e como faremos essa intervenção, visto que em algumas áreas já existe uma pavimentação mais recente, ainda que esta não seja a mais adequada.

Andar pode parecer apenas uma forma de deslocação, mas muitas vezes é simplesmente um pretexto para estar no espaço público sem grande compromisso. Os espaços públicos mais propícios para esta atividade são os “lineares”, que evocam o movimento, quer isto dizer que, quanto mais irregular for o piso, mais dificuldade existe em caminhar, e quanto mais linear, mais convidativo será o percurso.

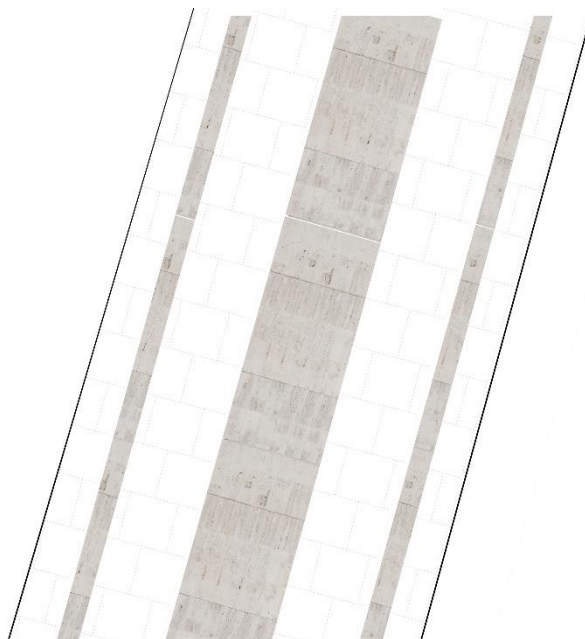


Fig. 155 - Pormenor em planta da proposta desenhada para pavimentação de ruas no centro histórico com acesso restrito ao trânsito automóvel.

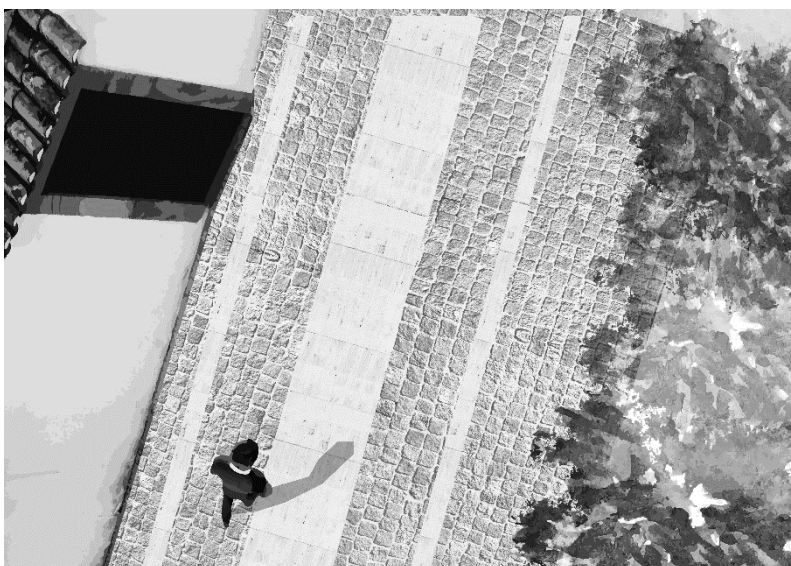


Fig. 156 - Imagem representativa da proposta acima mencionada.



Fig. 157 e 158 - Exemplos de pavimentos lineares, em arruamentos de Centros Históricos: Guimarães e Monsanto, respetivamente.

Outro elemento a considerar na presente estratégia urbana para a Vila da Sertã, passa por incluir a paisagem como elemento integrante do território. Uma vez que o Castelo está posicionado no ponto de cota mais elevada, este pode representar essa ligação com a envolvente, através de um sistema de vistas, complementada por outros locais com as mesmas características. Para tal, serão estabelecidos três pontos de vista diferentes. Estes miradouros, permitem aos visitantes uma relação de vistas não só com a paisagem que circunda a antiga Vila bem como para o interior dela, consentido a usufruição dos espaços públicos sob uma nova perspetiva.

Tal sistema estabelece a inclusão da paisagem na vivência do local, além de potenciar os espaços onde se inserem as novas interações e vivências. Com isto, consegue-se atingir uma hierarquia do espaço público que compõe o aglomerado representando pontos de vistas essenciais para a compreensão de toda a envolvente urbana.



Fig. 159 - Planta esquemática com a representação do sistema de vistas a ter sobre, e do Centro Histórico.

Fig. 160 e 161  
V1



Fig. 162 e 163  
V2

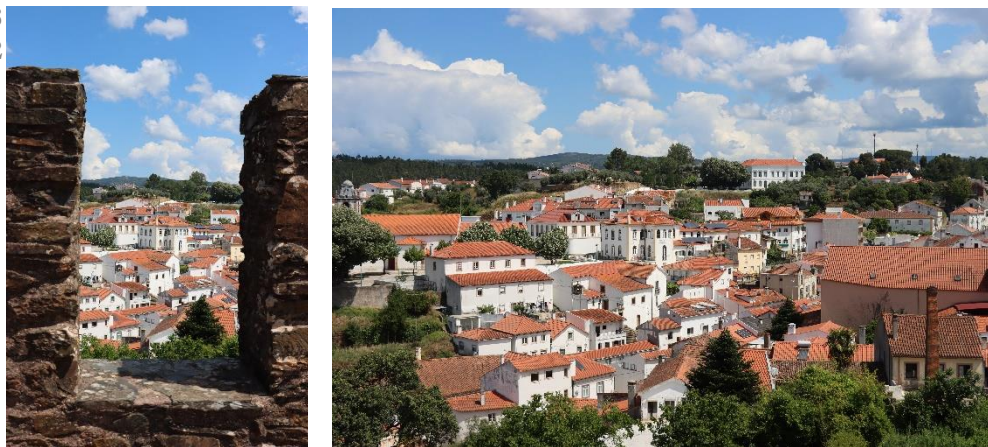


Fig. 164  
V3



Fig. 165  
V4



# ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO CASTELO DA SERTÃ

De 1 de Agosto a 15 de Setembro, decorreram no Castelo da Sertã, novas escavações arqueológicas, com o apoio de jovens integrados em Programas OTL.

Já antes, de Abril a Junho, se havia efectuado uma escavação arqueológica na parte sul do adro do Castelo, com o intuito de averiguar da existência ou não de estruturas habitacionais ou outras estruturas importantes. Vir-se-ia a encontrar uma estrutura habitacional triangular (fot. 1), pavimentada a argila vermelha, datada dos sécs. XV/XVI e, por baixo, uma grande camada de cinzas e escórias de ferro, a que estava associada uma forja ou mini-fundição que será, seguramente, anterior a esta estrutura e a esta datação.

As escavações estivais tinham como objectivo pôr a descoberto uma calçada que tinha sido detectada, através de sondagens arqueológicas, em 1995, dentro do celeiro anexo à capela, mas a cerca de 1,80 m de profundidade.

Foram escavados 12m<sup>2</sup> de área (dentro das paredes do celeiro) tendo sido posta à vista a referida calçada numa extensão de 4 x 4 m de largura (fot. 2). A calçada é constituída por grandes pedras de xisto duro, anfíbolite e granito, colocadas ao alto. Ao meio apresenta um largo sulco sem pedras, onde se encontravam restos de madeira apodrecida. As moedas encontradas datam-na também dos sécs. XV/XVI. A sua função permanece desconhecida,



Fot. 1



Fot. 2

bem como a da própria calçada, a que não conhecemos a extensão total.

Inicialmente, julgámos tatar-se de uma rua calçada que, vinda da parte antiga da Sertã, se dirigiria ao castelo, através de uma porta que existiria algures, junto do largo da Igreja de Na. Sra. da Conceição. Porém, tantas foram as alterações efectuadas recentemente nessa zona que nos é difícil, se não mesmo impossível, chegar a uma conclusão sobre o assunto.

A calçada não se encontra totalmente descoberta. Prolonga-se para oeste (para o interior do celeiro, paralela com a capela), e é necessário escavar toda esta área para se obter uma ideia mais exacta da sua configuração

e da função que teria tido naquele tempo.

O mesmo se passa com outras áreas já parcialmente escavadas ao longo dos anos de 95 e 96. A capela primitiva (a que está situada por baixo da que ali existe actualmente), apenas tem a parte do altar-mor a descoberto. A sala anexa, pavimentada a tijoleiras, só está à vista em cerca de 50%. Encontram-se aí vários muros que se prolongam em várias direcções e que só estão visíveis em parte.

P'los Serviços Sócio-Culturais da CM de Sertã

Carlos Batata, Arqueólogo

## Bombeiros Voluntários

de Vila de Rei  
NOVOS NÚMEROS

Telef. 074.890030

Fax. 074.98504

## FUNDADA

Sessão de informação  
sobre a União Europeia

Domingo, às 15 horas,  
no Polidesportivo

## CINEMA EM PROENÇA

No Auditório Municipal de Proença-a-Nova é hoje (dia 14), amanhã e domingo apresentado o filme "O casamento do meu melhor amigo", com Julia Roberts.

A fita destina-se a maiores de 12 anos.

## VENDE-SE

TERRENO,

PARA QUALQUER TIPO DE CONSTRUÇÃO,  
COM 6000 M2, JUNTO AO IC8,  
PERTO DA ZONA INDUSTRIAL NA SERTÃ.  
Contactar o telefone 074.63920

## ANDAR VENDE-SE

Na melhor área residencial da Sertã,  
com 3 assoalhadas, lareira, aquecimento central,  
roupeiros, vidros duplos e parqueamento  
colectivo na cave.

Bons acabamentos. Bom preço.  
Trata o próprio (Telef. 074.22572)

## MANCEBOS/ INSPECÇÕES 65 Confraternização

Vimos por este meio dar conhecimento a todos os mancebos inspeccionados no concelho da Sertã, em 1965 (nascidos em 1945) e interessados em participar num almoço-convívio a realizar no próximo dia 30.11.96 (ao Domingo), pelas 12.30 horas, no Restaurante PONTEVELHA - SERTÃ, que devem contactar a COMISSÃO ORGANIZADORA:  
E. Farinha Telef. 074.62646; A. Nunes Telef. 074.61191;  
J. Martins Telef. 01.8482408

# CASTELO DA SERTÃ É DE ORIGEM ÁRABE!!!

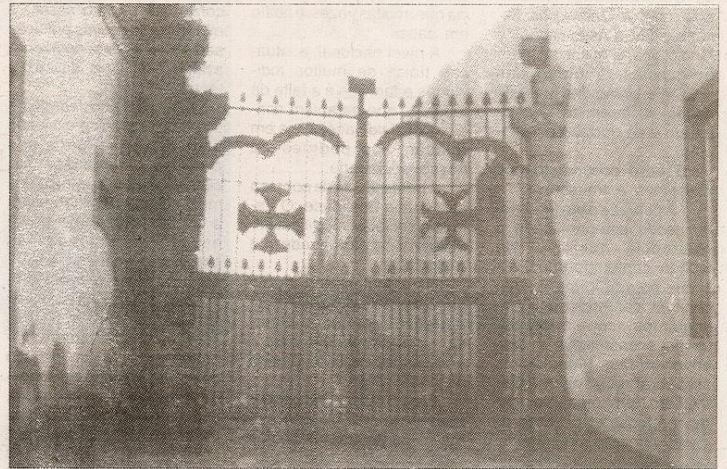
Apesar de pouco restar da estrutura defensiva do Castelo da Sertã (recorde-se que as muralhas caíram no séc. XVII e nunca mais foram levantadas, tendo a pedra servido para construir casas e reparar pontes na Vila), o subsolo deste encerra uma grande riqueza arqueológica.

Com efeito, as escavações arqueológicas puseram já à vista o altar-mor de uma capela ou igreja datada dos sécs. XV/XVI, com bonitos azulejos hispano-árabes, anterior à que lá existe actualmente, parte de uma sala anexa que poderá ser uma sacristia, parte de uma calçada da mesma época e uma casa triangular pavimentada com

pela ausência de moedas (o meio mais imediato de as datar), se têm mostrado relutantes em desvendar a sua idade. Estão neste caso a estrutura de uma forja ou mini-fundição, com enormes quantidades de cinzas e escórias de ferro, aparecidas por baixo da Casa Triangular. Esta, como se sabe, situa-se na parte sul do adro do castelo. Por baixo da capela ou igreja dos sécs. XV/XVI, apareceram cerâmica esgrafitada (inscrição cursiva feita por incisão) e grandes blocos de escória de ferro, associados a tijolos de um possível forno ou forja; do lado exterior da capela, por baixo da sala forrada a tijoleiras (possível sacristia)

*«O aparecimento destas cerâmicas árabes revela-se de uma enorme importância para a História Local e Nacional pois, acima da linha do Tejo, só se encontram cerâmicas árabes em Santarém, e agora, também na Sertã.»*

No meio destas cerâmicas (Sector B, Q. 24), que só este ano puderam ser estudadas com atenção, apareceu-nos um lote de



cerâmicas árabes revela-se de uma enorme importância para a História Local e Nacional pois, acima da linha do Tejo, só se encontram cerâmicas árabes em Santarém, e agora, também na Sertã.

O aparecimento destas cerâmicas, nos últimos níveis de ocupação do Castelo da Sertã, permitem-nos retirar daqui valiosas ilações:

- em 1º lugar,

**poderemos estar na presença de um castelo árabe, de época califal,**

construído uns séculos antes da formação de Portugal;

- em 2º lugar, existem vários topónimos de origem árabe, já estudados pelo

Dr. David de Melo Lopes, natural do concelho da Sertã, que nos apontam para a sua passagem por aqui (cf. a obra **Nomes Árabes de Terras Portuguesas**, 1968); estão nesta situação Alcoutim, Almeque, Zêzere e Isna (esta significando castelo);

- em 3º lugar, a lenda da Celinda ganha nova dimensão, uma vez que não existindo ali vestígios de lusitanos ou romanos, ela terá possivelmente nascido da luta entre cristãos e mouros, pela posse do castelo, em plena Reconquista (séc. XII);

- por último, existem dois factores decisivos para a instalação dos árabes na Sertã:

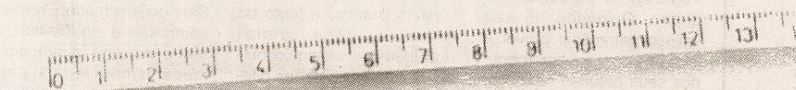
1º - por aqui passava uma importante via romana que, vinda de Mérida (*Emerita Augusta*), Espanha, se dirigia a Conimbriga, passando pela Amieira (passagem do Tejo), Mação, Amêndoa,

Ponte dos Três Concelhos (ponte romana), Sertã, Pedrógão Pequeno (ponte romana), Pedrógão Grande e Castanheira de Pera;

2º - possivelmente, os Árabes exploraram e fundiram o ferro existente na zona, cujas escórias encontramos no Castelo, e as concheiras do Zêzere (Várzea do Pedro Mouro, Sambado e Almeque) que são locais que já aparecem referidos em documentos dos sécs. XII/XIII.

Mais do que nunca, é de extrema importância que se alargue a área de escavação do Castelo, a fim de obtermos mais dados sobre as estruturas árabes ali existentes e posarmos, desse modo, alargarmos nossos conhecimentos sobre tão importante monumento.

**Carlos Batata,**  
Arqueólogo



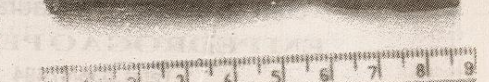
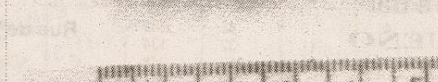
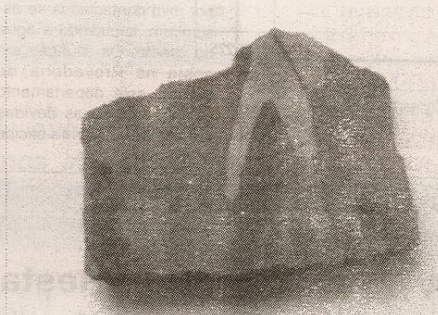
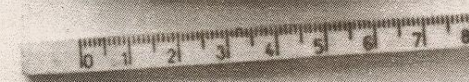
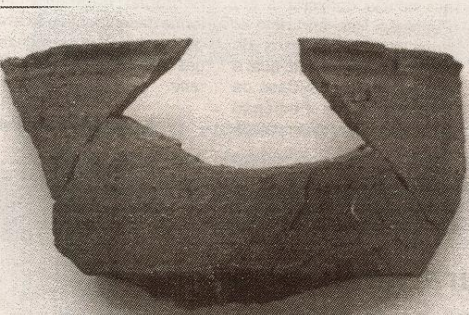
argila vermelha e coberta com telhas curvas.

Para além destas estruturas, perfeitamente datadas, outras apareceram, num nível inferior que,

apareceram grandes quantidades de cerâmica (panelas e potes), cinzas e um muro construído com uma técnica mais antiga que a dos muros que ali existem.

**cerâmicas árabes**, iguais a outras provenientes da zona de Alcoutim, mas do Alcoutim algarvio, datáveis dos sécs. X/XI.

O aparecimento destas



“Era bastante espaçoso o recinto do castelo; nele estava edificada a Capela de S. João Batista, primeira Igreja matriz da vila, a cadeira, o grande armazem em que a Ordem recolhia os cereais e o azeite, ainda existente em 1736, e as habitações, com quintais, de mais trez moradores que pagavam fóros ao Alcaide-mor.”<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> FARINHA, P.º Antonio Lourenço, “A Sertã e o seu Concelho”, Lisboa, 1930, p. 39. Edição Fac-Similada com o Patrocínio da Câmara Municipal da Sertã, junho 2010.

### **05.3| Proposta de Intervenção: Programa e Linguagem**

O projeto em questão contempla duas fases: a fase urbana e a fase de reabilitação, ou se assim se enquadrar, uma (re)interpretação do Castelo da Sertã.

Numa macro-escala é proposta a reabilitação de vários edifícios devolutos, para habitação, sobretudo para usufruto de turismo rural, comércio e serviços, inseridos no centro histórico da Sertã, que maioritariamente é feito ao longo dos dois eixos principais, longitudinais, um deles sendo o arruamento onde o acesso ao Castelo se insere.

Nos limites deste aglomerado, são inseridas duas estruturas para estacionamento, solução que pretende restringir a circulação automóvel dentro das ruas estreitas que compõem o núcleo histórico da Sertã.

Pretende-se ainda fazer uma intervenção no largo da Igreja Matriz de S. Pedro, - largo esse, tangente também à Igreja da Misericórdia e ao edifício do Julgado de Paz - sendo este um ponto forte para encontros sociais da população e partilha de vivências, visto estar também junto ao mercado municipal, que foi alvo de recentes intervenções. Tal como acontece no largo da Igreja Matriz, explicado na fig. 153 e 154, no ponto anteriormente escrito, pretende-se a mesma intervenção em duas praças muito próximas ao Castelo, - situadas nesses mesmo arruamento, que direciona à Rua Serpa Pinto, já mencionada - uma delas onde se situa o Pelourinho da Sertã, sendo a outra uma proposta do presente projeto, em frente ao acesso íngreme eu se faz para o Castelo. Um pequeno largo, que sirva também de miradouro, ara que haja uma conexão mais viva com a Ribeira da Sertã. Nessa colina, que temos vindo a estudar ao longo do presente trabalho, já existe um acesso pedonal até à cota da ribeira, que também é de pavimento irregular e contém uma inclinação bastante acentuada, não permitindo ao utilizar uma correta apreciação da vista. Também se insere na proposta, de forma mais pontual e simbólica, a intenção de promover um circuito mais apelativo e de fácil atravessamento nesta encosta. Tal como foi proposto os arruamentos do núcleo histórico, presentes nas figuras 155 e 156.

Uma vez compreendidas as características do objetivo arquitetónico a ser manifestado, e estabelecidos os princípios que representam uma reabilitação pensada e ponderada, já mencionados na síntese conclusiva do capítulo 3, podemos

avançar com os espaços a integrar dentro do Castelo, devolvendo-lhe carácter histórico uma nova possibilidade de ser visto de forma mais impetuosa, pelos visitantes, sejam eles conterrâneos ou espectadores novos na vila.

Elemento patrimonial de origem medieval sobre eventual assentamento romano. Contém na sua cerca interior uma capela e uma torre adossada e do restante, apenas se testemunha o perímetro da muralha. Perdeu importância para a população e caiu no esquecimento devido à sua quase invisibilidade, mesmo após as intervenções de reconstrução (em regime de “restauro-cópia” ou mesmo de repristinação) efetuadas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Embora se trate deste “minimalismo físico”, consegue agregar uma imensa história, possivelmente pouco conhecida. Primeiramente, qualquer pré-existência - ainda que reconstruída -, foi mantida funcionando como matriz programática para a intervenção.

Ao invés do que acontecia anteriormente, em que apenas havia uma entrada de acesso ao Castelo, bastante estreita, e sem visibilidade, agora, um pouco mais abaixo, no mesmo arruamento, conseguimos aceder ao Castelo também por aí. Será uma entrada a Sul, que nos leva em rampa, até ao núcleo interpretativo, se assim o podemos chamar. Esta nova intervenção localiza-se fora do centro do Castelo, ao seja, no limite do perímetro do objeto, visto ser proposto a reabertura das escavações arqueológicas para que os visitantes as possam observar. Somos convidados a entrar neste novo núcleo apenas do lado Norte, ou seja, a partir do recinto interior do Castelo. O visitante é levado até a um espaço central, sem cobertura, com o fim de ser uma área polivalente/museológica, onde se possa visualizar diferentes temáticas, como a arte, a educação, música ou ciência. Percorremos as galerias à volta deste espaço e somos convidados a subir, através de rampas, para que possamos ter comodismo suficiente para apreciar o restante edifício e as vistas que nos permite ter através do vidro que é colocado. No patamar superior temos acesso a um espaço mais privativo, onde prevalece o sentido educativo, no que toca à investigação de projetos paralelos a este que é arqueologia e, neste caso, na Sertã. É possível desfrutar da vista numa varanda exterior, que está ligada também a uma pequena cafetaria.

Ainda no patamar inferior, existe a possibilidade receber workshop ou até mesmo equipas de trabalho nesta área, num estúdio/oficina de arqueologia.

A certo ponto, as galerias envidraçadas, que também podem servir para exposições com o formato de *posters*, levam-nos ao exterior, onde começa um circuito pedonal em volta da muralha existente, este circuito conta algumas paragens “obrigatórias”, para observação de informação exposta. Uma destas paragens é na zona onde se encontra a Torre, que podemos subir à sua cobertura, através de umas escadas já existentes, e à Igreja de S. Pedra, também direcionada para o ramo da arqueologia, pois como vimos anteriormente, existem registos de uma capela antiga por baixo da atual.

No final deste percurso, o visitante passa ainda por um pequeno núcleo, onde também poderá subir à sua cobertura e visualizar as escavações do Castelo a uma cota diferente. Este núcleo de cariz de expositivo/espço polivalente, tem a possibilidade de abrir totalmente, havendo total contacto com o exterior, e tendo a possibilidade de existir determinadas atividades que assim peçam um espaço amplo, aberto ao exterior.

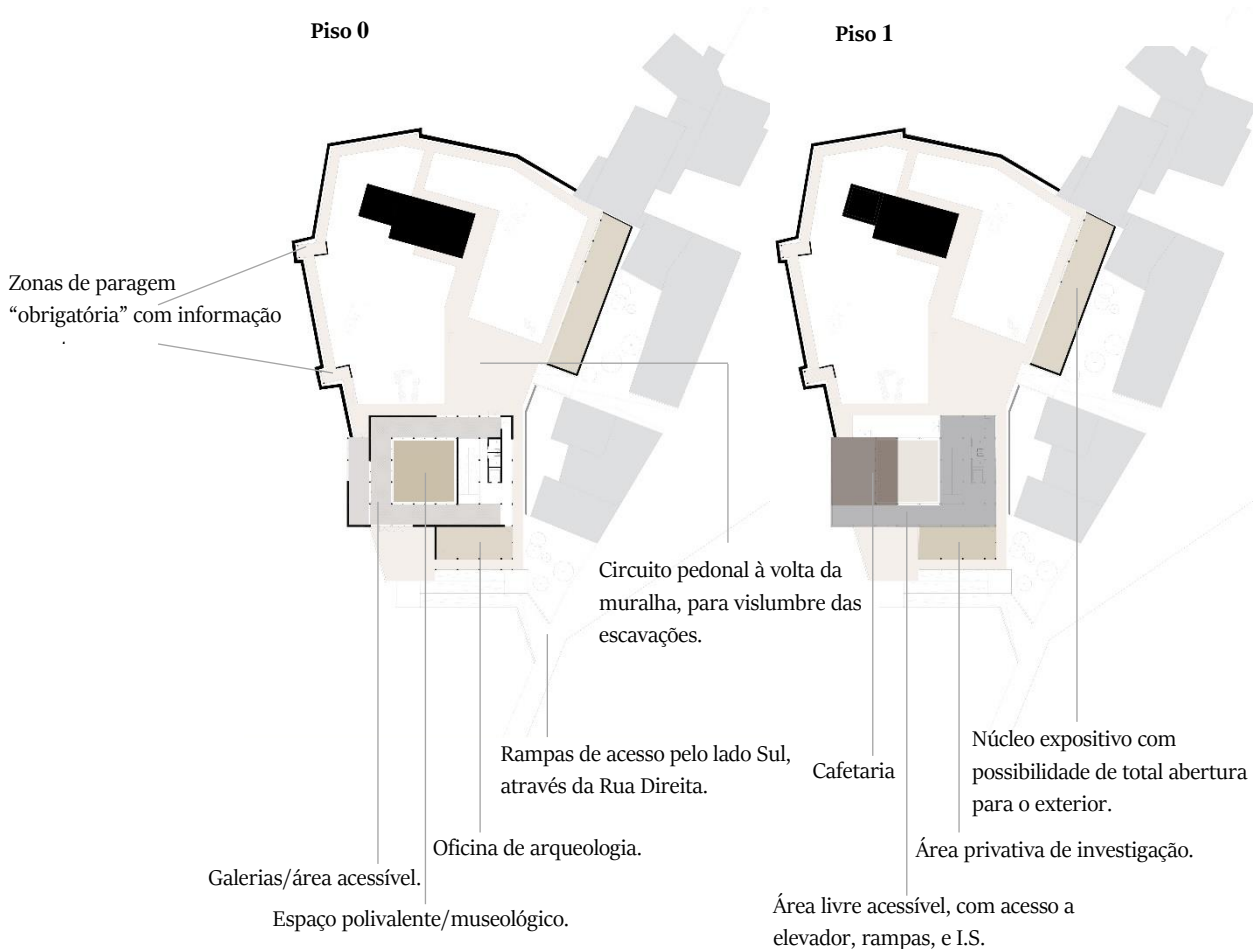


Fig. 168 e 169 – Esquema com o diagrama de espaços da intervenção no Castelo.

## 05.4| Estrutura e materialidade

O material eleito como representante da intervenção foi o metal, sendo ele usado a nível estrutural, com um conjunto de peças pré-fabricadas em aço, conferindo uma linguagem coerente em toda a proposta, uma vez que grande parte destas peças estão expostas. É também usado placas de aglomerado viroc, na cor branca, para fechar alguns espaços de cariz mais privativos, e o aço patinado, usado pontualmente nas fachadas exteriores, no passadiço em volta do núcleo e também como cobertura da Torre adossada à Capela de S. João Batista. A escolha deste material deve-se ao carácter flexível e adaptável, partindo de peças pré-fabricadas, que poderão ser repetidas, sendo adicionadas ou retiradas. Além do mais, a sua aplicação resulta numa construção de junta seca, podendo ser removida.

Sendo que se pretende uma solução de carácter flexível, o espaço é, por isso, modelado metricamente pela sua estrutura metálica à qual poderão ser adicionados e removidos elementos da mesma ordem, evitando simultaneamente grandes escavações que poderão por em risco os vestígios arqueológicos do Castelo.

É importante referir que, mesmo onde a utilização nas infraestruturas das edificações desta “obra”, seja a caixa de betonilha preparada, qualquer implantação, ou seja, todas as implantações serão precedidas de trabalhos arqueológicos. Neste caso, será sempre possível pela realização prévia destes trabalhos, adaptar os sistemas de fundações à materialidade de eventuais descobertas de valia estrutural na história do edificado.

A aplicação de infraestruturas desta génese, apenas se fará usando necessário, e em função do desenho de novas estruturas. Na hipótese de estas virem a ser desmontadas, ou quem sabe, se modularmente recicladas ou até aumentadas, o sistema de fundações pode ser removido, preenchendo-se eventuais aberturas ao nível do solo pela reconfiguração de pavimentos.

Outro elemento predominante é o vidro, pretende-se estabelecer uma relação visual que atravesse o núcleo, permitindo o visitante observar tanto as pré-existências como a vista circundante. O vidro será duplo laminado, para que haja uma condição atmosférica acolhedora, sendo a caixilharia em alumínio com rutura térmica, reforçando a também a resistência do edifício. O vidro trabalha também em espaços que poderão ficar totalmente abertos, tal como o espaço museológico

do núcleo principal, que contém não só vãos de correr, mas estes poderão ser inteiramente amovíveis, permitindo que o espaço aumente. Também no núcleo expositivo a oeste no recinto do Castelo, o vidro funciona de forma pragmática, os vãos serão com abertura em harmónio, permitindo ter um espaço com uma relação direta com o exterior.

Os circuitos pedonais que acompanham a muralha, terão madeira na sua pavimentação, visto tratar-se também de um material flexível, pois funciona com peças pré-fabricadas onde não requer qualquer tipo de colagem ou sistemas perfurativos, é de fácil aplicação e manutenção.

A ambição passa sobretudo por se querer encontrar um equilíbrio entre a densidade da materialidade do castelo e a transparência do desenho leve, o ponto de conexão destas duas vertentes leva-nos àquilo a que achamos ser, neste momento, contemporâneo.



Fig. 170 – Contemporaneidade.



## 05.5 | Considerações Finais

A evolução do ser humano agrega fatores externos que automaticamente também evoluem, a arquitetura não é exceção. As classificações e termos também alteram, alguns, outros mantêm-se, mas muda o seu conteúdo e simbolismo.

Tal como uma sociedade, os espaços também sofrem um processo evolutivo, e nós somos quem lidera esses processos. É necessário haver uma adaptação contínua de forma a responder aos critérios exigidos na linha temporal desta sucessão de eventos. Neste caso em específico, verificámos que o interior precisa de ser compreendido e trabalhado e é necessário haver uma sensibilidade quando se propõe uma reabilitação, seja ela urbana, ou de um edificado em particular, é preciso perceber quem é “aquele espaço”, o que já foi, e como chegou até ali. A importância de manter a memória do património arquitetónico ativo nas vivências sociais, invocou dois pressupostos: a adaptação e a flexibilidade. Com eles, fizemos uma re-interpretação total de um local, que outrora já tinha sido interpretado. Mas foram momentos diferentes. Causas diferentes. Solução diferentes.

Fazemos parte de uma progressão temporal, que não abranda, a tendência será acelerar o mundo em que vivemos, e é crucial saber acompanhar. O conceito desta reformulação alternativa dos espaços, materialidades reversíveis, a facilidade em construir e desconstruir. Todavia, não podemos assumir que este tipo de solução seja única no que diz respeito à reabilitação do património arquitetónico, uma vez que nenhuma solução flexível é definitiva. Ainda assim, podemos assumir que a adaptabilidade tem um lugar impetuoso na arquitetura contemporânea.

A verdade está na intenção que colocamos ao equacionar uma solução, sendo a arquitetura uma verdade, e a flexibilidade uma intenção.

Não existe verdade sem intenção.



# 06

## BIBLIOGRAFIA E FONTES DE PESQUISA



## Bibliografia e fontes de pesquisa

### 06.1 Bibliografia

LEITE, António Santos; FELICIANO, Ana Marta; “*A casa Senhorial Como Matriz da Territorialidade; a região de Torres Vedras entre o tempo Medieval e o Final do Antigo Regime*”. Ed. Caleidoscópio. Lisboa. 2016.

LEITE, António Santos; “Reabilitação ou Arquitetura. Reflexões sobre Reabilitação Urbana e Arquitetónica”; Ed. Caleidoscópio, Lisboa, 2022.

CHOAY, Françoise; “*A Alegoria do Património*” (ed. original 1992). Edições 70; Lisboa. 1999.

LOUÇÃO, Maria Dulce; “*Paisagens Interiores; para um Projeto em Arquitetura*”. Ed. Caleidoscópio. Lisboa. 2013.

DOMINGUES, Álvaro; “*Vida no Campo: Equações de Arquitetura*”. Dafne Editora. Porto. 2011.

LEITE, António Santos; FELICIANO, Ana Marta; “*Memória, Projeto e Arquitetura*”: Reflexão e Propostas para uma Reabilitação Sustentada do Património Urbano e Arquitetónico. By The Book. 2016.

LOPES, Rui Pedro; “*História da Sertã*” Ed. Câmara Municipal da Sertã, 2014.

GETIN-UA, Grupo de Estudos em Território e Inovação; “*Plano Estratégico Municipal da Sertã: Plano de Ação*.” Edição Câmara Municipal da Sertã, 2016.

UMVI, Unidade de Missão para a Valorização do Interior; “*Programa de Revitalização do Pinhal Interior*”, 2017.

PEREIRA, Paulo; “*Património e Intimidade*” in Revista RP, Lisboa DGPC, nº3, 2016.

PEREIRA, Paulo; “*Património e Intimidade*” in Revista RP, Lisboa DGPC, nº39, 2016.

PEREIRA, Paulo; “*O património: problema, ideologia, história*” in. 1999

Programa da Recuperação dos Castelos (2000) (coord. PEREIRA, Paulo) Lisboa. IPPAR

Programa estratégico de reabilitação urbana para a ARU de Monsanto, setembro 2018.

Carta Arqueológica do Concelho da Sertã, CM-Sertã.

FADIGAS, Leonel; “*Urbanismo e Território. As políticas públicas.*” 1ª edição, Edições Sílabo; Lisboa, 2015.

FADIGAS, Leonel; “*Urbanização, Espaços Verdes e sustentabilidade. Do jardim à Agricultura Urbana.*” 1ª edição, Edições Sílabo; Lisboa, 2020.

FARINHA, P<sup>o</sup> António Lourenço; “*A Sertã e o seu Concelho*” Lisboa 1930; (edição fac-similada com o patrocínio da Câmara Municipal da Sertã, Junho 2010).

CALAPEZ, Pedro; FARINHA, João; SIMÕES, Joaquim Eduardo; “*Sertã a Preto e Branco. Memórias de 1974*”; Edição Câmara Municipal da Sertã, 2008.

LOBO, Susana; “*Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitetura Portuguesa do séc. XX*”. Universidade de Coimbra, 2006.

PEREIRA, Paulo; “*Intervenções arquitetónicas recentes no Património Edificado*” Jornal Arquitetos, nº 213, Novembro/Dezembro 2003.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos – “*Compor ameias em castelos como dentes em dentaduras: a reabilitação funcional de fortificações medievais em Portugal.*” In Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação, 2011.

BARROCA, Mário Jorge; “*Uma paisagem com Castelos. In Arquiteturando espaços: Da natureza à Metropolis*” 2003.

CUSTÓDIO, Jorge; “*A obra Patrimonial da Primeira República (1910-1932)*” In 100 anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010.

CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos; “*Património, Balanços e Perspetivas (2000-2006)*”, 2000.

SANTOS, Joaquim Rodrigues; “*Compor ameias em Castelos como dentes em dentaduras: a Reabilitação funcional de fortificações medievais em Portugal*”.

## **06.2 Teses de Mestrado e Doutoramento**

CARVALHO, Catarina; “*Arquiteturas em Xisto Transmontanas. Caracterização e registos para a sua reabilitação*” Dissertação de mestrado em Arquitetura; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, 2017.

TRINDADE, Luisa; “*Urbanismo na composição de Portugal*” Tese de Doutoramento em Arquitetura, 2010.

BARROS, Joana Martins; “*Projeto de Reabilitação Urbana – Eco Aldeia. Cabeço Monteiro (Idanha-a-Nova)*”; Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Universidade da Beira Interior, 2013.

MONTEIRO, Diogo Filipe; “*Reabilitação Arquitetónica e Urbana da Aldeia de Broas como estratégia de desenvolvimento regional*”; Dissertação de mestrado em Arquitetura, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, julho 2015.

MATEUS, Catarina; “*Castelos da Raia. Uma rota pela Beira Baixa*”. Projeto Final de Mestrado em Arte e Património; Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, outubro 2021.

ALMEIDA, Ana Sofia; “*Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal. Dois casos de estudo, S. Jorge e Pombal*”, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, julho 2012.

RIBEIRO, Fernando; “*Práticas de Reabilitação em áreas rurais. Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de Aldeias em Portugal*”; Tese de Doutoramento em Arquitetura, com especialidade em Reabilitação. Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura; julho 2017.

PIRES, Daniela; “*As Aldeias Históricas e a Reabilitação Reversível do património Arquitetónico. O Castelo de Alfaiates como espaço cultural e social*”; Projeto Final de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura; dezembro 2019.

### **06.3 Revistas e Documentos Electrónicos**

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego; “*O Património e as Paisagens: Novos conceitos para velhas concepções?*” Revista Paisagem e Ambiente, Nº32, São Paulo, 2013.

RAMOS, Bruno; “*Aldeias do Xisto. Um conceito de Turismo sustentável Inovador*”; Revista Turismo e Desenvolvimento, Nº11, 2009.

MURTINHO, Vitor; “*Uma casa para o chá em Montemor-o-Velho*” in *Metálica*, Nº45, março 2017.

WEVERS, Leo; “*Castelo de Amieira do Tejo. Levantamento no âmbito da Arqueologia da Arquitetura*” in *Intervenções*.

BOTTO, Margarida; “*Castelo de Amieira do Tejo. Enquadramento histórico e razões de uma intervenção*” IPPAR; in *Intervenções*.

MURTINHO, Vitor; “*O novo no Castelo de Castelo Novo*”; in *Metálica*, Nº31, setembro 2013.

“*Transformação e identidade do Centro Histórico*” in *Revitalización urbana, económica e social*, Barcelona, novembro de 1989.



# 07

## ANEXOS



[171, 173]

[174, 175]

07.1.1 Memória Fotográfica de 1974

Registos efetuados logo após a marcante data de 25 de abril de 1974.



[176, 177]



[178, 180]

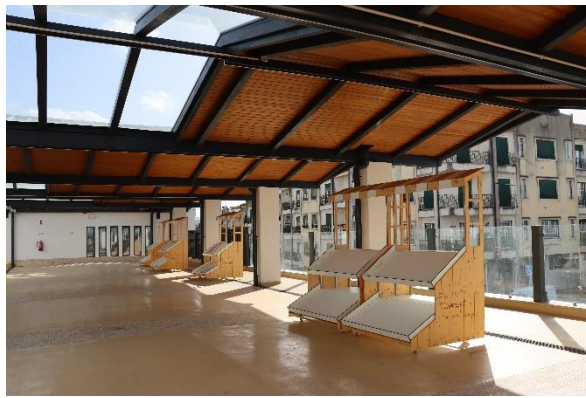
Registo das escavações arqueológicas feitas entre 1996 e 1997.

[181, 182]

### 07.1.2 Memória Fotográfica: O Castelo



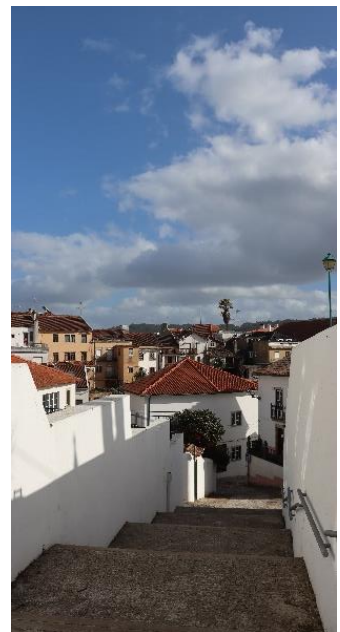
[183, 187]



[188, 189]

[190, 193]

### 07.1.3 Memória Fotográfica: A Vila atual



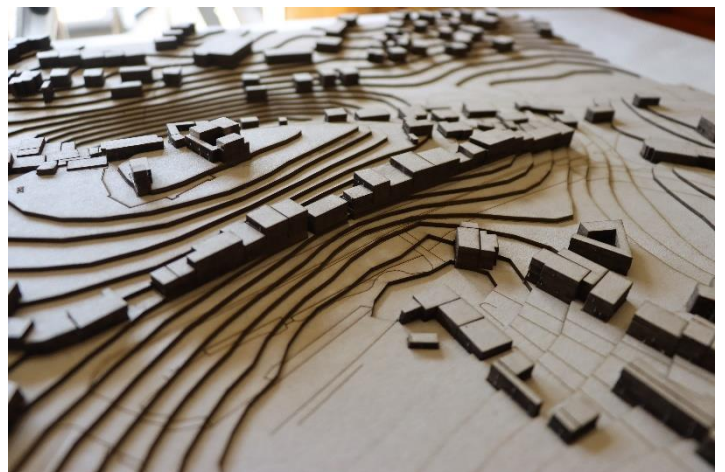
[194, 197]

## 07.2 | Anexo II - Maquetes

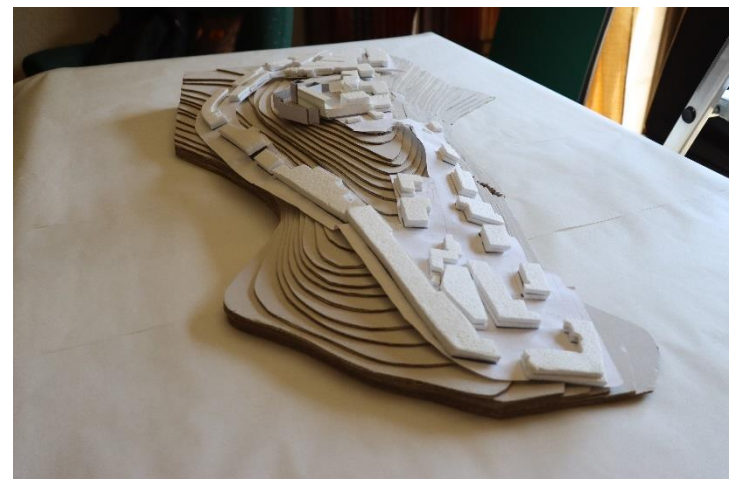
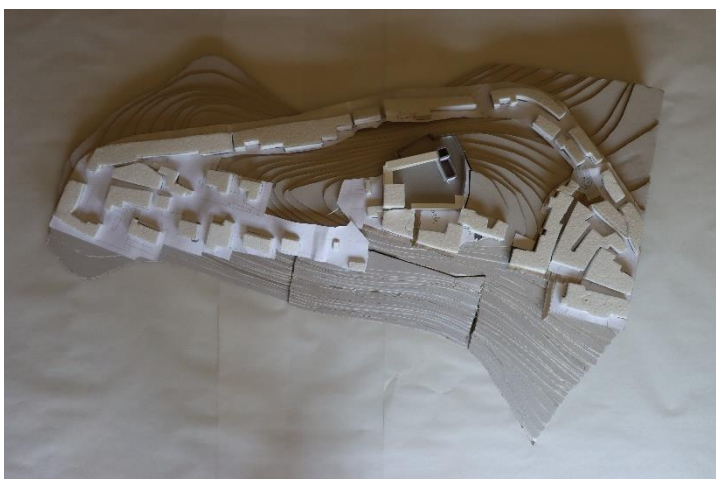
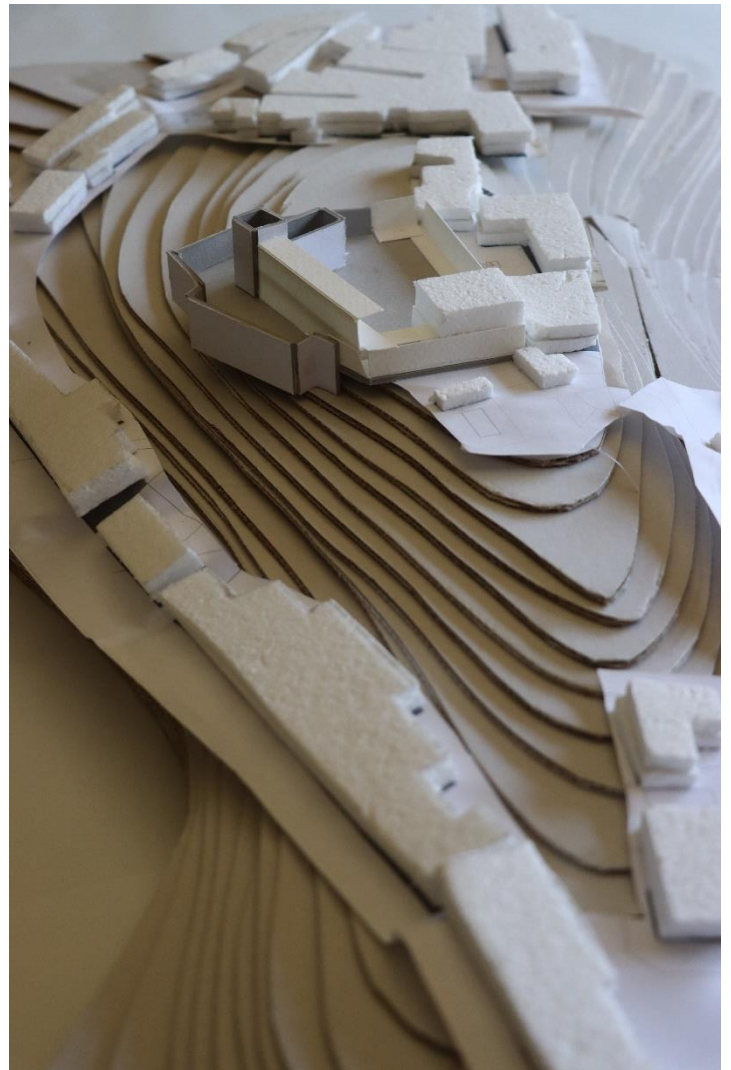
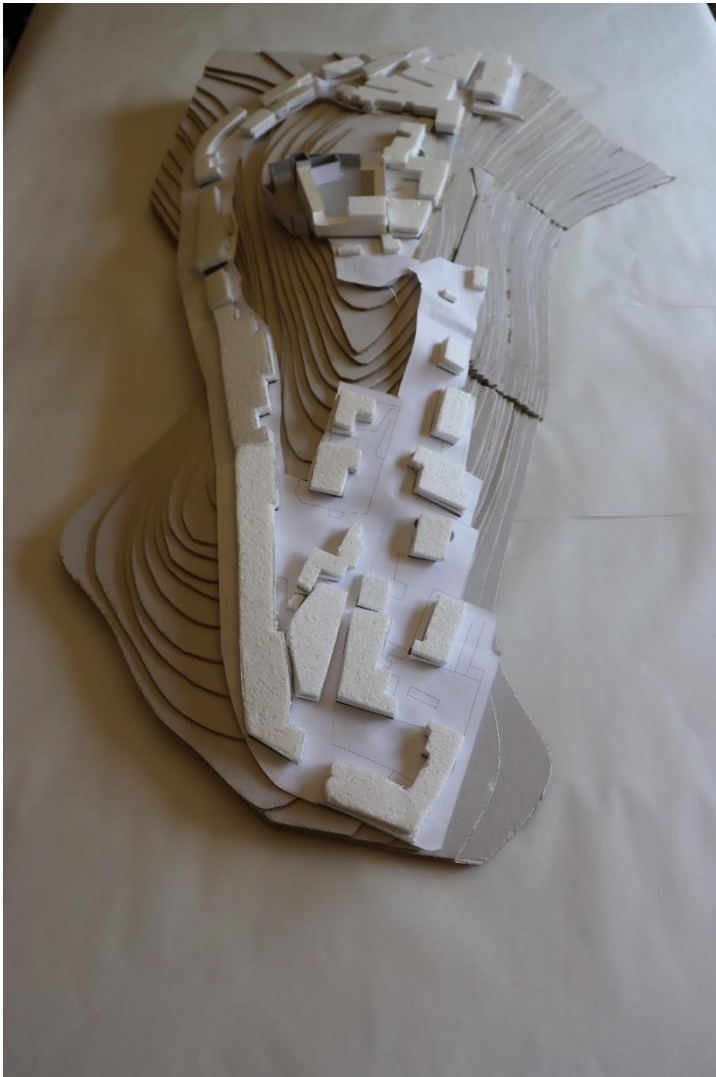
Maquete Topográfica, Escala 1:2000



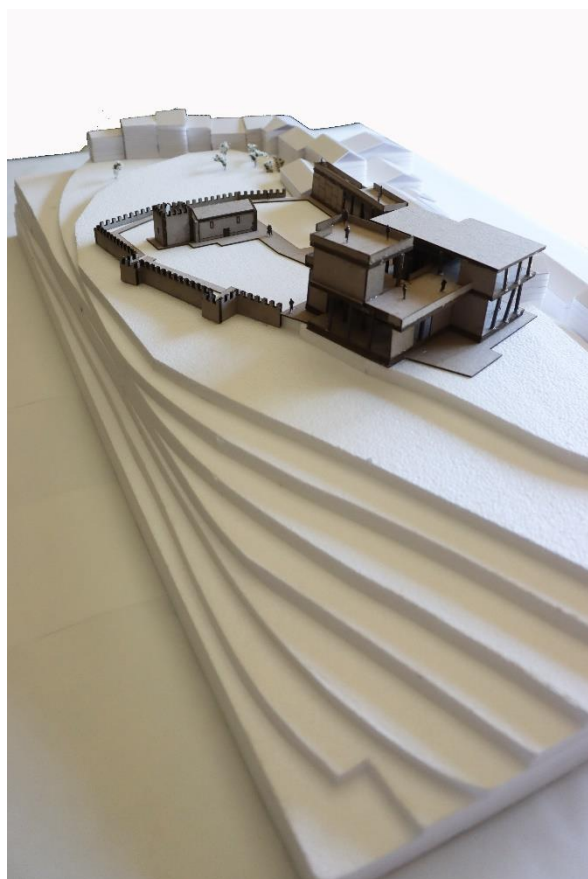
Maquete Local de Intervenção, Escala 1:1000

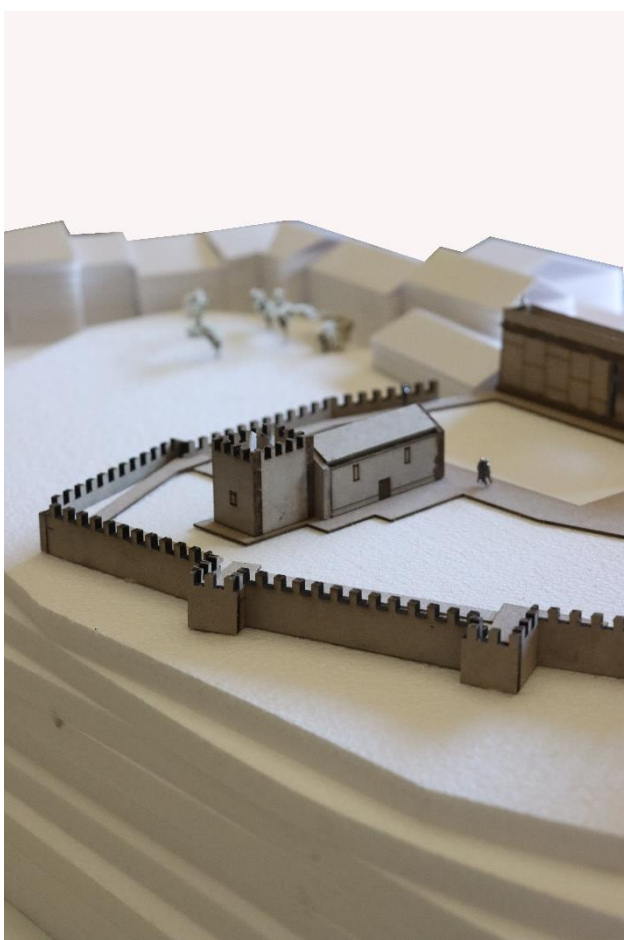
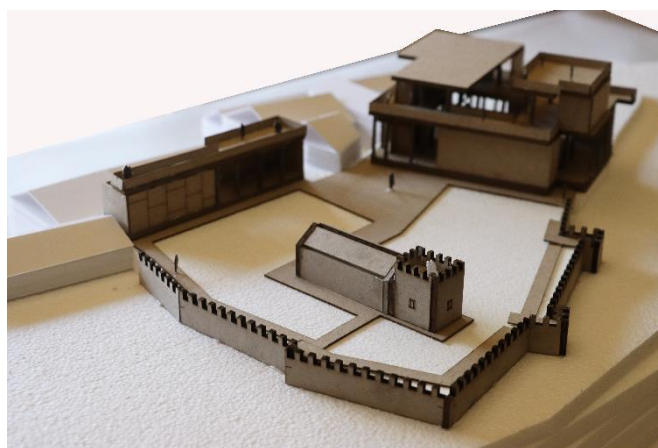
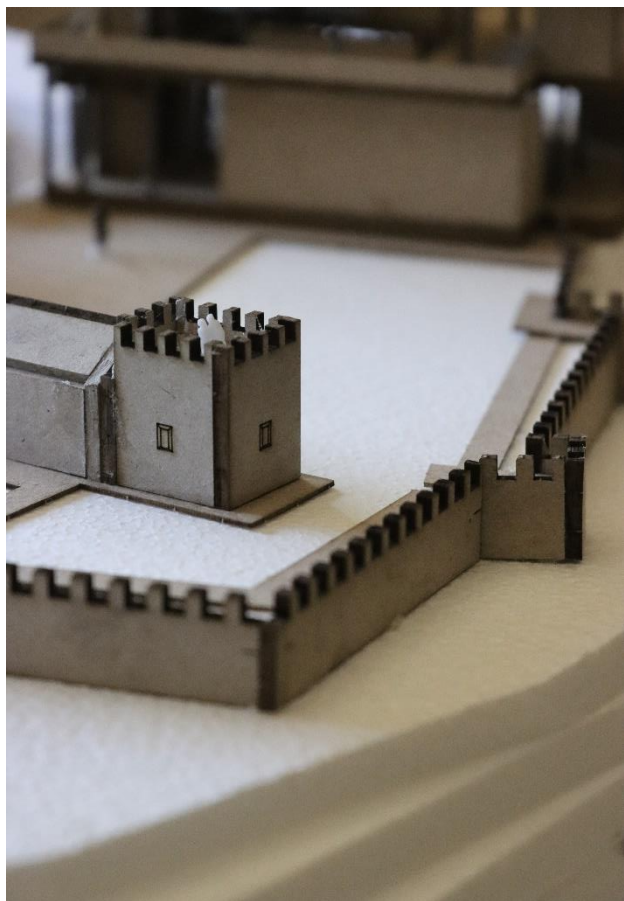


Maquete de Estudo, Escala 1:500



Maquete da Proposta, Escala 1:200







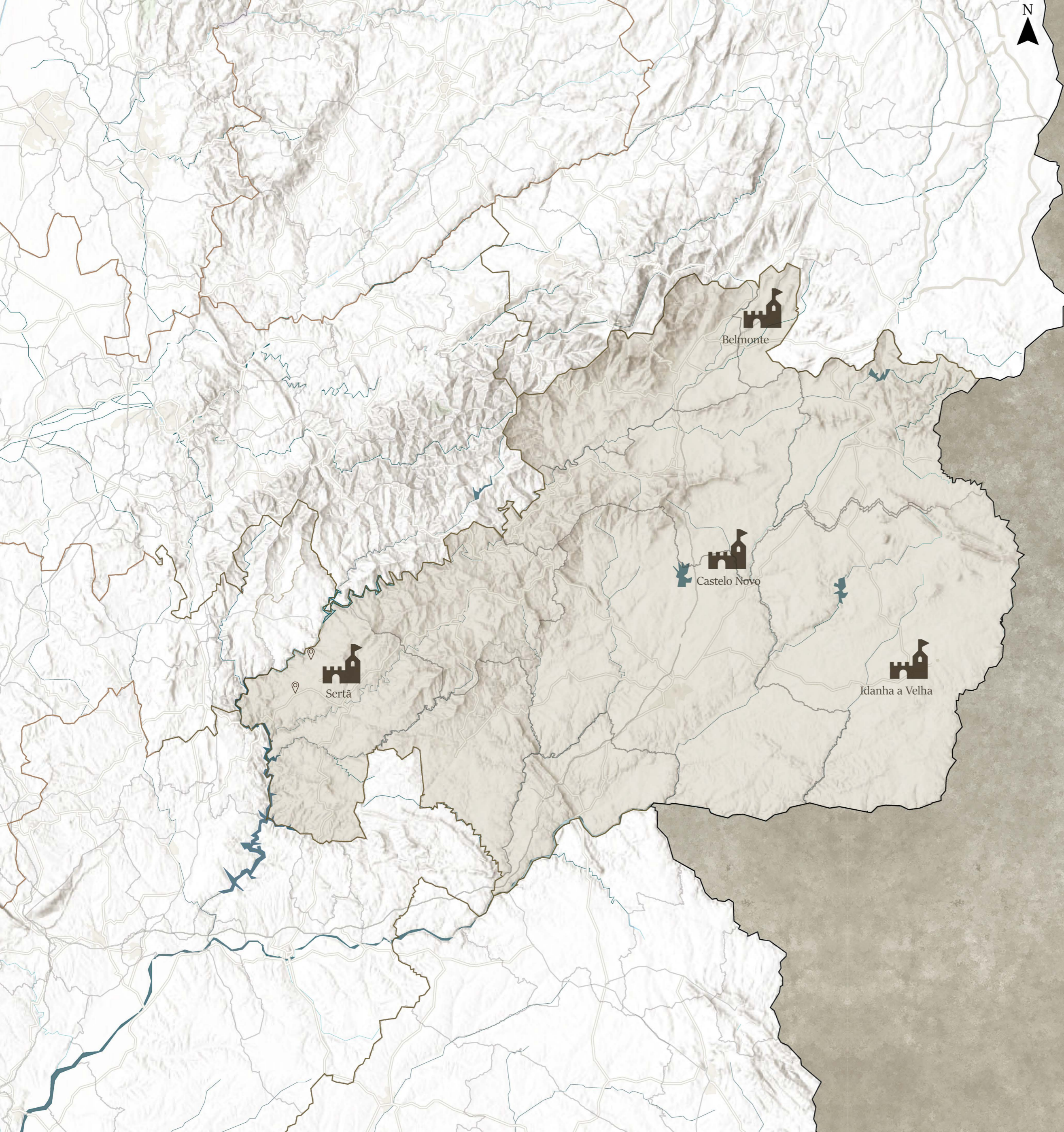


“Sendo o património um dos pilares de identidade cultural, a qual, por sua vez, se transforma em testemunho vivo para as gerações vindouras, reforçando laços de memória e encantações auráticas, é fundamental intervir em prol da sua preservação”

SILVA, Gastão Brito e, 2014, “Portugal em Ruínas”, Lisboa, FFMS, p.39

# o património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade

## uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã



### Castelos da Beira



Belmonte

A construção do Castelo data do século XIII. Em 1258 D. Afonso III autoriza D. Egas Fafe a construir uma Torre no Castelo de Belmonte, no entanto, no local onde se ergue o Castelo, haveria já um sistema defensivo, posto a descoberto com as escavações arqueológicas realizadas no monumento, cuja construção estaria relacionada com as necessidades de repovoamento e de afirmação do poder real de D. Sancho I na região. Atualmente, o edifício tem funções turísticas e culturais, tendo sido construído um anfiteatro ao ar livre e a Torre de Menagem e Sala Oitocentista adaptadas a espaços museológicos dedicados à história do Concelho e do Castelo.



Castelo Novo

Recentemente, entre 2002 e 2004, foram desenvolvidas três campanhas de escavações arqueológicas no castelo, no âmbito do Programa Aldeias Históricas de Portugal, que colocaram a descoberto centenas de vestígios da sua ocupação medieval, entre a sua construção no século XII e o seu abandono por volta do século XVII. Situado na encosta oriental da Serra da Gardunha, foi talvez o facto de esta infraestrutura não pertencer à primeira linha de defesa raiana que suscitou a sua primeira desvalorização estratégica com o decorrente abandono enquanto estrutura militar. Tal como acontece num grande leque de intervenções nesta tipologia de monumentos históricos, uma das ambições é promover sempre a permanência de quem os procura. No caso do Castelo de Castelo Novo, além da conservação e valorização das estruturas existentes, o programa permite aos visitantes observarem as escavações arqueológicas intramuros.



Idanha a Velha

Conjunto arquitetónico e arqueológico classificado como Monumento Nacional, integra a Rede das Aldeias Históricas. Na realidade o conjunto de defesas da antiga vila, constituía-se, à época medieval, por uma torre e pela antiga cerca da povoação. O conjunto arquitetónico encontra-se compreendido nos testemunhos da estação arqueológica de Idanha-a-Velha, uma das mais importantes do país. Compreende vários espaços integrados num circuito urbano, onde se destacam as muralhas romanas, o pelourinho, a Sé Catedral, a torre dos Templários, o lugar de varas, a casa Marrocos, o pavilhão epigráfico e a arquitetura contemporânea das intervenções de recuperação ocorridas ao longo da última década. Datadas provavelmente dos inícios do século I d.C., foram exumadas estruturas romanas no interior do edifício do Posto de Turismo, que se podem ver através de um pavimento de vidro.

### Património do Concelho da Sertã

Cernache do Bonjardim

Pedrogão Pequeno



Casa da Rua Torta

Construída em meados do século XVIII para sede do morgadio de Cernache. Com as dificuldades económicas e a pavorosa crise agrícola que se seguiu às lutas liberais, obrigaram o Morgado a vender a Casa. Mais tarde tornou-se num centro difusor dos ideais republicanos, tendo aí lugar algumas reuniões secretas de ilustres membros do partido republicano português.



Quinta das Águias (antigo Convento de S. José)

Construído em 1699, para servir de casa de convalescença dos frades capuchos do Convento de Santo António da Sertã. Em 1720, foi ampliado, sendo aí instalado o Convento de São José de Cernache do Bonjardim. Além de uma biblioteca, o edifício possuía um claustro, oficinas de artes e uma capela. Em 1834, o convento foi retirado aos frades e vendido, juntamente com a quinta anexa.



Igreja Matriz

A Igreja Matriz de Pedrogão Pequeno, que tem como orago São João Baptista, foi edificada em inícios do século XVI. Segundo documentação do reinado de D. João III, a igreja já existia em 1522. Em 1587, cre-se que o templo tenha sido, totalmente, concluído.



Edifício particular séc. XVI

O edifício que hoje alberga a Junta de Freguesia pertenceu, inicialmente, ao Priorado do Crato, tendo sido depois adquirido por uma das famílias mais ilustres e influentes de Pedrogão Pequeno (família Queirós).

# O património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade

uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã



## Património da Sertã

Edifício Passos do Concelho



Igreja Matriz, S. Pedro.



Castelo da Sertã



Convento S. José



Ponto Filipina (Romana)



# o património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade

uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã



# O património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade

uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã



● Bocas de estacionamento ● Circulação viária restrita a residentes ● Vias pedonais  
 ● Vias de circulação automóvel que fazem a entrada e saída da vila, ciclando o núcleo histórico  
 A semelhança do que acontece em Moissac, são estabelecidas zonas de estacionamento periférico, auxiliando os já existentes, de forma a assegurar condições de mobilidade e estacionamento, viabilizando uma nova disposição do trânsito e procurando determinar percursos restritos a moradores e outros exclusivamente pedonais.



● Praças ● Rua Direita como eixo de ligação entre as praças ● Percursos pedonais entre os espaços de permanência  
 Ao longo da rua direita, é recriada a existência de algumas praças, hoje em dia descaracterizadas. Pretende-se estabelecer uma relação física entre estes espaços de permanência do núcleo histórico. Interessa re-interpretar um novo percurso que ligue as praças, através de uma diferenciação de pavimentação. Este percurso irá ligar espaços distintos, devolvendo-lhes o seu valor cultural e histórico.



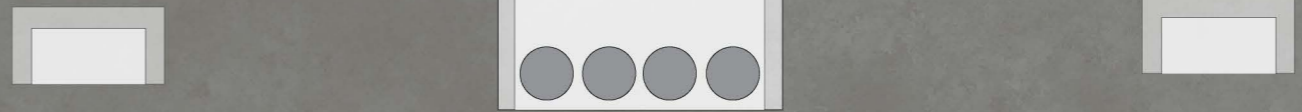
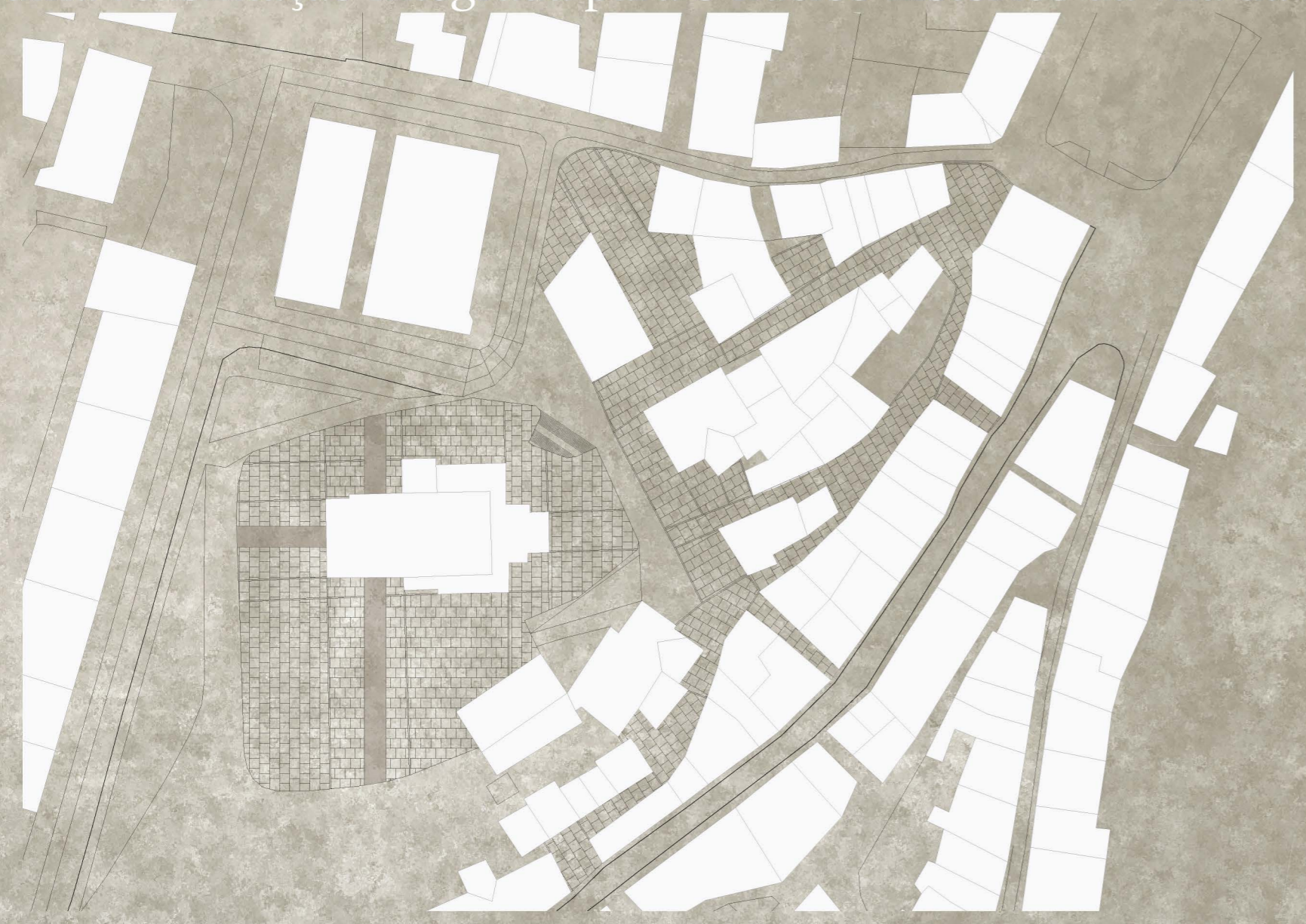
● Edifício a demolir junto ao Castelo ● Edifício sujeito a novos usos comerciais  
 Os edifícios adjacentes ao perímetro do Castelo, sendo demolidos, dão lugar a uma vista mais desfogada de, e para o Castelo. A praça interior deste objeto cultural será alvo de uma intervenção, o espaço em volta do perímetro irá convidar o utilizador a entrar, havendo assim uma relação direta entre a Rua Direita e o Castelo.



São estabelecidos quatro pontos específicos neste sistema de vistas, cada um deles direcionado para um ponto de vista diferente. Estes miradouros permitem aos visitantes uma relação de vistas com a paisagem que circunda o centro histórico da Sertã.

# o património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade

uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã



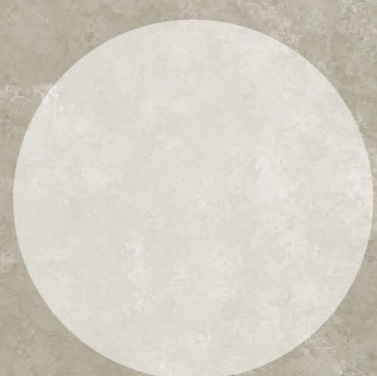
# o património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade

## uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã

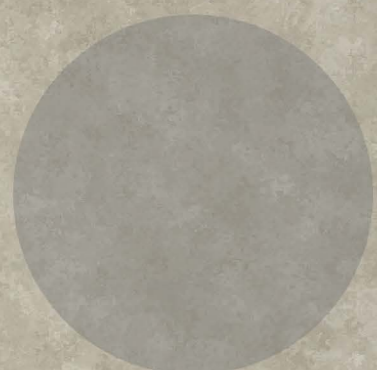


### Flexibilidade, reversibilidade e adaptabilidade.

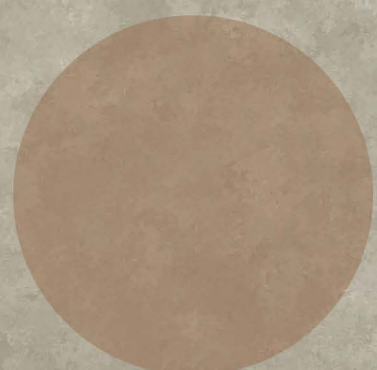
Qualquer pré-existência, mínima que seja, foi mantida funcionando como matriz programática para a intervenção. O material eleito como representante da intervenção foi o metal, sendo ele usado a nível estrutural, com um conjunto de peças pré fabricadas de aço, conferindo uma linguagem coerente em toda a proposta uma vez que grande parte destas peças estão expostas. A aplicação de infraestruturas desta génese, apenas se fará quando necessário, e em função do desenho de novas estruturas. Na hipótese de estas virem a ser desmontadas, ou quem sabe se modularmente recicladas ou até aumentadas.



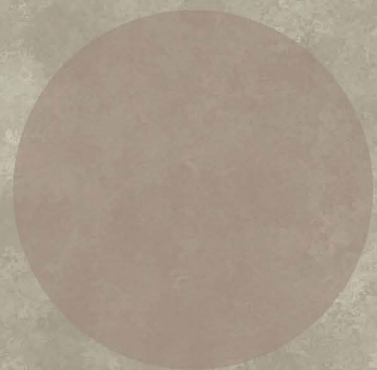
São usadas placas de compósito, viroc, para fechar alguns espaços mais privativos, na cor branca, para que seja uma intervenção em harmonia com o restante centro histórico, onde predominam edifícios com esta textura. O material combina a flexibilidade da madeira com a durabilidade e resistência do cimento, permitindo uma vasta gama de aplicações tanto no interior como exterior.



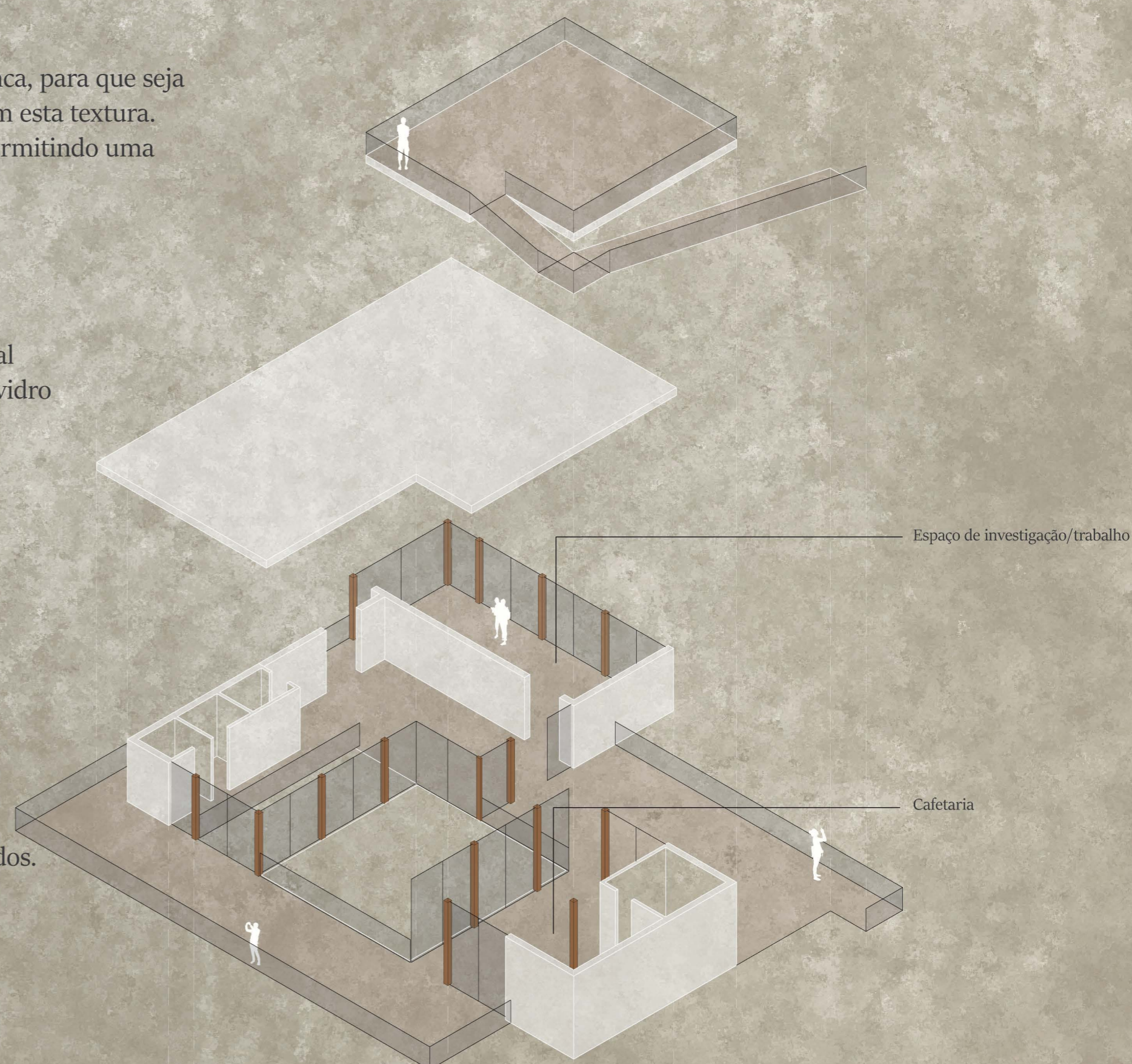
O vidro é outro material predominante na proposta, permite estabelecer uma relação visual total do interior com o exterior, neste caso, a pré existência, em diferentes perspetivas. É utilizado vidro duplo laminado, com caixilharia em alumínio com rutura térmica.



O aço patinado é usado pontualmente numa das fachadas do núcleo intervenido, e também na cobertura da torre adossada à igreja de S. João Batista. A escolha deste material deve-se ao seu carácter flexível e adaptável, partindo de paços pré fabricadas, que poderão ser repetidas, sendo adicionadas ou retiradas.

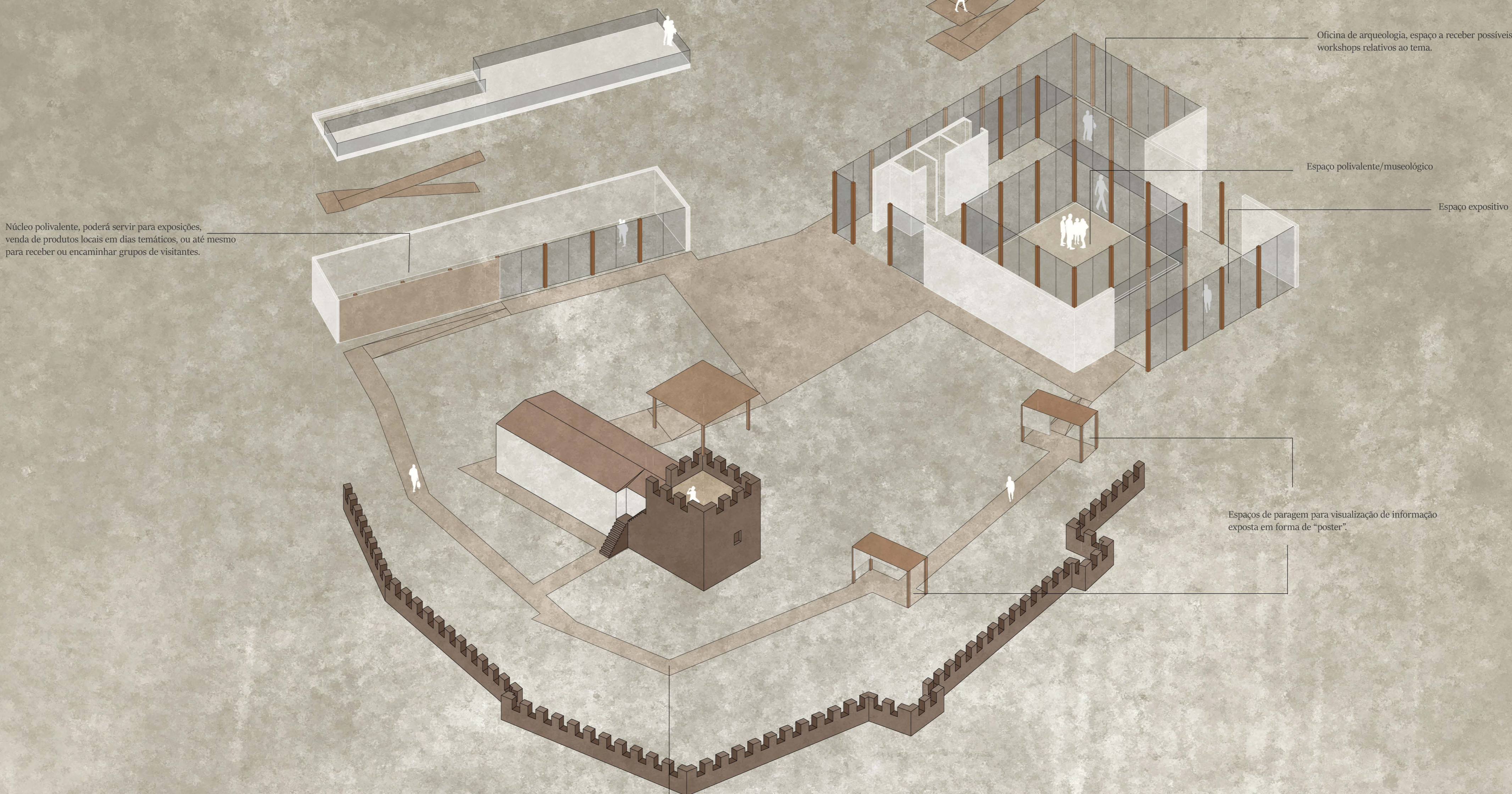


A madeira é utilizada na pavimentação, sendo um material também flexível e em peças pré fabricadas, é de fácil manutenção e aplicação, excluindo o uso de colas ou sistemas perfurados. Nos espaços exteriores o tipo de madeira será ajustado, não só devido às intempéris bem como à drenagem de águas.



Espaço de investigação/trabalho

Cafetaria



Núcleo polivalente, poderá servir para exposições, venda de produtos locais em dias temáticos, ou até mesmo para receber ou encaminhar grupos de visitantes.

Oficina de arqueologia, espaço a receber possíveis workshops relativos ao tema.

Espaço polivalente/museológico

Espaço expositivo

Espaços de paragem para visualização de informação exposta em forma de "poster".

Passadiços por todo o perímetro do Castelo onde é possível visualizar as escavações arqueológicas, no exterior e dentro da Igreja de S. João Batista. Oferece aos visitantes um percurso temático.

**o património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade**  
uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã



**o património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade**  
uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã



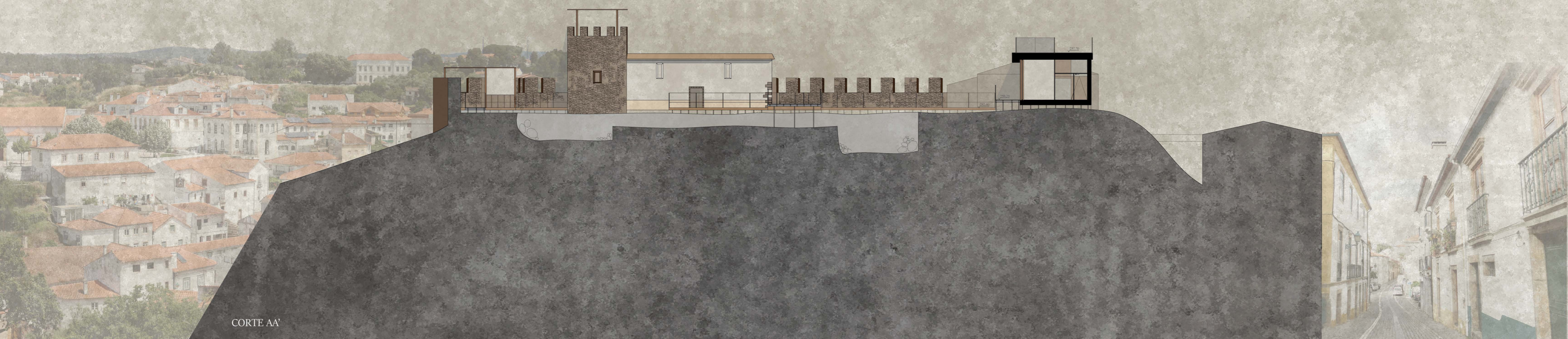
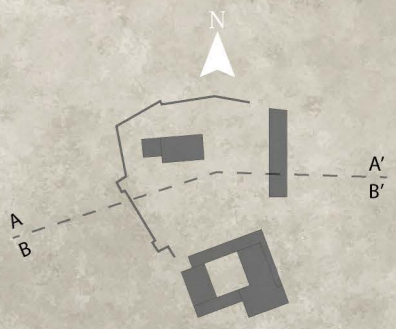
**o património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade**  
uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã





# o património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade

uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã



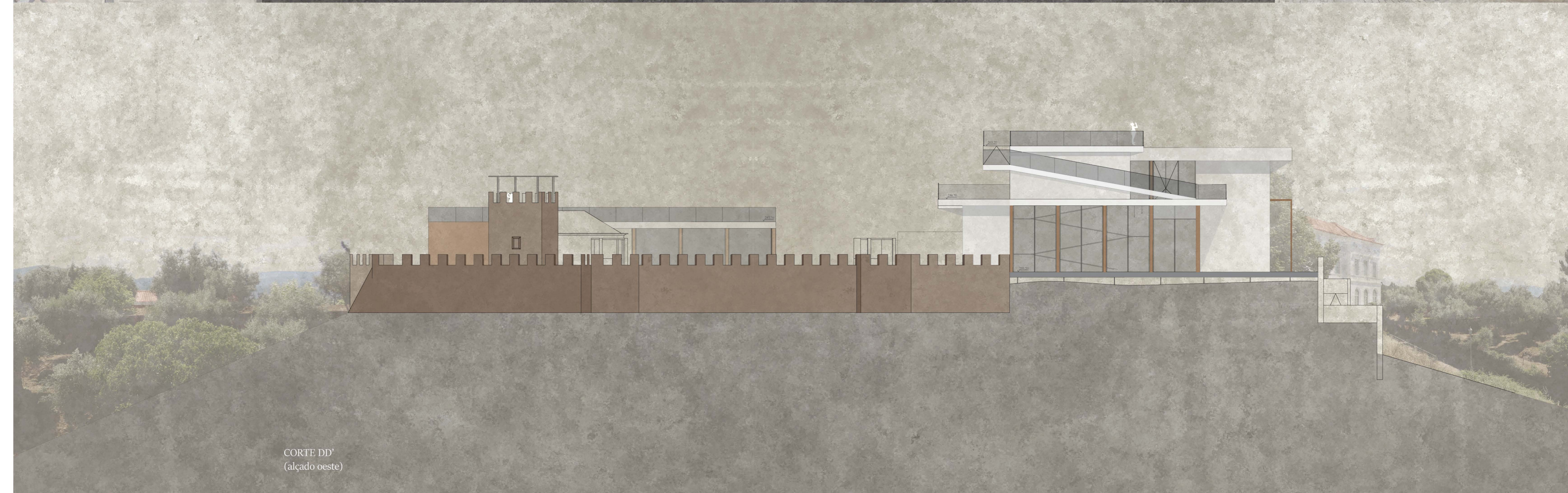
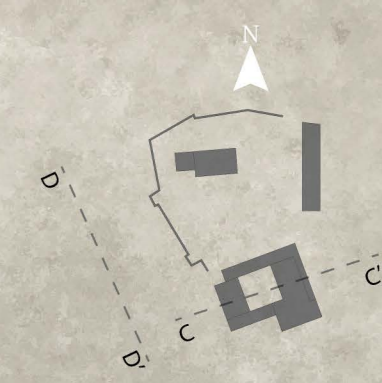
CORTE AA'



CORTE BB'

# o património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade

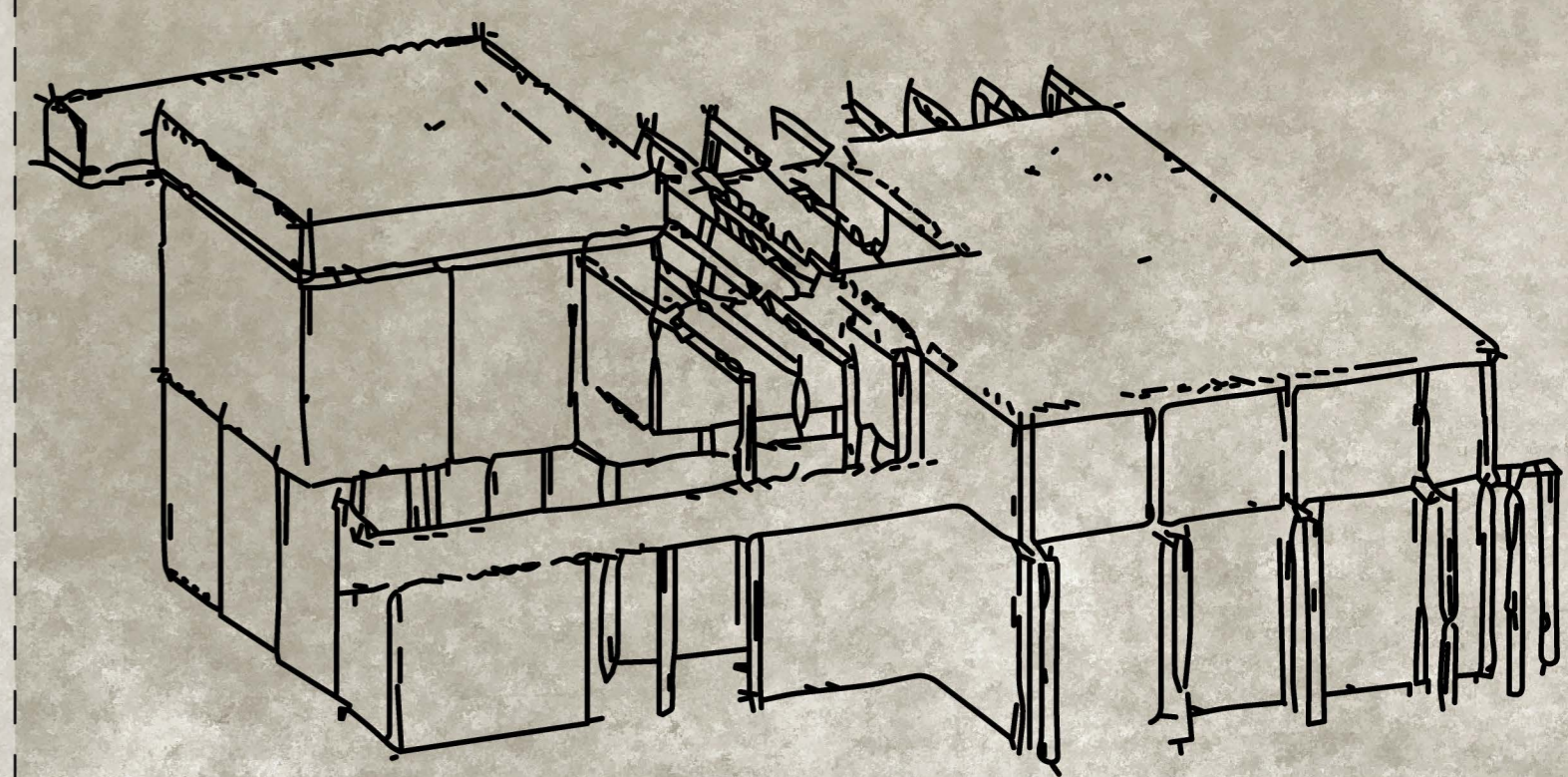
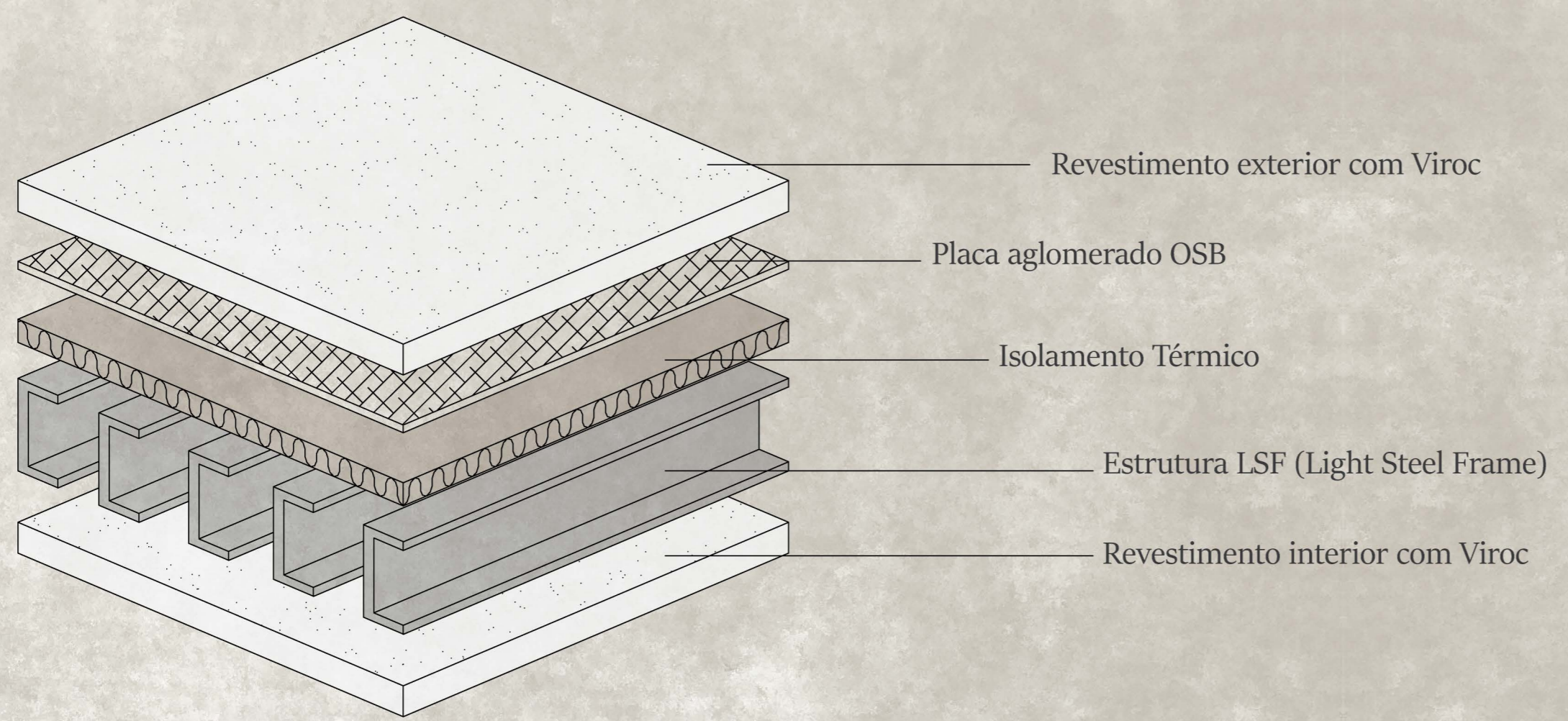
## uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã



# o património arquitetónico como matriz para uma nova contemporaneidade

## uma reabilitação integrada para o núcleo histórico da vila da Sertã

Diferentes ângulos desenhados sobre a estrutura de intervenção.



Estudo do esquema dos pilares em vista e áreas fechadas.

